

Julgamento bilionário no STJ é primeiro teste para ajuste fiscal de Haddad

O STJ (Superior Tribunal de Justiça) começa a julgar nesta quarta-feira (26) um caso bilionário que pode elevar a tributação de algumas grandes empresas, com impacto relevante sobre as contas públicas.

A PGFN (Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional) afirmou à Folha de S.Paulo que o Judiciário tem argumentos técnicos e jurídicos para dar uma vitória à União, separando o caso atual de outro analisado em 2017, que resultou em derrota para o governo federal.

O STJ irá definir se é possível excluir benefícios fiscais de ICMS concedidos pelos estados, como redução da base de cálculo, diminuição de alíquota, isenção, imunida-

de, adiamento, entre outros, da base de incidência de dois tributos federais sobre o lucro das empresas (IRPJ/CSLL).

A tese fixada pelo tribunal será aplicada na solução de todos os casos judiciais semelhantes em discussão no país, por ser analisado como um recurso repetitivo.

A decisão do STJ só afeta contribuintes que estão no sistema do lucro real, ou seja, grandes empresas. Principalmente aquelas dos setores de varejo e industrial que tiveram benefícios estaduais, para instalação de parques fabris e centros de distribuição, por exemplo. Bancos não são impactados.

Em 2017, o governo federal sofreu uma derrota no STJ em relação à tributação de outro tipo de benefício fis-

cal, o crédito presumido de ICMS, ao definir que esses valores não podem ser considerados como parte do lucro. Agora, tenta obter uma vitória na discussão sobre a extensão do mesmo entendimento para as demais espécies de favores tributários.

Atualmente, há empresas que recolhem IRPJ/CSLL sem fazer essa dedução. Outras possuem medidas judiciais que permitem pagar menos tributos. Por isso, o impacto de uma derrota teria efeitos distintos sobre cada companhia.

O ministro da Fazenda, Fernando Haddad, tem citado um impacto de até R\$ 90 bilhões em arrecadação adicional por ano caso os tributos voltem a ser pagos integralmente.

Eduardo Cucolo/Folhapress



Economia



Campos Neto diz que combate à inflação é o melhor instrumento social que existe

Página - 03

Parcelamento no cartão sem juros vira tema de debate no setor financeiro

Página - 03



Mulheres Executivas

CEO do Banco do Brasil diz como constrói reputação no LinkedIn

Pg - 05

Carla Fonseca, a CEO que fez a Smiles faturar R\$ 4,3 bilhões em 2022

Pg - 05



Política

Lira volta a defender urgência, e projeto sobre fake news deve ir à votação nesta semana na Câmara

Página - 04

Moraes sugere transformar em lei poder do TSE de derrubar perfis

Página - 04

No Mundo

Putin estreia novo tanque na Guerra da Ucrânia



Em meio a perdas brutais de equipamento blindado na Guerra da Ucrânia, o governo de Vladimir Putin decidiu enviar ao país invadido os primeiros T-14 Armata, o mais recente modelo de tanque russo.

Ao menos foi o que anunciou na terça (25) a agência estatal RIA-Novosti, citando informações extraoficiais do Kremlin. Na ritualística de comunicação russa, isso significa que é provável que os tanques tenham ido, embora o efeito tenda a ser mais simbólico.

A RIA não disse quantos tanques foram enviados, nem para onde, mas apenas que “eles ainda não participaram

em operações de assalto direto”, sendo empregados em “coordenação de combate”. Também afirmou que eles foram equipados com proteção adicional em suas laterais.

O T-14 é, no papel, o mais avançado tanque de guerra do mundo. Como a sigla sugere, teve seu desenho finalizado em 2014, e, no ano seguinte, estreou na parada da principal data do calendário militar russo, o Dia da Vitória (na Segunda Guerra Mundial) em 9 de maio.

O modelo é revolucionário: em vez de posicionar os operadores do canhão na torre, ela é completamente automatizada. Os três tripulantes vão à frente, em um compartimento blindado separado do

resto do maquinário.

Isso resolve um problema trágico do desenho do T-72, o venerando tanque que é o centro da força blindada russa. Para ter o famoso perfil baixo e tamanho reduzido, tornando-se um alvo menor, o blindado usa um sistema de munição automática, no qual até 40 projeteis ficam num carrossel embaixo da torre.

O resultado é que o comandante do veículo e o operador do canhão sentam sobre os explosivos, e as diversas torres explodidas para longe dos T-72 na Ucrânia são testemunho do que isso significa em batalha. Modelos mais novos, como o T-80 e o moderno T-90 aliviaram, não suprimiram a falha.

Igor Gielow/Folhapress

No Dia da Libertação, premiê italiana tenta se afastar de passado fascista

A coalizão governista da Itália não tem “nostalgia pelo fascismo”, disse a primeira-ministra italiana, Giorgia Meloni, na terça-feira (25), procurando se opor aos críticos que acusaram seu partido Irmãos da Itália de não conseguir se distanciar de seu passado neofascista.

Meloni abordou o assunto em carta ao jornal Corriere della Sera no dia em que a Itália celebra o fim da ocupação alemã na Segunda Guerra Mundial e a vitória dos combatentes da resistência sobre os nazistas e seus aliados fascistas.

“Há muitos anos, e como qualquer observador honesto reconhece, os partidos que representam a direita no Parlamento declararam sua incompatibilidade com qualquer nostalgia do fascismo”, escreveu Meloni.

O Irmãos da Itália tem suas raízes no Movimento Social Italiano (MSI), formado em 1946 como herdeiro direto dos camisas negras de Benito Mussolini, e o legado do fascismo continua a atormentar a Itália quase 80 anos após o fim da guerra.

A carta de Meloni veio um dia depois que o Anpi, um grupo que representa ex-partidários da resistência na guerra, pediu a Meloni para se desassociar do fascismo, logo após um protesto recente desencadeado pelo presidente do Senado, Ignazio La Russa.

La Russa, um líder do Irmãos da Itália que começou sua carreira no MSI e coleciona itens sobre Mussolini, parecia diminuir a importância da resistência ao dizer que a Constituição do pós-guerra não fazia menção ao antifascismo.

CNN



Medvedev afirma que mundo está “à beira de uma nova guerra mundial”



Um aliado do presidente russo Vladimir Putin disse na terça-feira (25) que o mundo provavelmente está à beira de uma nova guerra mundial e que os riscos de um confronto nuclear estão aumentando.

“O mundo está doente e muito provavelmente está à beira de uma nova guerra mundial”, disse Dmitry Medvedev, vice-presidente do poderoso Conselho de Segurança de Putin, em uma conferência em Moscou.

Ele disse que essa nova guerra mundial não era inevitável, mas que os riscos de um confronto nuclear estavam

crescendo e eram mais graves do que as preocupações com as mudanças climáticas.

Putin diz que o mundo enfrenta a década mais perigosa desde a Segunda Guerra Mundial. Ele apresenta a guerra na Ucrânia como uma batalha existencial contra um Ocidente agressivo e arrogante, e disse que a Rússia usará todos os meios disponíveis para se proteger contra qualquer agressor.

Na segunda-feira (24), o ministro das Relações Exteriores da Rússia, Sergei Lavrov, disse ao Conselho de Segurança das Nações Unidas que o mundo chegou a uma situação mais perigosa

do que durante a Guerra Fria.

“Como foi o caso na Guerra Fria, atingimos o limite perigoso, possivelmente ainda mais perigoso”, disse ele. “A situação se agrava com a perda de confiança no multilateralismo.”

Os Estados Unidos e seus aliados condenaram a invasão da Ucrânia pela Rússia como uma apropriação imperial de terras. A Ucrânia prometeu lutar até que todas as tropas russas se retirem de seu território e disse que a retórica russa sobre a guerra nuclear tem a intenção de intimidar o Ocidente para que ele reduza a ajuda militar.

CNN

Jornal Data Mercantil Ltda

Rua XV de novembro, 200
Conj. 21B – Centro – Cep.: 01013-000
Tel.: 11 3361-8833
E-mail: comercial@datamercantil.com.br
Cnpj: 35.960.818/0001-30

Editorial: Daniela Camargo
Comercial: Tiago Albuquerque

Serviço Informativo: Folha Press, Agência Brasil, Senado, Câmara, Biznews, IstoéDinheiro, Neofeed, Notícias Agrícolas.

Rodagem: Diária

Fazemos parte da



Campos Neto diz que combate à inflação é o melhor instrumento social que existe



O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, afirmou na terça-feira (25), em audiência pública na CAE (Comissão de Assuntos Econômicos) do Senado Federal, que o combate à inflação é o melhor instrumento social que existe e negou que o Brasil esteja afundando em recessão.

Aos parlamentares, o chefe da autarquia defendeu o regime de metas de inflação e a importância da autonomia do BC, explicou a mecânica da tomada de decisão do Copom (Comitê de Política Monetária) e a influência das expectativas de inflação sobre a calibragem da taxa de juros.

“Nosso trabalho é fazer a inflação convergir para a

meta com o mínimo de custo social”, afirmou. “Não é verdade que o Brasil está afundando em recessão sem fim. A gente está tentando fazer um trabalho de trazer a inflação para a meta, porque a inflação é um elemento muito corrosivo para os rendimentos dos mais carentes, e a gente precisa fazer isso da forma mais suave possível.”

Campos Neto foi convidado pelos parlamentares a comparecer no Congresso Nacional para dar explicações sobre a taxa básica de juros (Selic) fixada desde agosto de 2022 em 13,75% ao ano.

O convite ao presidente do BC veio em reação às críticas diretas e recorrentes do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) e de integrantes

do governo ao nível elevado de juros no país em meio a um cenário de desaceleração da atividade econômica e aumento da inadimplência pagamentos em atraso há mais de 90 dias. O requerimento foi aprovado em 14 de março, mas Campos Neto já tinha mostrado ao presidente da comissão, senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO), disposição de comparecer ao Senado.

Na audiência, ele disse ver o debate sobre os juros como “meritório” e negou que o BC seja culpado pelas mazelas do Brasil. O presidente da instituição afirmou também que a autoridade monetária está “no mesmo barco que o governo”, tentando achar soluções para os problemas do país.

Nathalia Garcia/Folhapress

Comércio varejista cai 0,1% de janeiro para fevereiro

O volume de vendas de comércio varejista no país recuou 0,1% na passagem de janeiro para fevereiro, segundo a Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada na terça-feira (25), no Rio de Janeiro, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Na passagem de dezembro para janeiro, o setor havia crescido 3,8%.

O varejo cresceu 0,2% na média móvel trimestral, 1% na comparação com fevereiro de 2022, 1,8% no acumulado do ano e 1,3% no acumulado de 12 meses.

Em fevereiro, seis das oito atividades do comércio varejista tiveram queda: equipamentos e material para escritório informática e comunicação (-10,4%), tecidos, vestuário e calçados (-6,3%), outros artigos de uso pessoal e doméstico (-2%), móveis e eletrodomésticos (-1,7%), hi-

per, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo (-0,7%) e combustíveis e lubrificantes (-0,3%).

“Podemos fazer uma leitura dos resultados por consequência de um período ruim de Black Friday e Natal, que resultou em uma recuperação em janeiro e uma sustentação desse patamar em fevereiro. Além disso, um cenário de inflação estável em alguns setores importantes para a nossa pesquisa, como a alimentação em domicílio, que impacta a atividade de hiper e supermercados, também ajuda a entender os resultados observados em fevereiro”, disse o coordenador da pesquisa, Cristiano Santos.

Duas atividades tiveram alta: artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria (1,4%) e livros, jornais, revistas e papelaria (4,7%).

Vitor Abdala/ABR



Parcelamento no cartão sem juros vira tema de debate no setor financeiro



O parcelamento de compras sem juros no cartão de crédito virou tema de debate no setor financeiro brasileiro, depois que grandes bancos apontaram essa modalidade como um dos culpados pelas altas taxas de juros do rotativo dos cartões --cobradas de clientes que não quitam toda a fatura mensal.

A crítica dos grandes bancos foi feita em reunião com o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, na semana passada, para tratar de alternativas que possibilitem a redução dos juros no país. “Não tem como dissociar uma coisa da outra. Quando se fala do custo do cartão de crédito, não dá para dissociar do parcelado sem juros”, afirmou o CEO

do Santander Brasil, Mario Leão, na terça-feira (25), durante coletiva para comentar os resultados do Santander Brasil no primeiro trimestre.

Já para a Abranet (Associação Brasileira de Internet), que reúne empresas como PayPal, Mercado Pago e PagSeguro, o fim do parcelamento sem juros teria impacto negativo no consumo em um momento já frágil da economia brasileira. Levantamento da Abranet em parceria com o Datafolha mostrou que cerca de 75% da população costuma parcelar as compras e, para 80% dos consumidores, a possibilidade de parcelar sem juros é determinante na escolha do estabelecimento em que será feita a compra.

“A partir do momento

que o lojista oferece o parcelado sem juros, a dependência dele e do consumidor da linha de crédito do banco acaba sendo menor”, afirma Carol Conway, presidente da Abranet. Ela acrescenta que, na atual conjuntura macroeconômica na qual o país se encontra, diminuir a possibilidade de parcelamento causaria uma retração da economia. “A gente não acredita que o governo seria capaz de tomar uma medida como essa.”

Economista da ACSP (Associação Comercial de São Paulo), Ulisses Ruiz de Gamboa diz que é importante uma redução dos juros para estimular o ritmo da atividade econômica, mas não há uma resposta única para lidar com o problema.

Lucas Bombana/Folhapress

Política

Moraes sugere transformar em lei poder do TSE de derrubar perfis



O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) sugeriu ao Congresso transformar em lei a autorização para que o órgão derrube perfis que disseminem notícias falsas sobre as eleições e a democracia.

A medida faz parte do pacote de sugestões entregue na terça-feira (25) pelo presidente do TSE, ministro Alexandre de Moraes, para o projeto de lei das fake news ao presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL).

“A produção sistemática de desinformação, caracterizada pela publicação contumaz de informações falsas ou descontextualizadas sobre o processo eleitoral, autoriza à Justiça Eleitoral a determinação de suspensão temporária

de perfis, contas ou canais mantidos em mídias sociais, observados, quanto aos requisitos, prazos e consequências, o disposto no art. 24-A”, diz um dos trechos do documento.

Em reunião de líderes, a Câmara decidiu votar hoje a urgência do projeto de lei 2630/2020. O mérito do texto vai a plenário na semana que vem. Vários dos pontos das sugestões do TSE para o PL das fake news repetem a mesma redação da resolução 23.714, que permitiu a Justiça Eleitoral agir com rigor nas eleições de 2022, derrubando perfis e publicações durante o processo eleitoral.

Partidários do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL) e até mesmo analistas independentes, como o jornal “New

York Times”, questionaram a amplitude dos poderes de Moraes. Outros especialistas afirmam, contudo, que as medidas foram essenciais para garantir a lisura do pleito dada a quantidade de fake news.

Outro ponto importante das sugestões do TSE é a responsabilização civil e administrativa das plataformas de Internet por notícias falsas publicadas por seus usuários.

A posição do TSE está mais próxima àquela defendida pelo governo federal e pelo ministro da Justiça, Flávio Dino. E é contrária ao que sustenta a oposição e as gigantes da tecnologia. O relator, deputado Orlando Silva, propõe a responsabilização civil apenas de conteúdos impulsionados.

CNN

Lira volta a defender urgência, e projeto sobre fake news deve ir à votação nesta semana na Câmara



O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), confirmou que o projeto sobre o combate às fake news (PL 2630/20) será incluído na pauta de votações do Plenário nesta semana. A previsão é de aprovar o requerimento de urgência para a matéria na terça (25) ou quarta-feira (26), e em seguida colocá-la em votação.

Na terça, o relator da proposta, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), vai apresentar o texto aos líderes partidários, em reunião na residência oficial da Presidência da Câmara.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), confirmou que o projeto sobre o combate às fake news (PL 2630/20) será

Ex-chefe do GSI recebeu punição de 30 dias de prisão por ‘colar’ em exame

O general Gonçalves Dias, que pediu afastamento do comando do GSI (Gabinete de Segurança Institucional) após a divulgação de imagens suas no Palácio do Planalto no dia 8 de janeiro, recebeu pena de 30 dias de prisão quando era um cadete da Aman (Academia Militar das Agulhas Negras), em 1975. A acusação era ter “colado” em exames da instituição.

A punição ocorreu no final daquele ano, a poucos dias da cerimônia de formatura da academia, que forma oficiais do Exército.

GDias, como é conhecido, não foi o único considerado culpado pelo delito na época. Receberam a mesma pena outros nove cadetes, e mais três acabaram expulsos por participação no esquema de fraude nos exames.

“O cadete número 871, da 1ª Companhia do Curso de Infantaria, Marco Edson Gonçalves Dias, por ter praticado atos contra a honra e o pundonor [decoro] individual militar, utilizando-se, comprovadamente, de meios ilícitos na realização de uma verificação para julgamento, fica preso por 30 dias”, diz resultado da sindicância sobre o caso, com data de 26 de novembro de 1975”.

Segundo um colega de G.Dias na Aman, a prisão era uma sanção intermediária, mais branda que a expulsão. Não significava exatamente um encarceramento, mas uma restrição de movimentação dentro da academia. Ele ainda assim formou-se naquele ano.

Procurado pela reportagem, o general Gonçalves Dias não quis se manifestar.

Fabio Zanini/Folhapress



incluído na pauta de votações do Plenário nesta semana. A previsão é de aprovar o requerimento de urgência para a matéria na terça (25) ou quarta-feira (26), e em seguida colocá-la em votação.

Na terça, o relator da proposta, deputado Orlando Silva (PCdoB-SP), vai apresentar o texto aos líderes partidários, em reunião na residência oficial da Presidência da Câmara.

Arthur Lira disse também que a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que vai apurar a atuação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) será criada nesta semana.

O requerimento de criação foi apresentado pelo deputado Tenente Coronel Zucco (Republicanos-RS). Ele alega

que houve um aumento de invasões a propriedades depois da posse do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

O presidente da Câmara declarou que a CPI não vai afetar os trabalhos do Plenário. “A CPI é um instrumento geralmente de minorias. Se ela acontecer, que ela aconteça, mas o que nós vamos prezar é pela continuidade da pauta”, disse Lira.

Existem ainda outros três pedidos de criação de CPIs em análise na Câmara: para investigar a manipulação de resultados em partidas de futebol; sobre inconsistências bilionárias no balanço das Lojas Americanas; e a que pretende apurar operações fraudulentas com criptomoe-

CNN

Carla Fonseca, a CEO que fez a Smiles faturar R\$ 4,3 bilhões em 2022



A Smiles fechou 2022 com um faturamento 85% maior do que o ano anterior, chegando a R\$ 4,3 bilhões. O crescimento foi fruto de uma série de mudanças, entre elas a incorporação pela Gol, que aconteceu em 2021. E tudo isso foi capitaneado por Carla Fonseca, que passou três anos colocando de pé a operação da empresa na Argentina e foi chamada de volta especialmente para essa tarefa. “São culturas completamente diferentes: uma é uma empresa 100%, com jeito de startup. A outra é uma companhia mais tradicional, com centenas de aeronaves. Foi um período de aprendizado intenso.”

Depois de três anos na Argentina, onde foi para montar a operação da Smiles,

Carla voltou ao Brasil trazendo de volta a mãe, o filho de 12 anos e algumas ideias de como conduzir a empresa. “Ter começado uma operação do zero me trouxe uma grande experiência de gestão.”

Seis meses depois de Carla assumir a liderança da Smiles, Celso Ferrer, que assumiu a presidência da Gol, deu a Carla Fonseca trabalho extra. Em julho de 2022 ela passou a ocupar a cadeira de CXO (Chief Experience Officer) da companhia de aviação, a área que cuida da experiência do cliente. A executiva saiu de uma equipe de 25 funcionários na operação argentina para os 220 da Smiles no Brasil. E, seis meses depois, saltou para os 9 mil liderados na Gol. A agilidade aprendida na Argentina teve influência sobre os resultados

da companhia. “Minha leitura teve que ser muito rápida para direcionar os esforços e aproveitar que havia uma demanda reprimida por viagens no pós-pandemia. E eu percebi o quão importante era ter uma equipe ágil e coesa.”

Havia também o desafio cultural de lidar com essas pessoas. De um lado, uma empresa digital e relativamente pequena. Do outro, uma grande companhia aérea, com dezenas de parceiros mundo afora. Com a incorporação da Smiles pela Gol, essas duas culturas precisaram se fundir. “A condução teve que ser muito cuidadosa, pois são times com jeitos de trabalhar diferentes, mas era ao mesmo tempo uma grande oportunidade para ganhar mercado”, diz.

Forbes

CEO do Banco do Brasil diz como constrói reputação no LinkedIn

Tarciana Medeiros é a CEO com a melhor reputação no LinkedIn, segundo levantamento feito a pedido da Forbes Brasil.

O dia a dia dos CEOs de grandes empresas envolve não apenas reuniões importantes e grandes decisões de operação e gestão, mas também um posicionamento na principal rede profissional, o LinkedIn. Segundo um levantamento inédito da agência de comunicação CDN a pedido da Forbes Brasil, mais da metade dos CEOs das Marcas Mais Valiosas do Brasil, segundo o ranking da Interbrand, utiliza a rede de forma estratégica para fortalecer a imagem institucional das companhias que comandam e engajar com os funcionários.

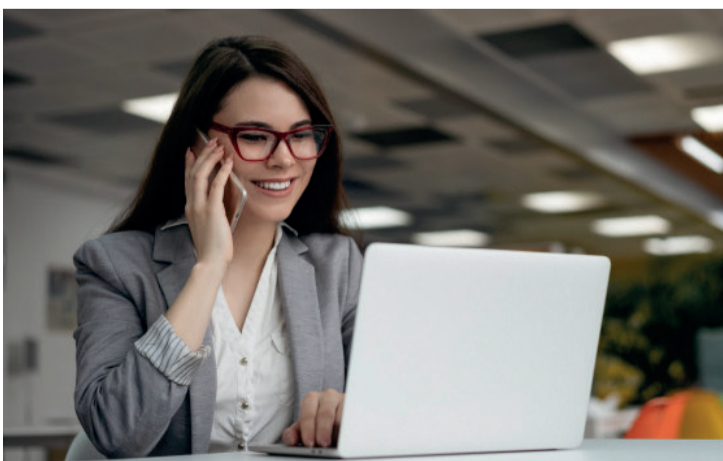
A CDN avaliou 25 líderes e ranqueou os CEOs com a melhor reputação no LinkedIn. Em primeiro lugar está a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, que assumiu em janeiro como a primeira mulher à frente da instituição de mais de 200 anos. Há mais de duas décadas no BB, Medeiros hoje concilia as funções à frente da organização com um milhão de acionistas e 85 mil funcionários com uma presença marcante no LinkedIn e posts para seus 24 mil seguidores.

Em entrevista à Forbes, a presidente do Banco do Brasil, Tarciana Medeiros, conta como cuida da sua rede e quais as melhores práticas para construir e manter uma marca pessoal forte na plataforma.

Forbes



Cresce o número de mulheres que ganham mais que seus maridos, mostra estudo



O poder financeiro das mulheres em casamentos heterossexuais está crescendo, de acordo com um novo relatório do Pew Research Center. No entanto, mesmo com mais mulheres com salários iguais ou até superiores aos de seus maridos, esses mesmos dados mostram que a divisão do trabalho doméstico permanece desigual, com as mulheres gastando mais tempo em tarefas e cuidados com a casa do que seus cônjuges.

O novo relatório do Pew, divulgado na última quinta-feira (13), mostra que a proporção de mulheres que são as únicas ou as principais responsáveis pela renda da casa triplicou entre 1972 e 2022,

de 5% para 16%. Nesse mesmo período, a porcentagem de casamentos “financeiramente igualitários” – em que ambos ganham entre 40% e 60% dos ganhos combinados do casal – aumentou de 11% para 29%. Entre esses casais, o Pew encontrou uma diferença salarial insignificante: as esposas nesses casamentos têm ganhos médios anuais de US\$ 60 mil (R\$ 296 mil), enquanto seus maridos têm salários médios de US\$ 62 mil (R\$ 306 mil).

À medida que o número de mulheres chefes de família e de parcerias financeiramente iguais aumentou, a proporção de relações em que o homem é o provedor da família diminuiu. Em 1972, os mari-

dos traziam a maior parte da renda da casa em 85% dos casamentos heterossexuais. Hoje, esse número é de 55%.

O economista sênior do Pew, Richard Fry, disse à Forbes que os dados foram surpreendentes, considerando as tendências recentes no emprego e nos rendimentos das mulheres. A empresa de pesquisa informou em março que a disparidade salarial entre homens e mulheres mudou pouco em duas décadas, e Fry apontou para dados de emprego mostrando que a participação das mulheres casadas na força de trabalho atingiu seu pico no final dos anos 1990 e diminuiu ligeiramente nos anos seguintes.

Forbes



Publicidade Legal

Brasceras S.A. Indústria e Comércio

CNPJ/MF nº 04.535.453/0001-73

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| BALANÇOS PATRIMONIAIS | | | | | DEMONSTRAÇÃO DE MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO | | | | | | | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|--|-------------------------------|---------------|-----------------------|------------|------------------------------|--------------|--------------------|
| Ativo | Controladora | | Consolidado | | Capital social | Reserva de capital | | Reserva de lucros | | Participação de minoritários | Total | |
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | | Reserva de incentivos fiscais | Reserva legal | Resultados acumulados | CTA | | | Patrimônio líquido |
| Circulante | 103.508 | 99.897 | 102.645 | 100.023 | 32.449 | 20.806 | 5.516 | 14.532 | - | 73.303 | (371) | 72.932 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 8.556 | 24.872 | 8.560 | 25.847 | - | - | - | 37.163 | - | 37.163 | (37) | 37.126 |
| Contas a receber de clientes | 46.274 | 31.188 | 45.391 | 30.305 | - | - | - | (974) | - | - | - | - |
| Estoques | 43.681 | 38.997 | 43.681 | 38.997 | - | - | 974 | (24.612) | - | - | - | - |
| Impostos a recuperar | 4.219 | 4.200 | 4.236 | 4.232 | - | 24.612 | - | (22.900) | - | (22.900) | - | (22.900) |
| Despesas antecipadas | 527 | - | 527 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros créditos | 251 | 640 | 250 | 642 | - | - | - | - | 273 | 273 | - | 273 |
| Não circulante | 32.319 | 26.045 | 31.287 | 24.541 | 32.449 | 45.418 | 6.490 | 3.209 | 273 | 87.839 | (408) | 87.431 |
| Aplicações financeiras e títulos de capital | 1.155 | - | 1.155 | - | - | - | - | 22.429 | - | 22.429 | (1) | 22.428 |
| Partes relacionadas | 9.659 | 7.703 | 8.624 | 6.682 | - | 27.171 | - | (27.171) | - | - | - | - |
| Depósitos judiciais | 1.222 | 1.200 | 1.222 | 1.200 | - | - | - | (4.033) | - | (4.033) | - | (4.033) |
| Impostos a recuperar | 3.897 | - | 3.897 | - | - | - | - | - | - | - | (55) | (55) |
| Impostos diferidos | 416 | 694 | 416 | 701 | - | - | - | (20) | (273) | (293) | - | (293) |
| Outros créditos | 70 | - | 70 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Imobilizado | 15.881 | 15.934 | 15.881 | 15.951 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Investimentos | 5 | 494 | 5 | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Intangível | 14 | 20 | 17 | 7 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Total do ativo | 135.827 | 125.942 | 133.932 | 124.564 | | | | | | | | |
| Passivo | 19.156 | 19.294 | 19.173 | 19.312 | | | | | | | | |
| Circulante | 4.723 | 5.323 | 4.723 | 5.323 | | | | | | | | |
| Fornecedores | 4.723 | 5.323 | 4.723 | 5.323 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | 9.622 | 9.787 | 9.622 | 9.787 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Impostos a recolher | 1.650 | 1.889 | 1.650 | 1.889 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Salários e encargos a pagar | 1.859 | 1.727 | 1.859 | 1.727 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Adiantamento de clientes | 400 | 41 | 417 | 59 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Parcelamentos de impostos | 592 | 224 | 592 | 224 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Dividendos a pagar | 5 | 5 | 5 | 5 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros passivos | 305 | 298 | 305 | 298 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Não circulante | 10.729 | 18.809 | 9.281 | 17.821 | | | | | | | | |
| Empréstimos e financiamentos | 6.641 | 15.229 | 6.641 | 15.229 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Partes relacionadas | - | 176 | - | 176 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão para contingências | 1.448 | 988 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Parcelamentos de impostos | 1.402 | 481 | 1.402 | 481 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros passivos | 701 | 1.123 | 701 | 1.123 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Patrimônio líquido | 105.942 | 87.839 | 105.478 | 87.431 | | | | | | | | |
| Capital social | 32.449 | 32.449 | 32.449 | 32.449 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva de capital | 72.589 | 45.418 | 72.589 | 45.418 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva de lucros | 904 | 9.969 | 904 | 9.972 | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Participação dos acionistas não controladores | - | - | (464) | (408) | | | | | | | | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 135.827 | 125.942 | 133.932 | 124.564 | | | | | | | | |

NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Informações gerais: Contexto operacional: A Brasceras é uma sociedade com sede na Avenida Copacabana, 238, na Cidade de Barueri, Estado de São Paulo. A Companhia tem como objeto social: • Comércio de parafinas; • Entabulamento de parafinas; • Comércio de produtos químicos em geral; • Fabricação de produtos químicos próprios; • Fabricação e comercialização de emulsão de parafina; • Importação e exportação; • Transporte rodoviário de cargas, em veículos próprios ou de terceiros. A aprovação das demonstrações financeiras: A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela administração da Companhia em 22 de abril de 2022. Pandemia global - Corona Virus: Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. Neste cenário, a Companhia vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. As avaliações mais relevantes estão comentadas a seguir: • Corporativo - unidade de SP - trabalho remoto (home office) para os profissionais administrativos (compras, financeiro, controladoria), Recursos Humanos, Tecnologia, estando presencialmente somente o CEO e o comercial. Disponibilizando equipamento de tecnologia como computadores e acesso remoto via VPN. Todo suporte a todos os profissionais Home office, pelo setor de TI. A comunicação por google meeting, Microsoft teams e Skype. • Para os profissionais em campo, fornecido mascarar de proteção, álcool em gel e controle de temperatura na entrada. • Não permitido receber profissionais externos terceiros no estabelecimento. • Nas fabricas RJ e Ba, foram adotados distanciamento de 1 metro entre cada profissional administrativo, e nas fabricas fornecidos mascarar e álcool em gel, controle de temperatura na entrada e restringido a entrada de fornecedores e prestadores de serviços. • Foram utilizados os recursos fornecidos pelo Governo como reduções de jornadas de trabalho de acordo com o planejamento de fábrica em função da demanda - Covid 19. • Adotamos o adiamento dos impostos federais e estaduais permitidos pelo Governo e pagos na data determinada pelo governo, como FGTS, PIS COFINS, ICMS 2 PARCELA LEI DESENVOLVE- ESTADO DA BAHIA. • Contratados empréstimos relativos aos programas financeiros disponibilizados pelo Governo para garantir a e manter saudável a liquidez da operação. • Foram respeitados todos os lockdowns impostos pelos governantes locais. No contexto geral a Companhia foi administrada com foco em não afetar os negócios devido a pandemia covid-19, mantendo a integridade das operações financeiras e operacionais. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos administradores e acionistas Brasceras S.A. Indústria e Comércio, Barueri - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, da Brasceras S.A. Indústria e Comércio ("Brasceras" ou "Companhia") e suas controladas, identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião as demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31/12/2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individual e consolidado para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Partes relacionadas:** Conforme mencionado na nota explicativa nº. 14 as demonstrações financeiras, a Companhia mantém volumes significativos de transações de mútuos com partes relacionadas. Conseqüentemente, os resultados destas operações, bem como sua posição patrimonial e financeira, podem ser diferentes daqueles que seriam obtidos de transações efetuadas apenas com partes não relacionadas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada

apresentadas na Nota 2. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor que no caso de outros ativos e passivos financeiros é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como aquelas cujas premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. Resumo das práticas contábeis: Bases de consolidação: As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Empresa e da entidade controlada pela Empresa (sua controlada) elaboradas até 31 de dezembro de cada exercício. O controle é obtido quando a Empresa: • tem poder sobre a investida; • está exposta, ou tem direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e • tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos. A Empresa reavalia se retém ou não o controle de uma investida se fatos e circunstâncias indicarem a ocorrência de alterações em um ou mais dos três elementos de controle relacionados anteriormente. A consolidação de uma controlada começa quando a Empresa obtém o controle sobre a controlada e termina quando a Empresa perde o controle sobre a controlada. Todas as transações, saldos, receitas e despesas e fluxos de caixa entre as empresas do Grupo são eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Quando necessário, as demonstrações financeiras da controlada são ajustadas para adequar suas políticas contábeis às políticas contábeis do Grupo. • Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor: Em 25 de outubro de 2021, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu o décimo nono documento de revisão de normas contábeis, as entidades devem aplicar essas alterações nos exercícios anuais com início em, ou após, 1º de janeiro de 2022, ou seja, não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas não é permitida no Brasil pelo CPC. • Inclusão dos itens 39AG e o novo D13A, alteração da alínea (f) do item D1 e renúncia do item D13A para D13B no CPC 37 (R1) - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, para simplificar a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote normas internacionais pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais. • Inclusão dos itens 7.1.9, 7.2.35, e seu título, e B3.3.6A e alteração do item B3.3.6 no CPC 48 - Instrumentos Financeiros, para esclarecer quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros. • Alteração do item 22 e inclusão do item 65 no CPC 29 - Ativo Biológico e Produto Agrícola, para remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no CPC 29 com as de outras normas CPCs. • Alteração dos itens 17 e 74 e inclusão dos itens 20A, 74A, 80D e 81N no CPC 27 - Ativo Imobilizado, para proibir uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. • Inclusão

de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às demonstrações financeiras da Companhia ou atividades de seu negócio da Companhia e suas controladas para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Barueri, 18/04/2023. **Mazars Auditores Independentes** Daniel Augusto Reis - CRC 1SP254522/O-0 Paulo Alexandre Misse - CRC 1SP268349/O-5

DIRETORIA

Kleber Reimberg Gutschow - Diretor Presidente
Andrea Zebellini - Contadora - CRC 1SP159233/O-8

Publicidade Legal

Szajman Participações Societárias S.A.

CNPJ/MF nº 07.907.358/0001-41

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

| Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais) | | | | Demonstrações dos Resultados – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais) | | | | |
|--|---------------|---------------|--|--|---------------|---|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | | 2022 | 2021 | | 2022 | 2021 |
| Ativo | | | Passivo | | | Receitas (Despesas) Operacionais | 2022 | 2021 |
| Circulante | 670 | 6.528 | Circulante | 2.333 | 2.315 | Despesas gerais e administrativas | (20) | (29) |
| Caixa e equivalente de caixa | 578 | 1.603 | Obrigações fiscais | 25 | 7 | Resultado de equivalência patrimonial | (1.846) | (6.893) |
| Impostos a recuperar | 92 | 45 | Outras obrigações | 2.308 | 2.308 | Resultado financeiro | 177 | 66 |
| Valores a receber de empresas ligadas | - | 4.880 | Patrimônio Líquido | 30.418 | 32.141 | Despesas tributárias | (9) | (3) |
| | | | Capital social | 27.656 | 98.001 | Resultado antes da tributação | (1.698) | (6.859) |
| Não Circulante | 32.081 | 27.928 | Reservas de lucros | 4.485 | 4.485 | Provisão imposto de renda e contribuição social | (25) | (6) |
| Investimentos | 32.081 | 27.928 | Prejuízos acumulados | (1.723) | (70.345) | Prejuízo líquido do exercício | (1.723) | (6.865) |
| Total do Ativo | 32.751 | 34.456 | Total do Passivo e Patrimônio Líquido | 32.751 | 34.456 | | | |

| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais) | | | | |
|--|----------------|-------------------|--------------------|---------------|
| | Capital social | Reserva de lucros | Prejuízo acumulado | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 98.001 | 4.485 | (63.480) | 39.006 |
| Prejuízo Líquido do Exercício | - | - | (6.865) | (6.865) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 98.001 | 4.485 | (70.345) | 32.141 |
| Redução de capital | (70.345) | - | 70.345 | - |
| Prejuízo Líquido do Exercício | - | - | (1.723) | (1.723) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 27.656 | 4.485 | (1.723) | 30.418 |

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

1. Contexto operacional – Objeto social: A Szajman Participações Societárias S.A. foi constituída em 10 de fevereiro de 2006, e tem como objeto a participação societária em instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

2. Apresentação das demonstrações financeiras – Base de apresentação: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3. Principais políticas e práticas contábeis – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por banco conta movimento e aplicações financeiras, em moeda nacional, resgatáveis a qualquer momento sem efeito de penalidades e risco insignificante de mudança de valor justo. Tendo como única finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo. **b. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do período. **c. Investimentos:** Os investimentos da companhia em suas controladas em conjunto são registrados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2).

4. Caixa e equivalente de caixa

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------------|------------|--------------|
| Bancos Conta Movimento | 8 | 11 |
| Títulos e Valores Mobiliários – CDB | 570 | 1.592 |
| | 578 | 1.603 |

5. Investimentos – Em 31 de dezembro de 2022 a companhia registrou investimentos na empresa Banco VR S.A. no valor de R\$ 32.081 (R\$ 27.928 em 2021), com base em informações contábeis.

| | 2022 | | 2021 | |
|--------------------------|-----------------|---------------------|-----------------|---------------------|
| | Ativo (passivo) | Receitas (despesas) | Ativo (passivo) | Receitas (despesas) |
| Banco VR SA (Controlada) | 578 | 172 | 1.603 | 71 |

6. Patrimônio líquido – O capital social está representado em 31 de dezembro de 2022, por 27.656 ações nominativas, das quais 13.828.158 ações ON e 13.828.56 ações PN sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas por acionistas domiciliados no País.

7. Transações entre partes relacionadas – Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, as operações realizadas com partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

A Diretoria Contador – Ademar Ripke Júnior – TC CRC 1SP 217.934/O-2

VR Aluguéis e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 01.041.019/0001-49

Relatório da Administração

Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31/12/2022 e 2021. A Diretoria

| Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais) | | | | Demonstrações dos Resultados Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais) | | | | |
|--|---------------|---------------|--|--|---------------|--|-----------------|--------------|
| | 2022 | 2021 | | 2022 | 2021 | | 2022 | 2021 |
| Ativo | | | Passivo | | | Receitas Operacionais | 2022 | 2021 |
| Circulante | 10.517 | 42.515 | Circulante | 8.414 | 11.943 | Receita de locação de bens imóveis | 3.939 | 3.453 |
| Caixa e equivalente de caixa | 10.369 | 42.322 | Fornecedores | 433 | 160 | Outras receitas operacionais | 3.403 | 3.453 |
| Outras contas a receber | 148 | 193 | Outras obrigações | 7.981 | 11.783 | Receitas (Despesas) Operacionais | | |
| Não Circulante | 47.981 | 51.414 | Não Circulante | 11.527 | 31.962 | Despesas gerais e administrativas | (16.516) | (15.575) |
| Imóveis destinados à venda | 16.893 | 16.903 | Contas a pagar com partes relacionadas | 6.614 | 25.391 | Despesas tributárias | (1.966) | (1.660) |
| Contas a receber com partes relacionadas | 347 | 347 | Provisão para contingências | 67 | 67 | Outras Despesas Operacionais | - | (66) |
| Impostos a recuperar | 5.120 | 4.632 | Emprestimos e financiamentos | 2.148 | 3.806 | Resultado de equivalência patrimonial | 2.658 | 16.240 |
| Depósitos judiciais | 67 | 67 | Outras contas a pagar | 2.698 | 2.698 | Resultado financeiro | 434 | 479 |
| Investimentos | 4.870 | 6.291 | Patrimônio Líquido | 38.557 | 50.024 | Resultado Operacional | (11.451) | 2.871 |
| Imobilizado | 20.684 | 23.174 | Capital social | 32.598 | 32.598 | Resultado não operacional | (16) | 970 |
| | | | Reservas de lucros | 17.426 | 17.426 | Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício | (11.467) | 3.841 |
| Total do Ativo | 58.498 | 93.929 | Prejuízos acumulados | (11.467) | - | | | |
| | | | Total do Passivo e Patrimônio Líquido | 58.498 | 93.929 | | | |

| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais) | | | | | | |
|--|----------------|---------------------------------|-----------------|--------------------|-------------------------------|---------------|
| | Capital social | Ajuste de avaliação patrimonial | Reservas legais | Reservas de lucros | Lucros (prejuízos) acumulados | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 32.598 | 4.800 | 455 | 13.130 | - | 50.983 |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | (4.800) | - | - | (4.800) | (4.800) |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 3.841 | 3.841 |
| Destinação proposta: | | | | | | |
| Reservas | - | - | 191 | 3.650 | (3.841) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 32.598 | - | 646 | 16.780 | - | 50.024 |
| Prejuízo líquido do exercício | - | - | - | - | (11.467) | (11.467) |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 32.598 | - | 646 | 16.780 | (11.467) | 38.557 |

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional – a. Objeto social: A VR Aluguéis e Serviços S.A. tem como objeto social a administração de bens imóveis próprios ou de terceiros e a participação em outras sociedades comerciais, industriais, agrícolas ou civis, com recursos próprios e/ou oriundos de incentivos fiscais. **2. Apresentação das demonstrações financeiras – Base de apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). **3. Principais políticas e práticas contábeis –** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por banco conta movimento e aplicações financeiras, em moeda nacional, resgatáveis a qualquer momento sem efeito de penalidades e risco insignificante de mudança de valor justo. Tendo como única finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo. **b. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. **c. Imóveis a comercializar:** Representados pelo custo de aquisição dos terrenos, acrescido dos custos de construção e de outros gastos relacionados ao processo de desenvolvimento dos empreendimentos em construção ou reforma. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a administração da Companhia não detectou a necessidade de provisão para redução ao valor recuperável para seus ativos. **d. Investimentos:** Os investimentos em suas controladas em conjunto são registrados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. **e. Imobilizado:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens (impairment), quando aplicável, conforme CPC 27.

4. Caixa e equivalente de caixa

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Bancos conta movimento | 226 | 250 |
| Títulos e Valores Mobiliários – CDB | 10.143 | 42.072 |
| | 10.369 | 42.322 |

5. Investimentos – Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos da Companhia em suas controladas em conjunto são registrados no valor de R\$ 2.260 (R\$ 3.681 em 2021). Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, os investimentos em outras empresas estão avaliados pelo custo de aquisição, é composta pelo investimento no valor de R\$ 2.610.

6. Imobilizado

| | 2022 | 2021 |
|----------|---------------|---------------|
| Veículos | 2.427 | 4.368 |
| Imóveis | 17.668 | 18.576 |
| Outras | 589 | 230 |
| | 20.684 | 23.174 |

7. Patrimônio líquido – O capital social em 31 de dezembro de 2022 é de 32.598.181, ações sem valor nominal, das quais 16.299.090 são ações ordinárias e 16.299.091 são ações preferenciais.

8. Despesas gerais e administrativas

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Despesas de serviços de terceiros | 9.426 | 9.295 |
| Despesas de manutenção e reparos | 1.151 | 1.151 |
| Despesas de amortização e depreciação | 2.894 | 2.731 |
| Despesas de pessoal | 1.036 | 925 |
| Outras | 2.009 | 1.473 |
| | 16.516 | 15.575 |

9. Despesas Tributárias

| | 2022 | 2021 |
|--------|--------------|--------------|
| IPTU | 1.728 | 1.152 |
| Outras | 238 | 508 |
| | 1.966 | 1.660 |

A Diretoria Ademar Ripke Júnior Contador TC CRC 1SP 217.934/O-2

Transbrasiliana Concessionária de Rodovia S.A.

CNPJ/MF nº 09.074.183/0001-64 – NIRE 35.300.346.238 (Companhia Aberta)

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 05 de abril de 2023

Data, Local e Hora: 05/04/2023, às 8h30min, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli, Presidente e Sra. Larissa Mardegan Ribeiro de Souza, Secretária. **Deliberações tomadas por unanimidade:** **1.** Aprovar o encaminhamento para deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária e recomendar a ratificação da aprovação da remuneração dos administradores da Companhia realizada no exercício de 2022, conforme demonstrações financeiras já publicadas e prestação de contas. **2.** Aprovar o encaminhamento para deliberação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a proposta de remuneração global dos administradores para o exercício de 2023, no montante de até R\$ 3.555.356,00. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser tratado, foi lavrada a presente ata. **Lins, 05/04/2023. Carlo Alberto Bottarelli – Presidente; João Villar Garcia – Conselheiro; Roberto Solheid da Costa de Carvalho – Conselheiro; Larissa Mardegan Ribeiro de Souza – Secretária.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 147.512/23-2 em 17/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

BRVIAS Holding TBR S.A.

CNPJ/MF nº 09.347.081/0001-75 – NIRE 35.300.352.165

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 06 de abril de 2023

Data, Local e Hora: 06/04/2023, às 16:00 horas, na sede social da Companhia. **Convocação e Presença:** Dispensada, em virtude da presença da totalidade dos membros do Conselho de Administração. **Mesa:** Sr. Carlo Alberto Bottarelli, Presidente e a Sra. Larissa Mardegan Ribeiro de Souza, Secretária. **Deliberações tomadas por unanimidade:** **1.** Ratificar a contratação da empresa BDO RCS Auditores Independentes SS, para a realização de Auditoria Independente da BRVIAS Holding TBR S.A. **2.** O tema aprovado no item 1 acima foi apresentado aos membros do Conselho de Administração, nos termos do material informativo que foi previamente disponibilizado aos Conselheiros. **3.** Autorizar que a Diretoria pratique todas as providências necessárias à implementação da matéria aprovada, incluindo a assinatura de instrumentos específicos. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata. **São Paulo, 06/04/2023. Carlo Alberto Bottarelli – Presidente/Conselheiro; Larissa Mardegan Ribeiro de Souza – Secretária; João Villar Garcia – Conselheiro; Roberto Solheid da Costa de Carvalho – Conselheiro.** Junta Comercial do Estado de São Paulo. Certifico o registro sob o nº 147.700/23-1 em 17/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

DÓLAR

compra/venda

Câmbio livre BC -

R\$ 5,0607 / R\$ 5,0613 **

Câmbio livre mercado -

R\$ 5,0620 / R\$ 5,0640 *

Turismo - R\$ 5,1700 /

R\$ 5,2690

(*) cotação média do

mercado

(**) cotação do Banco

Central

Variação do câmbio livre

mercado

no dia: +0,47%

OURO BM&F

R\$ 319,80

BOLSAS

B3 (Ibovespa)

Variação: -0,70%

Pontos: 103.220

Volume financeiro:

R\$ 20,604 bilhões

Maiores altas: Braskem

PNA (4,97%), São

Martinho ON (2,69%),

Banco PAN PN (1,74%)

Maiores baixas: MRV ON

(-8,55%), Grupo Soma

ON (-6,21%), CVC ON

(-5,14%)

S&P 500 (Nova York):

-1,58%

Dow Jones (Nova York):

-1,02%

Nasdaq (Nova York):

-1,98%

CAC 40 (Paris): -0,56%

Dax 30 (Frankfurt):

0,05%

Financial 100 (Londres):

-0,27%

Nikkei 225 (Tóquio):

0,09%

Hang Seng (Hong Kong):

-1,71%

Shanghai Composite

(Xangai): -0,32%

CSI 300 (Xangai e

Shenzhen): -0,5%

Merval (Buenos Aires):

1,21%

IPC (México): -0,63%

ÍNDICES DE INFLAÇÃO

IPCA/IBGE

Novembro 2022: 0,41%

Dezembro 2022: 0,62%

Janeiro 2023: 0,53%

Fevereiro 2023: 0,84%

Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A.

CNPJ/MF nº 08.588.838/0001-50

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Srs. Acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. A Administração

| Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de Reais) | | | |
|---|----------------|----------------|--|
| Ativo | 31/12/2022 | 31/12/2021 | |
| Circulante | 8.653 | 9.676 | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 3.267 | 5.357 | |
| Contas a receber | 4.493 | 3.662 | |
| Despesas antecipadas | 854 | 458 | |
| Demais ativos | 39 | 199 | |
| Não circulante | 288.102 | 288.627 | |
| Contas a receber | 5.097 | 5.059 | |
| Despesas antecipadas | 181 | 785 | |
| Demais ativos | 13 | 14 | |
| Imoveis a comercializar | 225.264 | 225.222 | |
| Propriedade para investimento | 56.985 | 56.985 | |
| Imobilizado | 562 | 562 | |
| Total do ativo | 296.755 | 298.303 | |
| Passivo | 24.082 | 26.714 | |
| Circulante | 21.875 | 21.855 | |
| Empréstimos e financiamentos | 21.875 | 21.855 | |
| Fornecedores | 215 | 215 | |
| Obrigações tributárias | 1.324 | 1.263 | |
| Tributos diferidos | 668 | - | |
| Demais passivos | - | 3.381 | |
| Não circulante | 48.054 | 69.239 | |
| Empréstimos e financiamentos | 47.314 | 69.209 | |
| Tributos diferidos | 740 | 30 | |
| Patrimônio líquido | 224.619 | 202.350 | |
| Capital social | 175.729 | 175.729 | |
| Reservas de lucros e dividendos obrigatórios | 48.890 | 26.621 | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 296.755 | 298.303 | |

| Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | | | | | | |
|---|----------------|---------------|-------------------------------|--|-------------------|--------------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais) | | | | | | |
| | Capital social | Reserva Legal | Reserva de retenção de lucros | Dividendos obrigatórios não distribuídos | Lucros acumulados | Patrimônio líquido |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 175.729 | 860 | 11.340 | - | - | 187.929 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 18.421 | 18.421 |
| Destinação Proposta: | | | | | | |
| - Dividendos Distribuídos | - | - | - | - | (4.000) | (4.000) |
| - Reserva Legal e retenção de lucros | - | 921 | 13.500 | - | (14.421) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 175.729 | 1.781 | 24.840 | - | - | 202.350 |
| Lucro líquido do exercício | - | - | - | - | 22.269 | 22.269 |
| Destinação Proposta: | | | | | | |
| - Dividendos obrigatórios não distribuídos | - | - | - | 10.578 | (10.578) | - |
| - Reserva Legal e retenção de lucros | - | 1.113 | 10.578 | - | (11.691) | - |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 175.729 | 2.894 | 35.418 | 10.578 | - | 224.619 |

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional – A Morumbi do Brasil Projetos Imobiliários S.A. (“Empresa” ou “Morumbi”) foi constituída em 2 de janeiro de 2007, com o objetivo de deter participação em outras sociedades, comerciais ou civis, como sócia, acionista ou quotista; promover a administração de bens próprios, e realizar compra, venda, locação e administração de imóveis próprios. A sede da empresa está localizada na Av. Morumbi 7.395, Vila Cordeiro, São Paulo-SP. **Detalhe do empreendimento:** A Torre Z é um empreendimento comercial, triple A, localizado na Avenida Dr. Churci Zaidan, 296, Vila Olímpia, São Paulo-SP (antes registrado como Av. Morumbi, 7.395, conforme matrícula). O edifício possui 40.331 m² de área bruta locável (ABL) dividida entre 27 andares e 9 lojas. Em 31 de dezembro de 2022, aproximadamente 87,8% da área total da Torre Z estava locada, para 17 locatários.

2. Apresentação das demonstrações financeiras – a. Base de apresentação: As demonstrações financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem os pronunciamentos, orientações e interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A diretoria da Empresa autorizou a conclusão das demonstrações financeiras em 30 de março de 2023, considerando os eventos subsequentes ocorridos até esta data, que não tiveram efeitos sobre estas demonstrações financeiras. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos. **c. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Empresa. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor máximo mais próximo, exceto quando de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamento, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

3. Principais políticas e práticas contábeis – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalente de caixa:** A Empresa classifica nesta categoria os saldos de caixa, de contas bancárias de livre movimentação, e os investimentos de curto prazo, de alta liquidez, que são prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, e cujo vencimento seja inferior a 90 dias. **b. Despesas antecipadas:** Refere-se a prêmio de seguro pago pela Empresa e amortizado de acordo com a vigência do contrato e, ao pagamento de comissão referente à intermediação do contrato de aluguel, amortizado pelo prazo de locação do imóvel. **c. Estoque de imóveis:** São avaliados ao custo de construção ou aquisição, ou valor de mercado, dos dois, o menor, e estão compostos por terrenos, custos de construção que são formados por gastos vinculados ao desenvolvimento do projeto imobiliário, materiais, mão de obra aplicada e outros correlatos. Quando o custo de construção do imóvel exceder o fluxo de caixa esperado

da sua operação de locação ou venda, uma perda de redução ao valor recuperável é reconhecida no período em que foi determinado que o valor contábil não fosse recuperável. Os saldos em aberto nas datas de encerramento dos balanços não excedem os respectivos valores líquidos de realização. A classificação de imóvel entre circulante e não circulante é realizada pela Administração com base na expectativa de prazo de comercialização do imóvel. A Administração revisa periodicamente as estimativas de comercialização. **d. Propriedade para investimento:** Propriedade para investimento é a propriedade mantida para auferir receita de aluguel ou para valorização de capital ou para ambos, mas não para a venda no curso normal dos negócios, utilização na produção ou fornecimento de produtos ou serviços ou para propósitos administrativos. A propriedade para investimento é mensurada pelo custo. Os encargos de depreciação são calculados pelo método linear, mediante aplicação de taxas que levam em conta o tempo de vida útil econômica dos bens. **e. Redução ao valor recuperável (Impairment):** De acordo com o pronunciamento CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativo, a Empresa analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo pode estar registrado por valor superior ao seu valor de realização. Caso sejam identificadas tais evidências, a Empresa estima os valores recuperáveis do ativo e caso o valor de realização (valor justo) seja inferior ao valor contábil, efetua o ajuste para refletir o valor de realização do ativo. Em 31 de dezembro de 2022, a administração procedeu a avaliação de recuperabilidade e concluiu que não há perda para redução ao valor recuperável de seus ativos. **f. Gestão do risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da administração, que elaborou um modelo para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Empresa gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de créditos bancárias por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. **g. Instrumentos financeiros:** Os instrumentos financeiros da Empresa compreendem os caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, empréstimos e financiamentos e contas a pagar. A Empresa reconhece os instrumentos financeiros na data em que se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. **Ativos financeiros:** Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: (a) ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado; (b) ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. A classificação depende da natureza e finalidade dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial. **Passivos financeiros:** Os passivos financeiros são classificados como “Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado” ou “Passivos financeiros ao custo amortizado”. A Empresa apresenta apenas passivos financeiros ao custo amortizado. **h. Empréstimos e financiamentos:** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Subsequentemente são apresentados pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva de juros. **i. Imposto de renda e contribuição social:** Em 2022 e 2021 a Empresa optou pelo regime de lucro presumido, desta forma, a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social é calculada à razão de 32% sobre as receitas de locação e de 100% sobre receitas financeiras e dos ganhos realizados, sobre a qual aplicam-se as alíquotas de 15% (mais adicional de 10%) e 9% referentes ao imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social sobre lucro, respectivamente.

4. Caixa e equivalente de caixa 31/12/2022 31/12/2021
 Caixa 1 1
 Bancos 27 85
 Aplicações Financeiras (*) 3.240 5.271
3.267 5.357

(*) São classificados como caixa e equivalentes de caixa, as aplicações que se destinam a cumprir com obrigações de curto prazo. Em 2022 e 2021, referiam-se substancialmente a fundos de investimentos de renda fixa e Certificados de Depósitos Bancários, com liquidez imediata.

5. Contas a receber de clientes 31/12/2022 31/12/2021
 Contas a receber 2.609 1.865
 Contas a receber diferido – linearização de contratos 7.080 6.955
 Perdas estimadas em crédito de liquidação duvidosa (99) (99)
9.590 8.721

6. Estoque de imóveis – Em longo de 2020 os acionistas e a Administração decidiram dedicar esforços no sentido de vender o empreendimento Torre Z, por meio de reuniões e apresentações a potenciais interessados. Tendo em vista a mudança do objetivo da Empresa em relação ao uso do imóvel, a Administração entendeu que seria necessário reclassificar contabilmente de propriedade para investimentos para estoque de imóveis a comercializar, de acordo com o previsto no CPC 28. Essa reclassificação ocorreu em novembro de 2020 no valor de R\$ 225.222. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 225.264 (R\$ 225.222 em 2021).

7. Fornecedores – Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de fornecedores de R\$ 215 (R\$ 215 em 31 de dezembro 2021), está substancialmente representado pelos gastos com obra, engenharia, comissões de aluguel e despesas condominiais referente as unidades vagas.

8. Empréstimos e financiamentos 31/12/2022 31/12/2021
 Debêntures Bradesco (a) 69.647 91.666
 Debêntures Bradesco – custos iniciais da transação (458) (602)
69.189 91.064

Parcela circulante 21.875 21.855
 Parcela não circulante 47.314 69.209

a) Debêntures: A Morumbi captou em 28 de fevereiro de 2020 o montante de R\$ 132.000, por meio de emissão de 132.000 debêntures não conversíveis em ações, em série única, espécie com garantia real, no valor unitário de R\$ 1 (um real), com o objetivo de repêrimento de passivo da Emissora, ou seja, liquidação antecipada do financiamento imobiliário contratado junto ao Banco Bradesco S.A. e reforço de capital de giro. O prazo de vencimento final das debêntures ocorrerá em 28 de fevereiro de 2026. O saldo do valor nominal unitário

Demonstração dos Resultados
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais, exceto lucro por ação)

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|---|---------------|---------------|
| Receita Líquida | 43.434 | 34.892 |
| Receitas (despesas) operacionais | - | - |
| Despesas gerais e administrativas (6.600) (6.045) | | |
| Depreciação e amortização (97) (91) | | |
| Amortização de comissão de aluguel (422) (370) | | |
| Outras receitas (despesas) operacionais 3.383 (1) | | |
| Lucro antes do resultado financeiro | 39.698 | 28.385 |
| Despesas financeiras (10.591) (5.986) | | |
| Receitas financeiras 262 134 | | |
| Lucro antes do imposto de renda e contribuição social | 29.369 | 22.533 |
| Imposto de renda e contribuição social (7.100) (4.112) | | |
| Lucro líquido do exercício | 22.269 | 18.421 |
| Lucro por ação básico e diluído por ação (em reais) 0,126724 0,104826 | | |

Demonstração dos Resultados Abrangentes
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais)

| | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
|--|---------------|---------------|
| Lucro líquido do exercício | 22.269 | 18.421 |
| Outros resultados abrangentes | - | - |
| Resultado abrangente total do exercício | 22.269 | 18.421 |

j. Patrimônio líquido: Capital Social: O aumento ou diminuição de capital social são definidos em assembleia e formalizados através da alteração do Estatuto Social da Empresa. **Resultado do exercício (Destinação):** O lucro líquido do exercício apurado, após as deduções de reservas e provisões legais, bem como quaisquer outras que a Empresa julgar necessárias para a sua segurança, terá a destinação que lhe for determinada por deliberação dos acionistas em Assembleia Geral. **k. Resultado:** Compreende despesas e receitas registradas pelo regime de competência. **l. Receitas de aluguel:** A receita de aluguel de propriedade para investimento é reconhecida no resultado pelo método linear. As receitas de locação são reconhecidas em função dos prazos decorridos, resultados auferidos e serviços prestados no regime de competência. A linearização das receitas tem por objetivo equalizar as receitas de locação durante o prazo de vigência do contrato, diluindo o impacto decorrente das carências financeiras concedidas.

9. Patrimônio líquido – Capital social: Em 31 de Dezembro de 2022, o capital social da Morumbi é de R\$ 175.729 (R\$ 175.729 em 2021), correspondente a 175.729.395 (175.729.395 ações em 2021) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal:

| Acionista | Nº de mil ações | Valor nominal – em R\$ mil | Porcentagem |
|---|-----------------|----------------------------|-------------|
| VR Holdings.S.A. | 87.864,5 | 87.864,5 | 50% |
| Triax Empreendimentos e Participações Ltda. | 87.864,5 | 87.864,5 | 50% |
| Total | 175.729 | 175.729 | 100% |

Compuway Comercial e Serviços S.A.

CNPJ/ME 54.969.134/0001-44 – NIRE 35.300.470.796

Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de março de 2023

1. Data, Horário e Local: 30/03/2023, às 15 horas, na sede social da Companhia, na Rua Comendador Eduardo Saccab, 215 – Sala 213 Campo Belo – São Paulo-SP. **2. Mesa:** Sra. Ana Lúcia Teixeira Berenhauer, Presidente; e Sra. Ana Paula Dinhi Berenhauer, Secretária. **3. Convocação e Publicação:** Dispensada a convocação em virtude da presença da totalidade das acionistas representando a totalidade do capital social. **4. Ordem do Dia:** Deliberação sobre: (i) Relatório anual da Administração, do Balanço Patrimonial e das demais Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2022; (ii) Destinação dos lucros auferidos no exercício social de 2022 e distribuição de dividendos pela Companhia; (iii) Reeleição dos membros da diretoria; e (iv) Prestação de aval pela Companhia para a operação de financiamento/operação de crédito da coligada Enops Engenharia S/A, para execução do Contrato do Consórcio Vidágua. **5. Deliberações:** Os Acionistas aprovaram por unanimidade o quanto segue: (i) O relatório da Administração, o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2022; (ii) A ratificação e aprovação da destinação do lucro auferido pela Companhia no exercício social de 2022, da seguinte forma: (a) distribuição proporcional antecipada de dividendos aos acionistas da Companhia do valor de R\$ 220.000,00, mesmo não sendo o dividendo mínimo obrigatório conforme estatuto social, conforme aprovado pelos acionistas; e (b) o saldo restante após a constituição da reserva legal e dividendos referidos no item “a”, serão destinados à conta de reserva de lucros para reinvestimento na Companhia. (iii) A reeleição para ocuparem o cargo de diretoras da Companhia as Sras. Ana Lúcia Teixeira Berenhauer, RG nº 3.083.409-0 SSP/SP, CPF/ME nº 118.578.938-32; e Ana Paula Dinhi Berenhauer, RG nº 24.370.221 SSP-SP, CPF/ME nº 186.260.498-38, as diretoras ora eleitas tomam posse, neste ato, e terão mandato de 3 anos, iniciado nesta data, e declaram expressamente, sob as penas da lei, que não possuem qualquer impedimento por lei especial, que não estão incurso em nenhum crime que as impeça de exercer atividades mercantis ou administrar a Companhia, bem como que não estão condenadas ou sob efeitos de condenação, a pena que vede, ainda que temporariamente, acesso a cargos públicos. (iv) A prestação de aval pela Companhia em operação de financiamento/operação de crédito de sua coligada Enops Engenharia S/A (“Enops”) junto ao Banestes S/A – Banco do Estado do Espírito Santo no valor de R\$ 12.000.000,00, com a finalidade de execução do Contrato junto a CESAN em nome Consórcio Vidágua, em que a Enops detém participação de 25% e a Companhia também detém participação de 25%. **6. Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta ata. **7. Presentes:** Acionistas: Ana Lúcia Teixeira Berenhauer e Ana Paula Dinhi Berenhauer. São Paulo, 30/03/2023. Ana Lúcia Teixeira Berenhauer – Presidente da Mesa; Ana Paula Dinhi Berenhauer – Secretária da Mesa. JUCESP – Registrado sob o nº 156.164.23-1 em 19/04/2023. Gisela Simiema Ceschin – Secretária Geral.

Grandes BCs voltam a fazer operações de swap de dólares com Fed semanalmente

O Banco da Inglaterra (BoE, na sigla em inglês), o Banco do Japão (BoJ, na sigla em inglês), o Banco

Central Europeu (BCE) e o Banco Nacional da Suíça (SNB, na sigla em inglês) anunciaram na terça-feira que voltarão a fazer operações de swap de dólares com o Federal Reserve (Fed, o BC dos EUA) uma vez por semana, e não mais diariamente, como vinha ocorrendo. A decisão foi tomada após consulta com o Fed, segundo comunicado conjunto. Os BCs não detalharam o motivo na alteração, mas a decisão veio em meio à redução da turbulência no setor financeiro após a quebra de três bancos regionais

dos EUA, no mês passado. “Esses bancos centrais estão prontos para reajustar o fornecimento de liquidez em dólares dos EUA, conforme justificado pelas condições de mercado. As linhas de swap entre esses bancos centrais... servem como importante garantia de liquidez para aliviar tensões nos mercados globais de financiamento, ajudando, desta forma, a mitigar os efeitos de tais tensões na oferta de crédito a famílias e empresas, tanto no mercado interno quanto no exterior”, diz o comunicado.

NSTech S.A.

CNPJ/MF nº 35.714.295/0001-42

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, incluindo o respectivo relatório dos Auditores Independentes estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Balancos Patrimoniais | | | | Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido | | | | | | | | | | |
|--|------------------|----------------|------------------|---|----------------|--------------------|------------------------|---------------------------------|---------------|-------------------|----------------------|----------|---|--------------------------|
| Ativo | Controladora | | Consolidado | | Capital social | Reserva de capital | Capital a integralizar | Ajuste de avaliação patrimonial | Reserva legal | Reserva de lucros | Prejuízos acumulados | Total | Resultado de transações com acionistas minoritários | Patrimônio líquido Total |
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | | | | | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 98.384 | 48.645 | 184.895 | 107.086 | 19.939 | 117.304 | (50.700) | - | 100 | 1.859 | - | 88.502 | - | 88.502 |
| Contas a receber | - | - | 106.451 | 76.962 | 29.209 | 486.357 | - | - | - | - | - | 515.566 | - | 515.566 |
| Estoque | - | - | 907 | 200 | - | - | 27.665 | - | - | - | - | 27.665 | - | 27.665 |
| Impostos a recuperar | 1.135 | 140 | 13.742 | 9.563 | - | - | - | (4.150) | - | - | - | (4.150) | - | (4.150) |
| Adiantamentos | - | 4 | 6.027 | 5.885 | - | - | - | (24.963) | - | - | - | (24.963) | - | (24.963) |
| Despesas antecipadas | 9 | 6 | 1.635 | 1.159 | - | - | - | - | 598 | - | (598) | - | 2.906 | 14.866 |
| Outros ativos | - | 1.000 | 719 | 860 | - | - | - | - | - | - | 11.960 | 11.960 | - | - |
| | 99.528 | 49.795 | 314.376 | 201.716 | | | | | | | | | | |
| Não circulante | | | | | | | | | | | | | | |
| Aplicação financeira | - | - | 704 | 391 | - | - | - | - | - | - | (12) | - | (2.376) | (2.376) |
| Depósitos judiciais | - | - | 1.077 | 1.045 | - | - | - | - | - | 11.350 | (11.350) | - | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | - | - | 140 | 949 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros ativos | - | - | 727 | 100 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Investimentos | 1.106.040 | 773.092 | 47.659 | 7.566 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Direito de uso | - | - | 29.520 | 20.953 | - | - | - | - | - | (24) | 12 | (12) | (2.248) | (2.260) |
| Imobilizado, líquido | - | - | 18.804 | 15.890 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 206.007 |
| Intangível | 41.882 | 72 | 1.294.077 | 874.901 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | 446 |
| | 1.147.922 | 773.164 | 1.392.708 | 921.794 | | | | | | | | | | |
| Total do ativo | 1.247.450 | 822.959 | 1.707.084 | 1.123.510 | | | | | | | | | | |
| Passivo | | | | | | | | | | | | | | |
| Circulante | | | | | | | | | | | | | | |
| Fornecedores | 6 | 80 | 61.403 | 34.942 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Contas a pagar de combinação de negócios | 2.981 | 5.380 | 99.890 | 92.363 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 20.050 | 22.634 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Passivos de arrendamentos | - | - | 7.433 | 5.984 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Salários e encargos a pagar | - | 1 | 51.056 | 27.480 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Impostos e contribuições a recolher | 2.227 | 34 | 17.757 | 11.190 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outras contas a pagar | - | 4.170 | 13.921 | 13.282 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 5.213 | 9.666 | 271.510 | 207.876 | | | | | | | | | | |
| Não circulante | | | | | | | | | | | | | | |
| Contas a pagar de combinação de negócios | - | - | 91.184 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Partes relacionadas | 2.198 | 714 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Empréstimos e financiamentos | - | - | 24.207 | 44.208 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Passivos de arrendamentos | - | - | 24.018 | 16.322 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Obrigações tributárias | - | - | 1.268 | 1.202 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Provisão de contingências | - | - | 13.188 | 10.717 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 14.181 | - | 79.539 | 21.028 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Outros passivos | - | - | 290 | 1.934 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 16.379 | 714 | 233.694 | 131.639 | | | | | | | | | | |
| Patrimônio líquido | | | | | | | | | | | | | | |
| Capital social | 68.184 | 49.149 | 68.184 | 49.149 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| (-) Capital a integralizar | (18.535) | (23.035) | (18.535) | (23.035) | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva de Capital | 804.768 | 603.661 | 805.009 | 603.661 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Ajuste de avaliação patrimonial | 370.743 | 168.886 | 346.226 | 139.773 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Reserva legal e de lucros | 698 | 13.919 | 698 | 13.919 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Prejuízos acumulados | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| Acionistas não controladores | - | - | 299 | 530 | - | - | - | - | - | - | - | - | - | - |
| | 1.225.857 | 812.579 | 1.201.880 | 783.996 | | | | | | | | | | |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 1.247.450 | 822.959 | 1.707.084 | 1.123.510 | | | | | | | | | | |

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações

1. Contexto operacional – A NSTech S.A. (“Controladora” e em conjunto com as suas controladas, “Companhia”, “Grupo NSTech” ou “NSTech”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 05 de dezembro de 2019, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. Seu objeto social é a participação no capital de outras sociedades como sócia, quotista ou acionista. O Grupo NSTech é o mais completo ecossistema conectado de tecnologia para logística e mobilidade do mundo. A Companhia está construindo o futuro digital do transporte de cargas e passageiros junto a todos os elos da cadeia. A NSTech oferece soluções completas e modulares para que os clientes possam evoluir seus negócios, fazerem entregas eficientes e impactarem a sociedade ao reduzir a emissão de CO2, acidentes e roubos. A NSTech é certificada pelo Selo ESG de Negócio Sustentável. Esse registro destaca empresas que oferecem benefícios sociais e ambientais e atuam efetivamente na construção de um sistema econômico mais inclusivo, equitativo e regenerativo para as pessoas e para o planeta.

2. Base de preparação – 2.1. **Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas e estão sendo apresentadas tomando como base as práticas contábeis adotadas no Brasil por meio do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e as disposições previstas na Lei nº 6.404/76. Todas as informações relevantes apresentadas nas demonstrações financeiras são consistentes com as utilizadas pela Administração em sua gestão. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas em reunião pela Administração realizada em 31 de março de 2023.

2.2. **Base de mensuração:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos gerados em transações de combinações de negócios e instrumentos financeiros, aos quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. **Moeda funcional e de apresentação das demonstrações contábeis:** A moeda funcional da Companhia é o Real, mesma moeda de apresentação das informações financeiras individuais e consolidadas. As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando a taxa de câmbio nas datas de cada transação. Os saldos das transações patrimoniais são convertidos na data de cada fechamento de balanço. Todos os valores apresentados nesta demonstração financeira estão expressos em milhares de reais, arredondados ao milhar mais próximo, exceto quando indicado de outro modo.

2.4. **Base de consolidação:** As demonstrações contábeis consolidadas compreendem as demonstrações contábeis da controladora e de suas controladas. O controle é obtido quando a Companhia está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida. A consolidação de uma controlada tem início quando a Companhia obtiver controle em relação à sua controlada e finaliza quando deixa de exercer o controle. As demonstrações contábeis das controladas utilizadas na consolidação foram elaboradas na mesma data base de apresentação da controladora. Os saldos intragrupo de receita, despesa e ganhos ou perdas não realizadas são totalmente eliminados nas demonstrações financeiras consolidadas. Os investimentos em coligadas são registrados pelo método de equivalência patrimonial e, inicialmente, são reconhecidos pelo valor de custo.

Participação de não controladores: A Companhia adotou como prática mensurar a participação de não controladores inicialmente pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis da adquirida na data de aquisição. Mudanças na participação da Companhia em uma controlada que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2022 não há controladas diretas ou indiretamente que possuam participações significativas detidas por acionistas não controladores.

2.3. **Políticas contábeis:** As principais políticas e práticas contábeis adotadas pela Companhia na preparação das informações intermediárias, individuais e consolidadas, são constantes com aquelas resumidas e divulgadas na nota explicativa 2.4 das demonstrações financeiras auditadas da Companhia.

2.4. **Resumo das principais políticas contábeis:**

a) Instrumentos financeiros:

(i) Ativos financeiros: Ativos financeiros são classificados como reconhecimento inicial ao custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ou valor justo por meio do resultado. A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócio de sua controlada para a gestão desses ativos financeiros. Com exceção do contas a receber de clientes que não contenham componente de financiamento significativo ou para as quais a Companhia e suas controladas inicialmente mensuram um ativo financeiro ao seu valor justo acrescido dos custos de transação, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em duas categorias: • Ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); e • Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial pelo valor justo, com as variações líquidas do valor justo reconhecidas na demonstração do resultado. **Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros também é fornecida na seguinte nota explicativa: • Contas a receber de clientes; • Perda por redução do valor recuperável (*impairment*) – item G NE 2.4. A Companhia e suas controladas reconhecem uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia e suas controladas esperam receber. Os fluxos de caixa esperados incluem fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais. A Companhia e suas controladas para as contas a receber de clientes, reconhecem o montante financeiro inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). Uma PECLD é constituída quando há evidência objetiva de que a empresa não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais dos recebíveis. Dificuldades financeiras significativas do devedor, probabilidade de o devedor entrar em falência ou reorganização financeira e inadimplência ou inadimplência dos pagamentos são considerados indicadores de que o recebível está deteriorado. O valor da PECLD é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontando à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma perda estimada e essa perda estimada é reconhecida na demonstração do resultado (P&L) em “Despesa de PECLD”. Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, ela é baixada contra a conta de PECLD para contas a receber de clientes. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditados no P&L em “Despesa de PECLD”. Uma análise do Aging (idade) do contas a receber é feita mensalmente e uma atenção especial deve ser dada ao recebimento destes títulos. Qualquer risco identificado de não recuperabilidade deve ser apresentado nas contas. Para saldos vencidos há mais de 180 dias, para todas as contas a receber deve haver documentação comprobatória em relação ao seu recebimento. Adicionalmente, para os clientes que possuem conta a receber vencidos acima de 180 dias e este valor representar mais que 50% do seu valor total em aberto, 100% do saldo deste cliente deverá ser provisionado como PECLD.

(ii) Passivos financeiros: Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro. Os passivos financeiros da Companhia e suas controladas incluem fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos, arrendamento mercantil e obrigações por aquisição de investimentos. **Mensuração subsequente:** Para fins de mensuração subsequente, os passivos financeiros são classificados em duas categorias:

| Demonstrações do Resultado do Exercício | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|---------------|-----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Receita operacional líquida | - | - | 582.416 | 290.707 |
| Custo dos serviços prestados | - | - | (228.756) | (128.260) |
| Lucro bruto | - | - | 353.660 | 162.448 |
| Despesas operacionais | - | - | - | - |
| Despesas com vendas e marketing | (54) | (197) | (16.932) | (14.550) |
| Despesas administrativas | (4.104) | (599) | (193.176) | (79.593) |
| Amortização de ativos – aquisições | (12.507) | - | (58.683) | - |
| Pesquisa e desenvolvimento (P&D) | - | - | (70.386) | (21.292) |
| Outras receitas (despesas), líquidas | (4) | - | (10.712) | 3.692 |
| Resultado de equivalência patrimonial | (51.790) | 11.983 | (3.085) | - |
| Lucro (prejuízo) operacional bruto | (68.460) | 11.188 | 685 | 50.705 |
| Receita financeira | 17.310 | 821 | 23.900 | 7.530 |
| Despesas financeiras | (825) | (49) | (51.445) | (20.295) |
| Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social | (51.974) | 11.960 | (26.860) | 37.940 |
| Imposto de renda e contribuição social correntes | (4.158) | - | (41.569) | (23.044) |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | 4.252 | - | 18.566 | (30) |
| Lucro líquido (prejuízo) do exercício | (51.880) | 11.960 | (49.863) | 14.865 |
| Atribuível a | | | | |
| Acionistas da Companhia | (51.880) | 11.960 | (51.880) | 11.960 |
| Não controladores | - | - | 2.017 | 2.906 |
| | (51.880) | 11.960 | (49.863) | 14.865 |
| Quantidade de ações | 69.515 | 50.479 | 69.515 | 50.479 |
| Quantidade de ações – média ponderada | 118.532 | 31.683 | 118.532 | 31.683 |
| Lucro líquido (prejuízo) por ações do capital – em reais | (0,44) | 2,65 | (0,42) | 2,13 |

Demonstrações do Resultado Abrangente

| Lucro (prejuízo) do exercício | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Conversão das demonstrações financeiras de controladas no exterior | - | - | 446 | - |
| Ajuste de Avaliação Patrimonial | - | - | - | - |
| Aquisição de participação de acionista minoritário | - | - | (24.963) | (24.963) |
| Instrumento patrimonial de combinação de negócios | 370.743 | 168.886 | 370.743 | 164.736 |
| Total de outros resultados abrangentes | 318.863 | 180.846 | 296.363 | 154.638 |

• Passivos financeiros ao custo amortizado; e • Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado. **Passivos financeiros ao custo amortizado:** Esta é a categoria mais relevante para a Companhia e suas controladas. Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos, dívidas de aquisições e arrendamento mercantil concedidos e contraiados, sujeitos a juros. **Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado:** Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48/IFRS 9 forem atendidos. A Companhia e suas controladas designaram algumas obrigações por aquisição de investimento de passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado. **b) Caixa e equivalentes de Caixa:** Caixa e equivalentes são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, incluem numerário em poder da Companhia e suas controladas, depósitos bancários de livre movimentação e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez com vencimento original em três meses ou menos.

c) Provisão para redução ao valor recuperável de ativos não financeiros: A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças econômicas, operacionais e tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituído *impairment*, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Para o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura, o teste para perda por redução ao valor recuperável de ágio é feito anualmente ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil. **d) Arrendamentos:** A Companhia e suas controladas, aplicam uma única abordagem de reconhecimento e mensuração para todos os arrendamentos, exceto para arrendamentos de curto prazo e ativos de baixo valor. Na data de início de um arrendamento, o arrendatário reconhece os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos a serem realizados durante o prazo do arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos de qualquer depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova mensuração dos passivos de arrendamento. O custo dos ativos de direito de uso inclui o valor dos passivos de arrendamento reconhecidos, custos diretos iniciais incorridos e pagamentos de arrendamentos realizados até a data de início, menos os eventuais incentivos de arrendamento recebidos. Os ativos de direito de uso são depreciados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Na data de início do arrendamento, a Companhia e suas controladas reconhecem os passivos de arrendamento mensurados pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o prazo do arrendamento. Os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos fixos, menos quaisquer incentivos de arrendamento a receber, pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou taxa, e valores esperados a serem pagos sob garantias de valor residual. Ao calcular o valor presente dos pagamentos do arrendamento, a Companhia e suas controladas usam a sua taxa de empréstimo incremental na data de início porque a taxa de juro implícita no arrendamento não é facilmente determinável. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor contábil dos passivos de arrendamento é remensurado se houver uma modificação, mudança no prazo do arrendamento, alteração nos pagamentos do arrendamento ou uma alteração na avaliação de uma opção de compra do ativo subjacente. **e) Imobilizado: (i) Reconhecimento e mensuração:** Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia e sua controlada incluem o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos restauração do local onde estes ativos estão localizados, e quando relevantes, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras despesas e

... continuação

uma das unidades geradoras de caixa da Companhia e suas controladas e que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a estas unidades. Quando um ágio fizer parte de uma unidade geradora de caixa e uma parcela dessa unidade for alienada, o ágio associado à parcela alienada deve ser incluído no custo da operação ao apurar-se o ganho ou a perda na alienação. O ágio alienado nessas circunstâncias é apurado com base nos valores proporcionais da parcela alienada em relação à unidade geradora de caixa mantida. **J) Receitas:** No grupo nstech as receitas são reconhecidas em conformidade ao disposto no IFRS 15/CPC 47: quando existe um contrato com o cliente, as obrigações de desempenho são identificadas, o preço da transação é mensurável e alocado de forma confiável, quando o controle dos bens ou serviços são transferidos para o cliente e todos os demais critérios de reconhecimento de receita são atendidos, com isso a receita não é reconhecida com apenas vinculado ao faturamento dado que com frequência o serviço ser prestado em um mês e liberado para ser faturado apenas em meses posteriores. As receitas são apresentadas líquidas de impostos, devoluções, abatimentos e descontos, quando aplicável. **(f) Receita de Risk Monitoring e background check:** As receitas de Risk monitoring e Background check compreendem: a) Monitoramento de cargas por meio de bases dedicadas ou rateadas; b) softwares de monitoramento logísticos; c) rastreadores de veículos e cargas; e d) serviços de cadastro e de consultas de motoristas. Todos os serviços são vendidos separadamente. **(ii) Receita recorrente de softwares:** As receitas recorrentes de softwares compreendem: a) mensalidade de software; e b) manutenção, suporte técnico e atendimento ao cliente. **(iii) Receita não recorrente de software:** As receitas não recorrentes de softwares compreendem: a) taxas de licenciamento, que transferem aos usuários o direito de utilização do software por tempo indeterminado; e b) serviço de implantação e customização de softwares, consultoria e treinamentos. **(iv) Receita de averbação:** As receitas de averbação de cargas referem-se ao ato de comunicar às seguradoras os dados referentes as notas fiscais e as características das mercadorias que foram embarcadas para transporte, para que tenham a devida cobertura em caso de sinistro. **(v) Receita Fintech:** As receitas auferidas pela controlada IPC Administração SA: a) soluções como pagamento eletrônico de frete, e b) gestão e rastreamento de frete e controle de recursos de frota própria. **(vi) Receita de Mídia:** As receitas de mídia compreendem em: • Mídia com revista e portal especializados em Logística e Supply Chain e • Plataforma online de formação logística. **K) Custos e despesas:** Os custos são compostos principalmente por gastos com pessoas, nuvem, softwares e profissionais terceiros contratados. As despesas com pesquisa e desenvolvimento incorridas pela área de desenvolvimento de software relacionadas aos novos produtos ou às inovações tecnológicas dos softwares existentes, que não atingirem os critérios de capitalização, são registradas como despesas do exercício em que incorrem e são demonstradas separadamente das despesas comerciais e de marketing, despesas administrativas e outras despesas dentro do grupo de despesas operacionais. **L) Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido):** A tributação sobre o lucro compreende o Imposto de Renda e a Contribuição Social, aos quais está computada a alíquota nominal de 34% sobre o lucro tributável reconhecido pelo regime de competência. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Os tributos diferidos ativos e/ou passivos são reconhecidos somente na proporção da expectativa de que o lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas. A Log Risk, S. de L.V. de C.V. sediada no México possui 2 tipos de impostos: o

imposto sobre o valor agregado (IVA) que corresponde a 16% da receita bruta e o imposto sobre a renda que possui uma alíquota de 30%. **2.6.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC). **2.6.1.1. Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis":** Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 "Classification of liabilities as current non-current", cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024. **2.6.1.2 Alteração ao IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro:** A alteração em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. **2.6.1.3. Alteração ao IAS 12 – Tributos sobre o Lucro:** A alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou antecipadamente nenhuma destas normas e não espera que essas normas tenham um impacto material nas demonstrações financeiras em períodos subsequentes. As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras foram incluídas nas respectivas notas explicativas e são consistentes em todos os exercícios apresentados. **3. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas:** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo

exercício social, estão contempladas a seguir. **3.1. Julgamentos:** No processo de aplicação das políticas contábeis consolidadas, a Administração fez os seguintes julgamentos que podem ter efeito significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: **a) Prazo de arrendamento:** A Companhia e suas controladas determinam o prazo do arrendamento como o prazo contratual não cancelável, juntamente com os períodos incluídos em eventual opção de renovação na medida em que essa renovação seja avaliada como razoavelmente certa e com períodos cobertos por uma opção de rescisão do contrato na medida em que também seja avaliada como razoavelmente certa. **3.2. Estimativas e premissas:** As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo e que necessitam de um maior nível de julgamento e complexidade para as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas são: **a) Provisão para perdas esperadas das contas a receber:** A Companhia e suas controladas para as contas a receber de clientes, reconhecem o montante financeiro inicialmente pelo valor justo e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, menos a perda estimada com crédito de liquidação duvidosa (PECLD). O valor da PECLD é a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados, descontando à taxa de juros efetiva original. O valor contábil do ativo é reduzido pelo uso de uma perda estimada e essa perda estimada é reconhecida na demonstração do resultado (P&L) em "Despesa de PECLD". Quando uma conta a receber de clientes é incobrável, ela é baixada contra a conta de PECLD para contas a receber de clientes. Recuperações subsequentes de valores anteriormente baixados são creditados no P&L em "Despesa de PECLD". **b) Provisão para contingências:** A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **c) Impairment de ativos não financeiros:** Perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou UGC excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O valor em uso é calculado com base no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam de um orçamento elaborado para os próximos 10 anos, suas projeções consideram as expectativas do mercado para as operações, estimativas de investimentos e capital de giro, além de outros fatores econômicos, que são específicos para a Companhia e a natureza de seus riscos e operações. Conforme citado na nota 2.4 a Administração concluiu que o cálculo de impairment realizado não apresentou impactos na mensuração e com isso nenhum valor foi provisionado na demonstração financeira. **d) Combinação de negócios:** Conforme divulgado na nota explicativa nº 2.4, as combinações de negócios são contabilizadas aplicando o método de aquisição, que envolve a avaliação dos ativos adquiridos e passivos assumidos pelos respectivos valores justos. Essa avaliação envolve a utilização de estimativas e premissas que incluem julgamentos significativos por parte da Companhia.

Vasco Carvalho Oliveira Neto – Diretor Presidente
Hjalmar Domagh Fugmann – Diretor Financeiro
Armando Marra Júnior – Contador CRC ISP 317.982/0-0

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas
NSTech S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais da nstech S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como as demonstrações financeiras consolidadas da nstech S.A. e suas controladas ("Consolidado"), que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da nstech S.A. e da nstech S.A. e suas controladas em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa, bem como o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como

necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela administração da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos

procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

São Paulo, 31 de março de 2023
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP 000.160/0-5
Sérgio Eduardo Zamora
Contador
CRC 1SP 168.728/0-4

Ipsis Gráfica e Editora S.A.

CNPJ/MF nº 61.407.078/0001-10

Relatório da Diretoria

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários ao perfeito conhecimento das contas apresentadas.

Santo André, 31 de março de 2023.

A Diretoria

Demonstrações Contábeis referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (valores expressos em reais)

| Balanço Patrimonial | | Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido | |
|---------------------------------|----------------------|---|----------------------|
| 31/12/2022 | 31/12/2021 | 31/12/2022 | 31/12/2021 |
| Ativo | 74.213.870,59 | 54.881.108,87 | 54.881.108,87 |
| Circulante | 54.781.158,89 | 38.185.956,79 | 38.185.956,79 |
| Disponível | 12.731.709,04 | 10.021.787,49 | 10.021.787,49 |
| Credito por vendas | 16.040.216,98 | 10.877.814,94 | 10.877.814,94 |
| Adiantamento e emprestimo | 237.888,23 | 209.666,28 | 209.666,28 |
| Estoques | 17.076.893,49 | 9.349.528,68 | 9.349.528,68 |
| Titulos e valores mobiliarios | 420.614,81 | - | - |
| Impostos a recuperar | 8.273.836,34 | 7.696.360,81 | 7.696.360,81 |
| Despesas de exercicio seguinte | - | 30.798,59 | 30.798,59 |
| Ativo não circulante | 19.432.711,70 | 16.695.152,08 | 16.695.152,08 |
| Imobilizado | 19.391.029,88 | 16.618.901,94 | 16.618.901,94 |
| Bens intangiveis | 41.681,82 | 76.250,14 | 76.250,14 |
| Passivo | 74.213.870,59 | 54.881.108,87 | 54.881.108,87 |
| Circulante | 41.648.218,43 | 26.916.787,57 | 26.916.787,57 |
| Obrigações operacionais | 33.567.565,72 | 22.140.718,07 | 22.140.718,07 |
| Fornecedores | 20.140.798,31 | 10.031.133,43 | 10.031.133,43 |
| Ad. Clientes | 1.646.905,36 | 1.195.551,51 | 1.195.551,51 |
| Ad. Venda Futura | 10.754.880,76 | 8.827.468,74 | 8.827.468,74 |
| Financiamentos | 1.024.981,29 | 2.086.564,39 | 2.086.564,39 |
| Obrigações trabalhistas | 763.919,51 | 573.601,19 | 573.601,19 |
| Obrigações previdenciarias | 537.912,86 | 387.019,50 | 387.019,50 |
| Obrigações tributarias | 721.183,20 | 643.471,43 | 643.471,43 |
| Outras obrigações – Aluguéis | - | 2.278,00 | 2.278,00 |
| Provisões | 6.057.637,14 | 3.169.699,38 | 3.169.699,38 |
| Exigível não circulante | 20.071.060,95 | 24.670.915,80 | 24.670.915,80 |
| Obrigações operacionais | 9.580.144,03 | 12.499.866,71 | 12.499.866,71 |
| Outras Obrigações – Empréstimos | 10.490.916,92 | 12.171.049,09 | 12.171.049,09 |
| Patrimônio líquido | 12.494.591,21 | 3.293.405,50 | 3.293.405,50 |
| Capital social | 2.200.000,00 | 2.200.000,00 | 2.200.000,00 |
| Reserva de capital | 6.357,62 | 6.357,62 | 6.357,62 |
| Reserva de lucros | 10.288.233,59 | 1.087.047,88 | 1.087.047,88 |
| Reserva de Lucro | 9.876.257,16 | 675.179,70 | 675.179,70 |
| Reserva Legal | 440.000,00 | 440.000,00 | 440.000,00 |
| Ajuste Exercício Anterior | (28.023,57) | (28.131,82) | (28.131,82) |

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis do ano de 2022
Nota 1 – Contexto Operacional: A Companhia Ipsis Gráfica e Editora S.A., com sede a Rua Vereador Jose Nanci nº 151 – Parque Jacatuba – Santo André-SP, inscrita no CNPJ 61.407.078/0001-10 é uma sociedade por ações de capital fechado, constituída em 08/08/1966, e tem como objeto social a composição e encadernação de livros, anuários, revistas, jornais e catálogos e a edição de livros e revistas, podendo também estabelecer, adquirir e explorar indústria e comércio relacionados. **Nota 2 – Resumo dos procedimentos contábeis:** a) As demonstrações financeiras são apresentadas em conformidade com as disposições da lei 10638/08 e da legislação tributária vigente; b) As receitas e despesas foram registradas segundo o regime de competência; c) Os valores realizáveis no curso do exercício social subsequentemente foram classificados no ativo e no passivo circulante, respectivamente; d) Os estoques foram avaliados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao preço de mercado; e) As aplicações financeiras são demonstradas ao custo, acrescidas dos rendimentos proporcionais até a data do balancete; f) A depreciação do ativo imobilizado foi calculada pelo método linear de acordo com as taxas admitidas pela legislação tributária, que expressam a estimativa utilidade dos bens; g) Não foram constituídas provisões para perdas ou riscos de créditos; pois sua base estimada foi julgada irrelevante; h) A variação cambial é tributada no regime de caixa; i) Os empréstimos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado; j) Os arrendamentos mercantis financeiros são registrados como se fossem uma compra financeira; k) Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos e calculáveis, incluindo quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas; l) Não existência de fatos ocorridos subsequentemente (Eventos Subsequentes) à data de encerramento do exercício que possa impactar de forma relevante a situação patrimonial ou financeira da empresa ou que possa provocar efeitos sobre seus resultados futuros. **Nota 3 – Forma de Tributação:** A opção pela forma de tributação neste exercício é pelo Lucro Real Trimestral

Diretoria
Fernando Steven Ullmann – Diretor Presidente
Marcos Parziali – Contador CRC-SP SP-140.505/0-5

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco: comercial@datamercantil.com.br

Para a versão online do jornal acesse nosso site: datamercantil.com.br

VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

CNPJ/MF nº 02.535.864/0001-33

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: Atendendo às disposições legais e estatutárias, apresentamos à apreciação de V. Sas. as demonstrações financeiras correspondentes às atividades desenvolvidas durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, acrescidas das notas explicativas e relatório dos Auditores Independentes sobre o exame de auditoria. **A Instituição:** A VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. "Companhia" tem como atividade preponderante a prestação de serviços relativos à atividade de implantação e administração por conta própria ou de terceiros de sistema e/ou convênios relativos a vales-refeição, alimentação, transporte, combustível, entre outros, inclusive por meio de emissão e fornecimento de vales, cartões, cupons, ou qualquer outro meio de pagamento eletrônico, e administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão e processamento

de dados, bem como, manutenção de agendamentos e liquidação destes reembolsos. Para viabilizar o seu papel como empresa sólida e referência no setor, a VR Benefícios conta com um portfólio completo e variado de produtos que atendem às diversas necessidades de seus Clientes-RH. Os diversos produtos oferecidos ainda contam com diferenciais competitivos técnicos e de relacionamento. Nesse sentido, a VR Benefícios oferece cartões com microchips aceitos por uma rede de Estabelecimentos Comerciais presente em 99% do território nacional e uma plataforma integralmente online para acompanhamento de histórico de transferências realizadas e saldo por parte de seus Clientes-RH, Usuários-Beneficiários e Estabelecimentos Comerciais credenciados. Em 17 de abril de 2020, os acionistas aprovaram um aporte de capital no valor de R\$ 310.000, mediante a emissão de 15.218.458 novas ações no valor de R\$ 1 real cada

ação. O aumento de capital foi subscrito por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 30 de dezembro de 2020, foi realizada a aquisição de 51% no valor de R\$ 27.017, da empresa Pontomais Tecnologia S.A., que tem por finalidade o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis com foco em controle de ponto online. Em 19 de abril de 2021, foi recebido o valor de R\$ 211.511, corrigido pelo CDI, referente a integralização de capital, realizado por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. Em 23 de setembro de 2021, foi constituída e adquirida 50% da empresa Mazi Holding Ltda., que tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia ou acionista. Em 24 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 75,10% da empresa Global Services de Marketing S.A. que possui suas atividades focadas em campanhas de pontos de incentivos e fidelidade a

funcionários e clientes, conforme contrato de compra e venda de ações. Em 01 de novembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50,10% da empresa Audaz Tecnologia S.A. e sua atividade consiste no serviço de gestão beneficiários de vale transporte para colaboradores de seus clientes através de sua plataforma, conforme contrato de compra e venda de ações. O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 5% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. Em 2022, não foram deliberados pagamentos de dividendos com base na proposta da Administração.

| Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais) | | | |
|---|------|------------------|------------------|
| Ativo | Nota | 2022 | 2021 |
| Circulante | | 1.783.669 | 1.480.991 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 4 | 1.070.785 | 959.069 |
| Contas a receber de clientes (líquido de provisão para perdas esperadas) | 5 | 626.604 | 462.352 |
| Impostos a recuperar | 6 | 81.741 | 55.908 |
| Despesas antecipadas | | 553 | 442 |
| Outras contas a receber | | 3.986 | 3.220 |
| Não circulante | | 474.952 | 470.042 |
| Imposto diferido | 11b | 126.629 | 126.957 |
| Depósitos judiciais | 10 | 776 | 769 |
| Investimentos | 7 | 260.495 | 271.120 |
| Imobilizado | 8 | 56.053 | 45.090 |
| Intangível | 9 | 30.999 | 26.106 |
| Total do ativo | | 2.258.621 | 1.951.033 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Balancos Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais) | | | |
|---|------|------------------|------------------|
| Passivo | Nota | 2022 | 2021 |
| Circulante | | 1.642.663 | 1.391.300 |
| Créditos em circulação | 12 | 1.516.784 | 1.307.168 |
| Fornecedores | 13 | 23.319 | 14.532 |
| Obrigações fiscais | 14 | 31.304 | 19.182 |
| Obrigações trabalhistas | 15 | 40.990 | 30.459 |
| Outras obrigações | 16 | 31.166 | 19.959 |
| Não Circulante | | 16.303 | 19.416 |
| Fornecedores | 13 | - | 1.688 |
| Provisão para contingências ligadas | 10a | 1.821 | 1.536 |
| Valores a pagar para sociedades | | | |
| ligadas | 27 | 14.482 | 16.192 |
| Patrimônio líquido | | 599.655 | 540.317 |
| Capital social | 17 | 154.405 | 154.405 |
| Reservas de capital | | 294.782 | 294.782 |
| Reservas de lucros | | 145.608 | 89.089 |
| Dividendos obrigatórios não distribuídos | | 4.860 | 2.041 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | | 2.258.621 | 1.951.033 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido | | | | | | | |
|---|------|----------------|------------------------|--------------------|---------------|--------------------|----------------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais) | | | | | | | |
| | Nota | Capital social | Capital a integralizar | Reserva de capital | Reserva Legal | Reservas de lucros | Prejuízos acumulados |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | | 154.405 | (207.000) | 294.782 | 2.408 | 45.755 | - |
| Aumento de capital | 17 | - | 207.000 | - | - | - | -207.000 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 42.967 |
| Destinação proposta: | | | | | | | |
| Reservas/Dividendos obrigatórios não distribuídos | | - | - | - | 2.148 | 38.778 | 2.041 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | | 154.405 | - | 294.782 | 4.556 | 84.533 | 2.041 |
| Lucro líquido do exercício | | - | - | - | - | - | 59.338 |
| Destinação proposta: | | | | | | | |
| Reservas/Dividendos obrigatórios não distribuídos | | - | - | - | 2.967 | 53.552 | 2.819 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | | 154.405 | - | 294.782 | 7.523 | 138.085 | 4.860 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras

1. Contexto operacional – a. Objeto social: A VR Benefícios Serviços de Processamento S/A. ("Companhia") tem como atividade preponderante a prestação de serviços relativos à atividade de implantação e administração por conta própria ou de terceiros de sistema e/ou convênios relativos a vales-refeição, alimentação, transporte, combustível, entre outros, inclusive por meio de emissão e fornecimento de vales, cartões, cupons, ou qualquer outro meio de pagamento eletrônico, e administração dos pagamentos e recebimentos à rede de estabelecimentos credenciados, mediante captura, transmissão e processamento de dados, bem como, manutenção de agendamentos e liquidação destes reembolsos. A sede da Companhia está localizada na Avenida dos Bandeirantes nº 460 – Brooklin Paulista-SP – CEP 04553-900. O Programa de Alimentação do Trabalhador, desenvolvido pelo Governo Federal em 1.976 (Lei nº 6.321), tem como objetivo proporcionar melhores condições nutricionais aos trabalhadores, para motivar a participação das empresas, o programa concede isenção de encargos sociais sobre o valor do benefício e dedução de até 4% do Imposto de Renda devido. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia, que está suportado por um plano de negócios formalizado que considera o crescimento das operações no mercado de cartões de benefícios.

2. Apresentação das demonstrações financeiras – a. Base de apresentação: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alteradas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). A Companhia adotou a faculdade prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações financeiras consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações financeiras consolidadas e quando acionistas e cotistas deliberam pela adoção dessa faculdade. A Smart Net Holdings S.A. é a controladora dessa Companhia e apresenta as demonstrações financeiras consolidadas. As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria da Companhia e autorizadas para emissão em 12 de abril de 2023. **b. Base de mensuração:** As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado de outra forma nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos. **c. Moeda funcional e de apresentação:** As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de reais foram arredondadas para o valor máximo mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **d. Uso de estimativas e julgamento:** A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), devidamente aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprevisões inerentes ao processo de sua determinação. **3. Principais políticas e práticas contábeis:** As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras.

| Data efetiva | Novas normas ou alterações |
|-----------------------|--|
| 1º de janeiro de 2023 | Classificação de passivos como circulantes ou não circulantes (alterações ao CPC 26 e CPC 23) Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26) Definição de estimativa contábil (Alterações ao CPC 23) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (Alterações ao CPC 32) |

a. Instrumentos financeiros – Não derivativos: Os instrumentos financeiros incluem depósitos bancários, aplicações financeiras e outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas. Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos

a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuídos à sua aquisição ou emissão, quando aplicável. Sua mensuração subsequente ocorre a cada data de balanço de acordo com as regras estabelecidas e características de cada tipo de ativo e passivo financeiro. **(i) Caixa e equivalentes de caixa:** Para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa, o caixa e equivalentes de caixa são representados por banco conta movimento e aplicações financeiras, em moeda nacional, incluídos na rubrica de disponibilidades com prazo de aplicação inferior a 90 dias quando da sua aplicação, resgatáveis a qualquer momento sem efeito de penalidades e risco insignificante de mudança de valor justo, tendo como única finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo. **(ii) Recebíveis:** São representados por contas a receber de empresas conveniadas por aquisição de produtos de benefícios, sem características de crédito, e registrados ao valor de face em contrapartida à rubrica de "Créditos em circulação". Conforme o CPC 48, no reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: a custo amortizado; VJORA – instrumento de dívida; VJORA – instrumento patrimonial; ou VJR. A classificação dos ativos financeiros segundo o CPC 48 é geralmente baseada no modelo de negócios no qual um ativo financeiro é gerenciado e em suas características de fluxos de caixa contratuais. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: – É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e – Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um instrumento de dívida é mensurado a VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR: – É mantido dentro de um modelo de negócio cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e – Seus termos contratuais geram em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita investimento por investimento. As seguintes políticas contábeis aplicam-se à mensuração subsequente dos ativos financeiros. • Ativos financeiros mensurados a VJR: Esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado. • Ativos financeiros a custo amortizado: Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método do juro efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. • Instrumentos de dívida ao VJORA: Esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado. O CPC 48 aborda um modelo de perda de crédito esperada. O modelo de impairment aplica-se aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados a VJORA, mas não se aplica aos investimentos em instrumentos patrimoniais (ações). Os ativos financeiros ao custo amortizado consistem em contas a receber, caixa e equivalentes de caixa e instrumentos financeiros. De acordo com o CPC 48/IFRS 9, as provisões para perdas são mensuradas em uma das seguintes bases: – Perdas de crédito esperadas para 12 meses: estas são perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data do balanço; – Perdas de crédito esperadas para a vida inteira: estas são perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. A "Companhia" mensura

| Demonstrações dos Resultados | | | |
|--|------|-----------------|----------------|
| Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação) | | | |
| | Nota | 2022 | 2021 |
| Receita operacional líquida | 18 | 663.980 | 531.282 |
| Custo dos serviços vendidos | 19 | (422.096) | (333.516) |
| Resultado operacional bruto | | 241.884 | 197.766 |
| Despesas gerais e administrativas | 20 | (61.400) | (37.914) |
| Despesas com pessoal | 21 | (191.750) | (149.158) |
| Despesas tributárias | 22 | (34.639) | (25.274) |
| Resultado de participação | | (10.624) | (65) |
| Reversões (provisões) diversas | 24 | 737 | (2.653) |
| Outras receitas (despesas) operacionais | 25 | 34.353 | 33.473 |
| Lucro antes do resultado financeiro e impostos | | (21.439) | 16.175 |
| Resultado financeiro | 23 | 103.177 | 41.194 |
| Resultado operacional | | 81.738 | 57.369 |
| Resultado não operacional | | (1.194) | (582) |
| Resultado antes da tributação | | 80.544 | 56.787 |
| Imposto de renda e contribuição social | 11a | (20.878) | (10.276) |
| Imposto diferido | 11a | (328) | (3.544) |
| Lucro líquido do exercício | | 59.338 | 42.967 |
| Lucro líquido por ações | | 0,38 | 0,28 |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

| Demonstrações dos Resultados Abrangentes | | | |
|---|---------------|---------------|--|
| Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais) | | | |
| | 2022 | 2021 | |
| Lucro líquido do exercício | 59.338 | 42.967 | |
| Outros resultados abrangentes | - | - | |
| Resultados abrangentes do exercício | 59.338 | 42.967 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

a provisão para perda em um montante igual a perda de crédito esperada para 12 meses. **b. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do exercício. **c. Investimentos:** O investimento em controlada em conjunto e *joint-venture* é registrado pelo método da equivalência patrimonial. Os demais investimentos são registrados pelo valor de custo, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável. Em 30 de dezembro de 2020, foi realizada a aquisição de 51% no valor de R\$ 27.017, da empresa Pontomais Tecnologia S.A., controlada em conjunto, que tem por finalidade o desenvolvimento e licenciamento de programas de computador customizáveis com foco em controle de ponto online e gestão de jornada sem burocracia, gerando assim, um ágio de R\$ 21.320, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 30 de dezembro de 2020. Em 23 de setembro de 2021, foi constituída e adquirida 50% da empresa Mazi Holding Ltda., controlada em conjunto, que tem por objeto social a participação em outras sociedades. Em 24 de setembro de 2021, foi realizada a aquisição de 75,10% da empresa Global Services de Marketing S.A. controlada em conjunto, que possui suas atividades focadas em campanhas de pontos de incentivos e fidelidade a funcionários e clientes, gerando assim, um ágio de R\$ 9.212, conforme contrato de compra e venda de ações. Em 01 de novembro de 2021, foi realizada a aquisição de 50,10% da empresa Audaz Tecnologia S.A. controlada em conjunto, e sua atividade consiste no serviço de gestão de beneficiários de vale transporte para colaboradores de seus clientes através de sua plataforma, gerando assim, um ágio de R\$ 17.426, conforme contrato de compra e venda de ações. **d. Ágio:** O ágio relacionado com a controlada e *joint-venture* é incluído no valor contábil do investimento, não sendo amortizado. Em função do ágio fundamentado em rentabilidade futura (*goodwill*) integrar o valor contábil do investimento na controlada (não é reconhecido separadamente), ele não é testado separadamente em relação ao seu valor recuperável. **e. Imobilizado de uso:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens (*impairment*), quando aplicável, conforme CPC 27, e inclui direitos que tem por objeto bens corpóreos destinados à manutenção da atividade da Companhia, decorrentes de operações que transferem à Companhia os benefícios, riscos e controle desses bens. A depreciação é calculada pelo método linear e as principais taxas anuais são: 20% para equipamentos de processamento de dados e 10% para outros bens. **f. Intangível:** Representado, principalmente por gastos com implantação e aquisição de software, os valores estão demonstrados pelo custo de aquisição, menos amortização acumulada, e provisão para perda no valor recuperável dos bens quando aplicável. A amortização é reconhecida pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada de cada ativo, os que possuem vida útil definida são amortizados em cinco anos. **g. Valor recuperável de ativos:** A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para redução ao valor recuperável, ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se houver, são classificadas como outras despesas operacionais. Não houve a necessidade de constituição de *impairment* nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021. **h. Créditos em circulação:** Representam as obrigações decorrentes dos créditos em circulação, que se encontram em poder dos usuários e estabelecimentos credenciados, avaliados pelo valor de face dos créditos. **i. Programa de fidelidade:** Controla as obrigações decorrentes do programa de fidelidade, O VR Fidelidade é uma plataforma de pontos voltado para as empresas parceiras, o qual possibilita o acúmulo de pontos para resgatar no marketplace ou realizar pagamento de boletos, voltado para mais saúde e nutrição para os trabalhadores. **j. Benefícios a empregados:** Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. **k. Ativos e passivos contingentes, provisão e obrigações legais:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuadas de acordo com as determinações estabelecidas no CPC 25 do

| Demonstrações dos Fluxos de Caixa | | | |
|---|-----------------|------------------|--|
| Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais) | | | |
| | 2022 | 2021 | |
| Fluxo de caixa das atividades operacionais | | | |
| Lucro líquido do exercício | 59.338 | 42.967 | |
| Despesas (receitas) que não afetam o fluxo de caixa: | | | |
| Depreciações e amortizações | 14.620 | 12.704 | |
| Resultado de participação em controlada | 10.624 | 65 | |
| Provisão (reversão) para perda ao valor recuperável | 13.494 | 2.181 | |
| Provisão (reversão) para créditos prog. fidelidade | 9.610 | (569) | |
| Provisão (reversão) para despesas diversas | (202) | (201) | |
| Provisões (reversão) para riscos fiscais | 286 | 271 | |
| Imposto de renda diferido | 328 | 3.544 | |
| Imposto de renda e contribuição social correntes provisionados | 20.878 | 10.276 | |
| Variações nos ativos e passivos operacionais: | | | |
| Aumento em contas a receber de clientes | (177.746) | (108.526) | |
| Aumento em impostos a recuperar | 608 | (9.749) | |
| (Aumento) redução em despesas antecipadas | (112) | 198 | |
| (Aumento) redução em outras contas a receber | (765) | (1.386) | |
| (Aumento) redução em depósitos judiciais | (7) | 20 | |
| Aumento em créditos em circulação | 209.615 | 361.807 | |
| Aumento (redução) em fornecedores | 7.099 | (199) | |
| Redução em obrigações fiscais | (8.757) | 415 | |
| Aumento em obrigações trabalhistas | 9.632 | 5.489 | |
| Redução em outras obrigações | 1.800 | 1.976 | |
| Imposto de renda e contribuição social pagos | (26.441) | (13.978) | |
| Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 143.902 | 307.305 | |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | |
| Aquisição de investimento | - | (244.169) | |
| Aquisição de imobilizado de uso | (30.489) | (19.122) | |
| Alienação de imobilizado de uso | 14.340 | 5.846 | |
| Aquisição de intangível | (14.327) | (5.829) | |
| Caixa líquido consumido nas atividades de investimento | (30.476) | (263.274) | |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | |
| Aumento de capital | - | 207.000 | |
| Valores a pagar (pagos) para sociedades ligadas | (1.710) | 16.192 | |
| Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento | (1.710) | 223.192 | |
| Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa | 111.716 | 267.223 | |
| Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício | 959.069 | 691.846 | |
| Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício | 1.070.785 | 959.069 | |
| Aumento do saldo de caixa e equivalentes de caixa | 111.716 | 267.223 | |

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Comitê de Pronunciamentos Contábeis. • **Ativos contingentes** – não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos. • **Passivos contingentes:** são incertos e dependem de eventos futuros para determinar se existe probabilidade de saída de recursos; não são, portanto, provisionados, mas divulgados se classificados como perda possível, e não provisionados nem divulgados se classificados como perda remota para os processos cíveis e fiscais. Para os processos trabalhistas, é efetuada perda média histórica e aplicada para todas as causas. • **Provisões:** são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseadas na opinião de assessores jurídicos e da Administração, levando em conta a probabilidade de perda de uma ação judicial ou administrativa, for provável uma saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos sejam mensuráveis com suficiente segurança. As ações relativas a causas fiscais, trabalhistas e cíveis classificadas como perdas prováveis pelos assessores jurídicos e pela Administração são contabilizadas com base na expectativa de perda da Administração, e divulgados em notas explicativas. **l. Capital social:** Representado exclusivamente por ações. Os aumentos ou redução de capital social são definidos em assembleia e formalizados através da alteração do Estatuto da Companhia. **m. Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para imposto de renda foi constituída à razão de 15% sobre o lucro real, acrescido de adicional de 10% sobre a parte desse lucro que excedeu a R\$ 240 no exercício e a contribuição social calculada sobre o lucro líquido antes do imposto de renda, à alíquota de 9%. Os créditos tributários foram reconhecidos sobre os prejuízos fiscais, com base nas alíquotas vigentes.

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------------|------------------|----------------|
| Bancos conta movimento | 26.544 | 85.943 |
| Aplicações financeiras ⁽¹⁾ | 1.044.241 | 873.126 |
| | 1.070.785 | 959.069 |

⁽¹⁾ Referem-se a aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDBs, remunerados à taxa média de 92% a 114% do Certificado de Depósito Interbancário – DI, com vencimentos entre 27 de fevereiro de 2023 a 15 de dezembro de 2025 (2021 – 97% a 102,50% do Certificado de Depósito Interbancário – DI, com vencimentos entre 24 de fevereiro de 2022 a 16 de dezembro de 2024), sem o risco de mudança significativa do valor. Os CDBs possuem liqu

... continuação

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------------|-----------------|
| A provisão para perda esperada associada ao risco de crédito apresentou a seguinte movimentação: | | |
| Saldo no início do exercício | (18.447) | (16.267) |
| (+) Adições (líquidas de reversões) | 821 | (2.180) |
| Saldo no fim do exercício | <u>(17.626)</u> | <u>(18.447)</u> |
| A vencer | | |
| Até 90 dias | (1.497) | (1.706) |
| Vencidas | | |
| De 30 a 90 dias | (2.339) | (1.477) |
| De 91 a 180 dias | (1.213) | (865) |
| De 181 a 360 dias | (12.577) | (14.399) |
| Saldo no fim do exercício | <u>(17.626)</u> | <u>(18.447)</u> |

| | 2022 | 2021 |
|--|--------|--------|
| 6. Impostos a recuperar | | |
| Imposto de renda retido na fonte – IRRF | 12.967 | 8.694 |
| Imposto de renda pessoa jurídica – IRPJ | 58.085 | 41.652 |
| Contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL | 10.546 | 5.556 |

| | % Participação | | Patrimônio líquido | | Lucro líquido (prejuízo) | | Valor contábil do investimento | | Resultado de participação | |
|----------------------------------|----------------|-------|--------------------|----------------|--------------------------|--------------|--------------------------------|----------------|---------------------------|-------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| PontoMais Tecnologia S.A. | 51,00 | 51,00 | 2.599 | 11.170 | (8.946) | 310 | 1.326 | 5.697 | (4.371) | – |
| Global Services de Marketing S.A | 75,10 | 75,10 | (1.352) | 1.050 | (2.425) | 453 | (1.016) | 789 | (1.804) | – |
| Audaz Tecnologia S.A | 50,10 | 50,10 | 10.837 | 13.117 | (2.280) | 2.114 | 5.429 | 6.571 | (1.142) | (2) |
| Mazi Holding Ltda. | 50,00 | 50,00 | 413.360 | 419.974 | (6.614) | (125) | 206.680 | 209.987 | (3.307) | (63) |
| | | | <u>425.444</u> | <u>445.311</u> | <u>(20.265)</u> | <u>2.752</u> | <u>212.419</u> | <u>223.044</u> | <u>(10.624)</u> | <u>(65)</u> |

Para fins de equivalência patrimonial, foi adotado o balanço de 31/12/2022, conforme demonstramos a seguir:

| Ativo | Passivo e patrimônio líquido |
|------------------------|------------------------------|
| Ativo circulante | 105 |
| Ativo não circulante | 413.744 |
| Investimentos | 413.744 |
| Total do ativo | 413.849 |
| Passivo circulante | 489 |
| Passivo não circulante | – |
| Patrimônio líquido | 413.360 |
| Total do passivo e PL | 413.849 |

O ágio é representado pela diferença entre o valor justo com-

| | 2022 | | 2021 | |
|-------------------------------|-----------------------------|-----------------|-----------------------|---------------|
| | Taxas anuais de depreciação | Custo corrigido | Depreciação acumulada | Líquido |
| Equipamentos de informática | 20% | 37.059 | (30.631) | 6.428 |
| Máquinas e aparelhos | 10% | 1.068 | (643) | 425 |
| Móveis e utensílios | 10% | 1.169 | (534) | 635 |
| Outras imobilizações em curso | – | 46.146 | – | 46.146 |
| Ativo direito de Uso | 20% | 11.776 | (9.499) | 2.277 |
| Outros | 10% | 453 | (311) | 142 |
| | | <u>97.671</u> | <u>(41.618)</u> | <u>56.053</u> |

Movimentação do imobilizado

| | 2022 | 2021 |
|------------------------------|---------------|---------------|
| Saldo no início do exercício | 45.090 | 36.466 |
| (+) Adições | 30.489 | 19.122 |
| (-) Movimentação/Baixa | (14.340) | (5.847) |
| (-) Depreciação | (5.186) | (4.651) |
| Saldo no fim do exercício | <u>56.053</u> | <u>45.090</u> |

Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possuía um seguro patrimonial corporativo com a Axa Seguros S.A. no valor de R\$ 70.000 (R\$ 70.000 em 2021).

9. Intangível

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| Gastos de implantação de sistemas | 57.320 | 42.993 |
| Amortização acumulada | (26.321) | (16.887) |
| | <u>30.999</u> | <u>26.106</u> |

Em 2022 não foram realizadas baixas de itens totalmente amortizados, em 2021 foram realizadas baixas no valor de R\$ 59.347, a Administração procedeu a avaliação de recuperabilidade e

| | 2022 | | | 2021 | | |
|--|---------------------|-------------------|-------------------|---------------------|-------------------|-------------------|
| | Quantidade de Ações | Provisão contábil | Depósito judicial | Quantidade de Ações | Provisão contábil | Depósito judicial |
| Riscos fiscais, cíveis e trabalhistas | | | | | | |
| Fiscais | | | | | | |
| Remota | 1 | 730 | 730 | 1 | 730 | 730 |
| Trabalhistas | | | | | | |
| Possível | 15 | 998 | 30 | 7 | 511 | – |
| Provável | 4 | 59 | 16 | 4 | 111 | 39 |
| Cíveis | | | | | | |
| Remoto | 1 | 34 | – | 3 | 184 | – |
| Ativo não Circulante | – | – | 776 | – | – | 769 |
| Passivo não Circulante | – | 1.821 | – | – | 1.536 | – |

de pagamentos realizados, inclusive nos acordos celebrados em ações trabalhistas e na fase processual de cada ação, a Companhia utiliza 73,50% como fator de risco para todas as ações judiciais. Nos riscos fiscais e cíveis, as ações são controladas individualmente e provisionadas de acordo com a avaliação de êxito e classificação de acordo com os assessores jurídicos e levando em consideração a situação de cada processo.

11. Imposto de renda e contribuição social – (a) Segue a demonstração do imposto de renda e da contribuição social incidente sobre as operações do exercício:

| | 2022 | | 2021 | |
|---|-------------------------------|---------------|--------------|---------------------|
| | Saldo em 1 de janeiro de 2021 | Constituição | (Realização) | Saldo em 31/12/2022 |
| Resultado antes do imposto de renda e contribuição social e após as participações | 80.544 | 56.787 | – | 137.331 |
| Exclusões (adições): | 29.615 | 3.751 | – | 33.366 |
| Despesas indedutíveis | 9.760 | 1.345 | – | 11.105 |
| Provisões diversas | 19.855 | 2.406 | – | 22.261 |
| Lucro ajustado | <u>110.159</u> | <u>60.538</u> | – | 172.962 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos (b) | – | – | (328) | (3.544) |
| Reversão de Imposto de renda e contribuição social s/incentivos fiscais (d) | – | – | 4.997 | 4.117 |
| Imposto de renda e contribuição social corrente | – | – | (25.875) | (4.996) |

(b) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

| Descrição | Saldo em 31/12/2021 | Constituição | (Realização) | Saldo em 31/12/2022 |
|---------------------------------|---------------------|---------------|-----------------|---------------------|
| Provisão para contingências | 522 | 97 | – | 619 |
| Provisão para perda esperada | 6.273 | 8.631 | – | 14.904 |
| Prejuízo fiscal e base negativa | 120.162 | 2.180 | (11.236) | 111.106 |
| | <u>126.957</u> | <u>10.908</u> | <u>(11.236)</u> | <u>126.629</u> |

De acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 32 foi efetuado registro contábil de créditos tributários de imposto de renda e contribuição social das diferenças temporárias representadas pelas despesas apropriadas e ainda não dedutíveis para fins de imposto de renda e contribuição social oriundos de prejuízo fiscal e base negativa, considerando a expectativa de geração futura de resultados tributáveis e a consequente utilização desses créditos tributários baseado em estudo de realização preparado pela Administração. (c) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias do imposto de renda e

| Ano | 2022 | | 2021 | |
|-------------|----------------|----------------|------|-------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| 2022 | – | 2.594 | – | 2.594 |
| 2023 | 13.267 | 11.700 | – | – |
| 2024 | 6.927 | 17.283 | – | – |
| 2025 | 10.514 | 24.192 | – | – |
| 2026 | 14.695 | 30.191 | – | – |
| 2027 | 20.251 | 35.407 | – | – |
| 2028 a 2032 | 60.975 | 40.997 | – | – |
| | <u>126.629</u> | <u>126.957</u> | – | – |

Aos Acionistas e Diretores da

VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

São Paulo-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi

VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

| | 2022 | 2021 |
|--------|---------------|---------------|
| Outros | 143 | 6 |
| | <u>81.741</u> | <u>55.908</u> |

7. Investimento – Os investimentos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 estão assim apresentados:

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------|----------------|
| Investimentos em controladas em conjunto | 212.419 | 223.044 |
| Capital a integralizar em controlada | 4.581 | 4.581 |
| Ágio sobre investimento | 43.495 | 43.495 |
| | <u>260.495</u> | <u>271.120</u> |

(*) O capital a integralizar em controlada é analisado anualmente pela Companhia tomando como base a necessidade de caixa das investidas.

Segue abaixo informações sobre as empresas controladas e controladas em conjunto: As participações em controladas e controladas em conjunto, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, foram apuradas de acordo com os balanços nas datas base de 31 de dezembro de 2022 e 2021

parado com o valor contábil, fundamentado com a expectativa de geração de rentabilidade futura decorrente do potencial da empresa. O ágio está sujeito a análise anual de rentabilidade em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 15. Segue abaixo abertura do ágio por empresa:

| | 2022 | 2021 |
|-----------------------------------|---------------|---------------|
| PontoMais Tecnologia S.A. | 21.438 | 21.438 |
| Global Services de Marketing S.A. | 4.631 | 4.631 |
| Audaz Tecnologia S.A | 17.426 | 17.426 |
| | <u>43.495</u> | <u>43.495</u> |

12. Créditos em circulação – Nessa rubrica estão registrados os valores devidos à rede credenciada de estabelecimentos comerciais, relativos aos cartões e "vouchers" apresentados para reembolso, cujo pagamento será realizado conforme prazo contratual, com prazo máximo de 28 dias. O saldo em 31 de dezembro de 2022 é no montante de R\$ 1.516.784 (R\$ 1.307.168 em 2021). Dentro da rubrica crédito em circulação possui valores a pagar junto ao Banco VR S/A referente a realização das antecipações de recebíveis aos ECs. (Estabelecimentos Comerciais) no montante de R\$ 226.708 (R\$ 174.621 em 2021), atualizado a taxa de 150% do CDI, a partir da venda dos recebíveis dos estabelecimentos comerciais ao Banco.

13. Fornecedores

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------|---------------|---------------|
| Fornecedores | 22.193 | 14.606 |
| Fornecedores de Vale Transporte | 1.126 | 1.614 |
| | <u>23.319</u> | <u>16.220</u> |

14. Obrigações fiscais

| | 2022 | 2021 |
|---|---------------|---------------|
| Provisão para PIS e COFINS | 2.563 | 2.311 |
| Provisão para ISS | 1.182 | 1.030 |
| Provisão para imposto de renda – IRPJ | 18.935 | 10.578 |
| Provisão contribuição social sobre o lucro líquido – CSLL | 6.940 | 3.814 |
| Outros | 1.684 | 1.449 |
| | <u>31.304</u> | <u>19.182</u> |

15. Obrigações trabalhistas

| | 2022 | 2021 |
|------------------------------|---------------|---------------|
| Participações nos lucros (*) | 20.409 | 13.951 |
| Provisão de férias | 13.723 | 11.447 |
| Encargos sociais e outras | 5.958 | 5.061 |
| | <u>40.090</u> | <u>30.459</u> |

(*) A Companhia concede participação nos lucros a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início do exercício, e avaliados no fim do exercício.

16. Outras obrigações

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Provisão com programa de fidelidade | 26.206 | 16.597 |
| Notas de créditos a pagar | 4.942 | 3.145 |
| Outros | 18 | 217 |
| | <u>31.166</u> | <u>19.959</u> |

17. Patrimônio Líquido – Capital Social: Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 154.405 (R\$ 154.405 em 2021), dividido em 154.404.309 ações (154.404.309 em 2021), de valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real). **Reserva Legal e Dividendos:** O Estatuto Social prevê a destinação de 5% do lucro líquido como reserva legal e a distribuição de dividendos mínimos de 5% do lucro líquido, ajustado na forma da legislação societária e, quando for o caso, conforme as resoluções da Assembleia Geral. **Reserva de Capital:** Em 17 de abril de 2020, foi constituída reserva de R\$ 294.782, mediante a aumento de capital realizado por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. **Movimentações ocorridas nos exercícios:** • Em 19 de abril de 2021, foi recebido o valor de R\$ 211.511, corrigido pelo CDI, sendo R\$ 207.000 referente a integralização de capital, e R\$ 4.511 lançado como variação monetária, realizado por NY II Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia. • Em 2022, foi destinado R\$ 2.819 (R\$ 2.041 em 2021) para dividendos obrigatórios não distribuídos.

18. Receita operacional líquida

| | 2022 | 2021 |
|--|----------------|----------------|
| Receita de prestação de serviço a clientes | 26.167 | 22.841 |
| Receita de prestação de serviço a estabelecimentos | 651.373 | 519.328 |
| Impostos incidentes sobre os serviços prestados | (13.560) | (10.887) |
| | <u>663.980</u> | <u>531.282</u> |

19. Custo dos serviços vendidos

| | 2022 | 2021 |
|---|------------------|------------------|
| Custo de amortização e depreciação | (14.556) | (12.640) |
| Custo de confecção de cartões | (16.812) | (10.924) |
| Custo de serviços de terceiros (1) | (55.905) | (71.658) |
| Custo de manutenção de software e máquinas e equipamentos | (32.938) | (23.443) |
| Custo de comunicações e correios | (9.996) | (7.737) |
| Custo de serviços de processamento de dados (2) | (60.495) | (22.511) |
| Custo de bonificação (3) | (163.470) | (139.763) |
| Custo de Fidelidade (4) | (67.924) | (44.840) |
| | <u>(422.096)</u> | <u>(333.516)</u> |

(1) Custo de contratos firmados com prestadores de serviços tecnológicos inerentes à manutenção do negócio. (2) Custo de rede de captura das transações, servidores e manutenção de software. (3) Bonificações concedidas a clientes, conforme contrato firmado. (4) Programa de fidelidade com os clientes, conforme contrato firmado.

20. Despesas gerais e administrativas

| | 2022 | 2021 |
|--|-----------------|-----------------|
| Despesas de amortização e depreciação | (64) | (64) |
| Despesas de comunicações | (504) | (731) |
| Despesas de serviços de terceiros (1) | (30.631) | (23.416) |
| Despesas de propaganda e publicidade | (17.664) | (6.948) |
| Despesas com viagens/estádias e locomoções | (1.536) | (123) |
| Despesas de manutenção e conservação | (1.412) | (1.229) |
| Despesas de processamento de dados | (4.973) | (3.203) |
| Outras | (4.616) | (2.200) |
| | <u>(61.400)</u> | <u>(37.914)</u> |

(1) Refere-se principalmente a contratos firmados com prestadores de serviços por parte relacionadas (nota 27).

21. Despesas com pessoal

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------|------------------|------------------|
| Salários | (98.535) | (78.230) |
| Gratificação | (614) | (2.779) |
| Encargos | (34.381) | (27.160) |
| Benefícios (1) | (31.086) | (23.355) |
| Participação nos resultados (2) | (25.488) | (16.564) |
| Despesas diversas de pessoal | (1.646) | (1.070) |
| | <u>(191.750)</u> | <u>(149.158)</u> |

(1) A Companhia possui plano de assistência médica, seguro de vida e benefícios PAT – Programa de Alimentação do Trabalhador para todos os funcionários. (2) A Companhia concede participação nos lucros a seus funcionários, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início do exercício e avaliados ao fim de cada exercício.

22. Despesas tributárias

| | 2022 | 2021 |
|-----------------|-----------------|-----------------|
| PIS | (5.899) | (4.369) |
| COFINS | (28.240) | (20.577) |
| Outros impostos | (500) | (328) |
| | <u>(34.639)</u> | <u>(25.274)</u> |

23. Resultado financeiro

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------------|----------------|---------------|
| Juros pagos ou incorridos | (362) | (671) |
| Juros recebidos ou incorridos | 9.480 | 4.369 |
| Variação monetária | 86 | 4.511 |
| Aplicações financeiras | 92.683 | 34.736 |
| Remuneração de impostos a compensar | 4.703 | 1.203 |
| Despesas bancárias | (3.689) | (3.546) |
| Desconto concedido | (19) | (6) |
| Outras | 295 | 598 |
| | <u>103.177</u> | <u>41.194</u> |

24. Reversões (provisões) diversas

| | 2022 | 2021 |
|--|------------|----------------|
| Provisão/reversão para perda esperada associada ao risco de crédito (nota 5) | 821 | (2.180) |
| Provisão/reversão de provisões de riscos fiscais (286) | – | (271) |
| Provisões/reversão para despesas diversas | 202 | (202) |
| | <u>737</u> | <u>(2.653)</u> |

25. Outras receitas (despesas) operacionais

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------------|---------------|---------------|
| Ganhos com créditos em circulação (1) | 48.434 | 38.536 |
| Perdas em recebimento de créditos | (14.314) | (3.892) |
| Outras receitas/despesas | 233 | (1.171) |
| | <u>34.353</u> | <u>33.473</u> |

Publicidade Legal

... continuação

assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro,

VR Benefícios e Serviços de Processamento S.A.

planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia,

eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. **Como responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.** Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 20 de abril de 2023.



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP-027685/O-0 SP

Claudia Gonçalves Ponso Oliveira
Contadora
CRC 1RJ09225/O-8

VR Imóveis e Serviços S.A.

CNPJ/MF nº 11.725.582/0001-90

Relatório da Administração: Senhores. Acionistas, Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as demonstrações contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

| Balancos Patrimoniais levantados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais) | | | |
|--|---------------|---------------|--|
| Ativo | 31/12/2022 | 31/12/2021 | |
| Circulante | 18.696 | 13.940 | |
| Caixa e equivalente de caixa | 18.632 | 12.134 | |
| Valores a receber | 2 | 7 | |
| Impostos à recuperar | 62 | 1.799 | |
| Não Circulante | 19.096 | 20.054 | |
| Depósitos Judiciais | 23 | 23 | |
| Investimentos | 68 | 68 | |
| Imobilizado | 19.005 | 19.963 | |
| Total do Ativo | 37.792 | 33.994 | |

| Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido – Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais) | | | | | | |
|--|----------------|--------------|--------------------------|--|-----------------------------|--------------|
| | Capital social | Reservas | Outras reservas de lucro | Dividendos obrigatórios não distribuídos | Lucros/Prejuízos acumulados | Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2020 | 4.456 | 1.545 | – | – | (9.126) | (3.125) |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | 5.590 | 5.590 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 4.456 | 1.545 | – | – | (3.536) | 2.465 |
| Redução de Capital (absorção de prejuízo) | (3.536) | – | – | – | 3.536 | – |
| Lucro líquido do exercício | – | – | – | – | 5.299 | 5.299 |
| Destinação Proposta: | | | | | | |
| Outras Reservas e Dividendos | – | – | 3.974 | 1.325 | (5.299) | – |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 920 | 1.545 | 3.974 | 1.325 | – | 7.764 |

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras (Em milhares de reais)

1. Contexto Operacional – a. Objeto social: A VR Imóveis e Serviços S.A. tem como objeto social a administração de bens imóveis próprios ou de terceiros e a participação em outras sociedades comerciais, industriais, agrícolas ou civis, com recursos próprios e/ou oriundos de incentivos fiscais.

2. Apresentação das demonstrações financeiras – Base de apresentação: As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emanadas da Lei das Sociedades por Ações – Lei nº 6.404/76 alterada pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09, nos pronunciamentos, orientações e instruções emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e deliberados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

3. Principais políticas e práticas contábeis – As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente nas demonstrações financeiras. **a. Caixa e equivalentes de caixa:** São representados por banco conta movimento e aplicações financeiras, em moeda nacional, resgatáveis a qualquer momento sem efeito de penalidades e risco insignificante de mudança de valor justo. Tendo como única finalidade o gerenciamento dos compromissos de curto prazo. **b. Outros ativos e passivos:** São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias até a data do balanço patrimonial, cuja contrapartida é lançada ao resultado do período. **c. Investimentos:** Os investimentos da Companhia em suas controladas em conjunto são registrados pelo método de equivalência patrimonial, conforme CPC 18 (R2). **d. Imobilizado:** É registrado pelo valor de custo, deduzido de depreciação acumulada e da provisão para perda no valor recuperável dos bens, quando aplicável, conforme CPC 27. **e. Gestão do risco de liquidez:** A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é da Administração, que elaborou um modelo para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas e linhas de crédito bancárias por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

4. Caixa e equivalente de caixa

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------------|---------------|---------------|
| Bancos conta movimento | 82 | 52 |
| Títulos e valores mobiliários – CDB | 18.549 | 12.082 |
| | 18.632 | 12.135 |

5. Imobilizado

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------|---------------|---------------|
| Terrenos | 726 | 726 |
| Imóveis | 23.946 | 23.946 |
| (-) Depreciação acumulada | (5.667) | (4.709) |
| | 19.005 | 19.963 |

6. Patrimônio líquido – Em 31 de dezembro de 2022, o capital social subscrito e totalmente integralizado, é de R\$ 919, (2021 – R\$ 4.456).

7. Despesas gerais e administrativas

| | 2022 | 2021 |
|---------------------------------------|--------------|--------------|
| Despesas de serviços de terceiros | 369 | 277 |
| Despesas de manutenção | – | 770 |
| Despesas de amortização e depreciação | 958 | 958 |
| Outras | 8 | 805 |
| | 1.335 | 2.810 |

8. Resultado financeiro

| | 2022 | 2021 |
|-------------------------------|--------------|------------|
| Remuneração de Impostos | 7 | 12 |
| Juros de aplicação financeira | 1.774 | 448 |
| | 1.781 | 460 |

A Diretoria
Ademar Ripke Júnior
Contador – TC CRC 1SP 217.934/O-2

Taxas longas caem alinhadas ao movimento dos Treasuries e curtas ficam de lado



Os juros futuros de médio e longo prazos fecharam a sessão em queda, enquanto os curtos terminaram perto da estabilidade, em desenho definido no período da tarde. Pela manhã, as taxas rondavam os ajustes de segunda, mas a ampliação do recuo dos yields dos Treasuries na etapa vespertina contagiou a curva local a partir dos vértices intermediários, reduzindo a inclinação. O exterior se impôs na medida em que internamente o dia não trouxe catalisadores para os negócios, nem com a Pesquisa Mensal de Comércio (PMC) nem com a audiência do presidente do Banco Central (BC), Roberto Campos Neto, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) do Senado.

A taxa do contrato de Depósito Interfinanceiro (DI) para janeiro de 2024 fechou em 13,18%, de 13,20% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2025 caiu a 11,80%, de 11,88% ontem no ajuste. O DI para janeiro de 2027 encerrou com taxa de 11,72%, de 11,86% ontem no ajuste, e a do DI para janeiro de 2029 passou de 12,26% para 12,12%.

As taxas percorreram a manhã de lado, com o mercado monitorando o exterior e declarações de Campos Neto na CAE.

IstoÉDinheiro

BGM Rodotec Tecnologia e Informática S.A.

CNPJ/ME nº 05.074.351/0001-60

Demonstrações Financeiras referentes aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Valores expressos em reais mil)

| Balancos Patrimoniais | | | | | |
|---------------------------------------|----------------|----------------|--|----------------|----------------|
| Ativo | 2022 | 2021 | Passivo | 2022 | 2021 |
| Circulante | | | Circulante | | |
| Caixa e equivalentes de caixa | 5.662 | 4.283 | Fornecedores | 886 | 815 |
| Contas a receber | 11.166 | 5.553 | Contas a pagar de combinação de negócios | 10.337 | 4.047 |
| Impostos a recuperar | 4.516 | 2.809 | Passivos de arrendamentos | 642 | 602 |
| Adiantamentos | 597 | 465 | Salários e encargos a pagar | 6.467 | 5.744 |
| Despesas antecipadas | 32 | 8 | Impostos e Contribuições a recolher | 744 | 784 |
| Outros ativos | 2 | 5 | | 19.075 | 12.992 |
| | 21.976 | 13.122 | Não circulante | | |
| Não circulante | | | Contas a pagar de combinação de negócios | 68.451 | – |
| Partes relacionadas | 1.282 | – | Partes relacionadas | 3.575 | – |
| Impostos diferidos | – | 509 | Passivos de arrendamentos | 143 | – |
| Investimentos | 264.440 | 199.185 | Obrigações tributárias | 112 | 126 |
| Direito de uso | 714 | 501 | Imposto de renda e contribuição social diferidos | 2.634 | 841 |
| Imobilizado | 1.396 | 1.820 | Outras contas a pagar | 12.352 | 1.000 |
| Intangível Líquido | 372.308 | 29.195 | | 87.268 | 967 |
| | 640.140 | 231.210 | Patrimônio líquido | | |
| Total do Ativo | 662.116 | 244.332 | Capital social | 276.412 | 180.010 |
| Demonstração do Resultado | | | Reservas | 278.259 | 50.939 |
| 2022 | 2021 | | Reserva legal e de lucros | (10.591) | (5.430) |
| Receita operacional líquida | 80.033 | 63.846 | Lucros Acumulados | 11.694 | 4.854 |
| Custo dos serviços prestados | (51.002) | (40.686) | | 555.773 | 230.372 |
| Lucro Bruto | 29.031 | 23.159 | Total do passivo e patrimônio líquido | 662.116 | 244.332 |
| Despesas Operacionais | | | | | |
| Despesas com vendas e marketing | (2.725) | (1.446) | IRPJ e CSLL diferidos | – | – |
| Despesas Administrativas | (11.952) | (12.928) | Lucro líquido do exercício | 11.694 | 4.854 |
| Outras receitas e despesas, líquidas | (4.324) | 2.296 | Atribuível a | | |
| Resultado de equivalência patrimonial | 5.702 | (2.699) | Acionistas da Companhia | 11.694 | 4.854 |
| Lucro operacional bruto | 15.732 | 8.382 | | | |
| Receita Financeiras | 564 | 898 | | | |
| Despesas Financeiras | (2.002) | (645) | | | |
| Lucro antes do IRPJ e CSLL | 14.294 | 8.635 | | | |
| IRPJ e CSLL correntes | (2.600) | (3.781) | | | |

| Demonstração das Mutações no Patrimônio Líquido | | | | | |
|---|----------------|-------------------|-------------------|-------------------|--------------------------|
| | Capital social | Reserva de Lucros | Reserva de Lucros | Reserva de Lucros | Patrimônio Líquido Total |
| Saldos em 31 de dezembro de 2021 | 180.010 | 50.939 | 391 | (968) | 230.372 |
| Integralização e aumento de capital | 96.402 | – | – | – | 96.402 |
| Lucro do exercício | – | – | – | 11.679 | 11.679 |
| Distribuição de dividendos | – | – | – | (10.000) | (10.000) |
| Instrumento de combinação de negócios | – | 227.320 | – | – | 227.320 |
| Saldos em 31 de dezembro de 2022 | 276.412 | 278.259 | 391 | 711 | 555.773 |

Valmir Colodrao Diretor sem Designação Específica
Hjalmar Domagh Fugmann Diretor sem Designação Específica
Carlos Alberto Gomes do Vale Contador CRC 1SP 124.354/O-0

Ouro fecha em alta, com aversão ao risco se sobrepondo ao dólar forte

Ouro fechou em alta, em meio a um clima de aversão ao risco em Nova York, na esteira de resultados mistos em balanços corporativos dos Estados Unidos e da Europa. O metal precioso ganhou fôlego durante a tarde da terça-feira, 25, superando a pressão do dólar forte no exterior.

Na Comex, divisão para metais da New York Mercantile Exchange (Nymex), o ouro com entrega prevista para ju-

nho fechou em alta de 0,23, a US\$ 2.004,50 por onça-troy.

A fuga dos ativos de risco em Wall Street levou investidores ao mercado de ouro, permitindo que o metal retomasse o nível de US\$ 2.000, como havia projetado Edward Moya, analista da Oanda. Moya observou que os investidores estão preocupados com o enfraquecimento de consumidores e preocupados com o cenário econômico dos Estados Unidos e da Europa, à medida que digerem resultados corporativos mistos. Em especial, o analista destaca o retorno das turbulências bancárias como foco.

Ontem, o First Republic Bank revelou um tombo de mais de 40% no número de depósitos durante as turbulências bancárias, mesmo com o pacote de socorro de US\$ 30 bilhões depositados por grandes bancos em março.

Dólar sobe 0,47% e fecha a R\$ 5,0647 com aversão externa ao risco

O dólar à vista encerrou a sessão de terça-feira, 25, em alta de 0,47%, cotado a R\$ 5,0647, em sintonia com o movimento global do mercado de moedas. Queda da confiança do consumidor nos EUA e dúvidas sobre a saúde do sistema financeiro americano, após resultado decepcionante First Republic Bank, reacenderam os temores de recessão da maior economia do mundo.

Em tradicional movimento de aversão ao risco, investidores abandonaram bolsas e correram para se abrigar nos Treasuries, cujas taxas recuaram, e na moeda americana. Termômetro do desempenho do dólar frente a uma cesta de seis divisas fortes, o índice DXY operou em alta firme e se aproximou da linha dos 102,000 pontos.

Na outra ponta da gangorra, commodities metálicas e as cotações internacionais do petróleo recuaram, com o tipo Brent para julho fechando em queda de 2,35%, a US\$ 80,60 o barril. Divisas de países exportadores de commodities e emergentes caíram em bloco frente à moeda americana, com raras exceções, como o peso chileno. O real, que costuma apresentar perdas mais fortes em episódios de aversão ao risco, desta vez não amargou o pior desempenho, papel que coube ao rand sul-africano.

Por aqui, o dólar até ensaiou um recuo na primeira hora de negócios, quando registrou mínima a R\$ 5,0311, com operadores relatando entrada de fluxo comercial. Mas logo a divisa se alinhou à tendência externa e, ainda pela manhã, correu até máxima a R\$ 5,0840.

IstoÉDinheiro

RR Corporation Administração de Bens S.A.

(Em organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 24 de agosto de 2021

Data hora e local: 24/08/21, 10hs, na sede. **Mesa:** Sra. Rita de Cassia Ferreira, presidente; Sr. João Agostinetti Amoroso, secretário. **Deliberações aprovadas:** (i) O projeto do Estatuto Social da RR Corporation Administração de Bens S.A. já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes. (ii) O capital social da Companhia, no valor de R\$ 10.000,00, será dividido em 10.000 ações ordinárias nominativas, da mesma classe e sem valor nominal. (iii) O valor correspondente a 10% do capital social subscrito já se encontra integralizado pelos subscritores, na forma da lei, conforme se verificou do comprovante de depósito bancário. (iv) O Estatuto Social, que, tendo sido completadas todas as formalidades legais, estava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de RR Corporation Administração de Bens S.A. (v) Elegeram, a Sra. Rita de Cassia Ferreira, brasileira, divorciada, com endereço residencial em Ribeirão Preto/SP, para o cargo de Diretora Presidente e o Sr. João Agostinetti Amoroso, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresário, com endereço residencial em Cravinhos/SP, para ocupar o cargo de Diretor Administrativo, todos com mandato até 23/08/2024, permitida a reeleição. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. Nada mais. SP, 24/08/2021. JUCESP/NIRE nº 3530057755-8 em 28/09/21. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I. Denominação social, sede e prazo de duração. Art. 1º.** RR Corporation Administração de Bens S.A. (a "Companhia"), é uma sociedade sob forma de Sociedade por Ações de capital fechado e é regida pelo presente Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia e as disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial a LSA. **Art. 2º.** A Companhia tem sede e foro em SP/SP, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3729, conjunto 5, CEP 04538-905, Itaim Bibi, podendo, a critério da Assembleia Geral e respeitadas as prescrições legais, abrir, instalar ou encerrar filiais, com o objetivo de desenvolver suas atividades na forma e limites aqui definidos. **Art. 3º.** A Companhia tem por objeto social a seguinte atividade: (i) Holding de Instituições não-financeiras; participação no capital de outras sociedades sediadas no Brasil ou no exterior, na condição de sócia, acionista ou quotista, com recursos próprios ou incentivados. **§Único.** A Companhia poderá dedicar-se a todas as atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social e que sejam convenientes aos interesses sociais. **Art. 4º.** A Companhia vigorará por prazo indeterminado de duração. **Capítulo II. Capital social e ações. Art. 5º.** O capital social é de 10.000,00, dividido em 10.000 ações nominativas e sem valor nominal, o qual está totalmente subscrito e parcialmente integralizado no montante de 10% conforme previsão legal. **Art. 6º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia que reconhece apenas 01 proprietário para cada uma delas, aplicando-se, quanto aos casos em que a ação pertencer a mais de uma pessoa, as disposições do §Único do artigo 28 da LSA. **Art. 7º.** Observadas às condições previstas neste Estatuto Social e na legislação aplicável, cada ação ordinária dá direito a 01 voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Art. 8º.** A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço e prazo de subscrição. **Art. 9º.** A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, suas próprias ações para permanência em tesouraria sem que isso implique na diminuição do capital subscrito, visando à sua posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis. **§Único.** As ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua realocação em circulação. **Capítulo III. Assembleias gerais. Art. 10º.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia, e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, devendo ser convocada, instalada e realizada na forma prevista neste Estatuto Social, tomando-se as deliberações por voto afirmativo de acionistas titulares de Ações Ordinárias que representem a maioria do capital social da Companhia, exceto especificamente no que se refere às Matérias Específicas previstas no §Único abaixo. **§Único.** As matérias expressamente previstas nas alíneas "(a)" até "(o)" abaixo dependerão de aprovação prévia e por escrito, em Assembleia Geral, de acionistas titulares de pelo menos 60% da totalidade das Ações Ordinárias representativas do capital social da Companhia (as "Matérias Específicas"): (a) Alterar o Estatuto Social da Companhia; (b) Aprovar a transformação de tipo jurídico, fusão, incorporação, cisão, liquidação e dissolução da Companhia; (c) Eleger e destituir membros da Diretoria da Companhia, bem como fixar as atribuições e competências de cada Diretor da Companhia, respeitadas as regras previstas nos artigos 12 ao 16 deste Estatuto Social e observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia; (d) Aprovação da remuneração global e individual dos Diretores da Companhia em cada exercício social, observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia; (e) Aumento do capital social e emissão de novas Ações da Companhia, fixação do preço de emissão de novas Ações, bonificação, desdobramento, grupamento, incorporação de Ações da Companhia; (f) Alteração ou revogação de dispositivos do Estatuto Social que alterem ou modifiquem quaisquer dos direitos, preferências e vantagens das Ações Preferenciais emitidas pela Companhia, independente de sua classe, respeitado o disposto no § 1º do Artigo 136 da LSA; (g) Criação de novas Ações Preferenciais ou aumento de classe de Ações Preferenciais existentes sem guardar proporção com as demais classes de Ações Preferenciais e, ainda, conversão de Ações Ordinárias em Ações Preferenciais e vice-versa, respeitado o disposto no § 1º do Artigo 136 da LSA; (h) Aprovar a alienação, a qualquer título, de quaisquer bens integrantes do ativo não circulante da Companhia, bem como aprovar a constituição de quaisquer ônus e/ou gravames de qualquer natureza sobre quaisquer bens integrantes do ativo não circulante da Companhia; (i) Aprovar a cessão, uso, licenciamento e/ou transferência, a qualquer título, pela Companhia a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autorial, know-how, software ou qualquer outro direito de propriedade intelectual e/ou intelectual da Companhia, em especial, no que se refere a quaisquer Produtos desenvolvidos e explorados pela Companhia no presente e no futuro; (j) Aprovar a distribuição de dividendos existentes na conta de lucros acumulados e/ou lucros do exercício, apurados em demonstrações financeiras anuais, semestrais e/ou mensais da Companhia e/ou de juros sobre capital próprio, respeitado o dividendo mínimo prioritário atribuído às Ações PNA e Ações PNB, conforme aplicável, observadas as regras previstas neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia; (k) Aprovar negócios jurídicos entre a Companhia e qualquer pessoa ligada aos acionistas, assim entendida qualquer pessoa física que mantenha relação de parentesco com qualquer Diretores ou acionistas diretos ou indiretos, que não sejam contratadas no curso normal de negócio da Companhia e de acordo com práticas de mercado, incluindo a aprovação da compra de insumos e matéria-prima e, ainda, sobre preços de venda de produtos pela Companhia a tais pessoas ligadas, observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia; (l) Aprovar as contas dos Diretores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras de encerramento do exercício da Companhia, bem como a destinação dos resultados da Companhia; (m) Encerrar e/ou modificar qualquer atividade explorada pela Companhia, bem como iniciar qualquer nova atividade e/ou linha de negócio em nome da Companhia; (n) Aprovar pedido de recuperação (judicial/extrajudicial), declaração de autofalência, liquidação e dissolução da Companhia; (o) Aprovar alterações na política de distribuição de dividendos prevista neste Estatuto Social e/ou a retenção de lucros da Companhia, observado o disposto no presente Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia; e (p) Deliberar sobre alterações de políticas contábeis da Companhia, bem como a contratação de auditores independentes pela Companhia. **Art. 11º.** As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Companhia ordinariamente, dentro dos 04 meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência previstas na LSA e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamento dos acionistas, bem como nos casos previstos na LSA, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **§1º.** As Assembleias Gerais serão convocadas pela Diretoria, por qualquer de seus Diretores, através de notificação pessoal e por escrito (a "Convocação"), destinada a todos os acionistas da Companhia, que deverão, necessariamente, conter a pauta dos assuntos a serem discutidos, ainda que de forma resumida. **§2º.** Todas as Convocações serão consideradas entregues quando enviadas aos respectivos acionistas da Companhia para o endereço indicado no Livro de Registro de Ações da Companhia, e entregues: (i) pessoalmente, através de documento por escrito e comprovante de recebimento assinado por representante(s) do(s) respectivo(s) acionista(s); ou (ii) através de carta registrada, com aviso de recebimento, a ser encaminhada pelos correios; e/ou (iii) através de correio eletrônico, porém desde que seja possível a comprovação de recebimento por parte do(s) representante(s) do(s) respectivo(s) acionista(s) ("answer back"). Para os fins deste inciso "(iii)", será considerada válida a confirmação do recebimento via correio eletrônico ainda que emitida pelo Diretor da Companhia que tenha transmitido a mensagem de convocação, porém, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo contenha informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da Convocação. **§3º.** As notificações pessoais de Convocação para as Assembleias Gerais da Companhia deverão ser formalizadas, por escrito nos termos previsto nos Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo 11, em primeira convocação, com pelo menos 8 dias de antecedência mínima da realização da Assembleia Geral e, em segunda convocação, com pelo menos 5 dias de antecedência mínima da realização da Assembleia Geral. **§4º.** Não obstante as disposições dos Parágrafos Primeiro, Segundo e Terceiro deste Artigo 11, serão consideradas como tendo sido devidamente convocadas as Assembleias Gerais a que compareçam todos os acionistas com direito a voto da Companhia. **§5º.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por mesa composta de Presidente escolhido pelos acionistas presentes titulares de Ações Ordinárias por aclamação. Caberá ao Presidente indicar o Secretário. **Capítulo IV. Diretoria. Art. 12.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 2 Diretores, sendo 1 denominado Diretor Presidente, e 1 denominado Diretor Administrativo, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral,

com prazo de mandato de 03 anos, permitida a reeleição, observado o disposto na LSA, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **§1º.** O diretor Presidente possui poderes para assinar isoladamente, o Diretor Administrativo possui poderes apenas para assinatura em conjunto com o Diretor Presidente. **Art. 13.** Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos Diretores regularmente eleitos em Assembleia Geral. **Art. 14.** A investidura dos Diretores far-se-á por termo a ser transcrito no Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria e assinado pelos respectivos Diretores eleitos em Assembleia Geral. **Art. 15.** Compete à Diretoria exercer as atribuições que a LSA, o Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **§1º.** A representação da Companhia, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, realizar-se-á pelos Diretores da Companhia e/ou procuradores regularmente constituídos pela Companhia, de acordo com as seguintes regras de representação, como condição de validade: (a) através da assinatura individual ou em conjunto, do Diretor Executivo da Companhia, para a prática de todos e quaisquer atos em nome da Companhia, inclusive, mas não se limitando aos atos de competência específica dos Diretores Executivos previstos no §1º deste Artigo 15; (b) através da assinatura conjunta do Diretor de Negócios da Companhia, para a prática dos atos de competência específica do Diretor de Negócios previstos no §2º deste Artigo 15; **§4º.** A outorga das procurações em nome da Companhia somente será válida se forem obedecidas as regras de representação previstas na alínea "(a)" do §3º do Artigo 15 do Estatuto Social. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter prazo de validade limitado a até 03 anos. **Art. 16.** A Diretoria poderá sempre que julgar necessário, reunir-se em reuniões de diretoria (a "Reunião de Diretoria" ou "Reuniões de Diretoria") na sede da Companhia, para deliberar a respeito de assuntos de interesse da Companhia. **§1º.** As Reuniões de Diretoria poderão ser convocadas por qualquer de seus membros. As convocações para cada Reunião de Diretoria e a respectiva ordem do dia serão enviadas a todos os Diretores através de memorando interno ou correio eletrônico, porém desde seja possível a comprovação de recebimento por parte do respectivo Diretor destinatário ("answer back"). Para os fins previstos acima, será considerada válida a confirmação do recebimento via correio eletrônico ainda que emitida pelo Diretor da Companhia que tenha transmitido a mensagem de convocação, porém, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo contenha informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da Convocação. **§2º.** As notificações pessoais de convocação dos Diretores deverão ser formalizadas com pelo menos 1 dia útil de antecedência da realização de cada Reunião de Diretoria, sendo a formalidade de convocação dispensada caso todos os Diretores estejam presentes à respectiva Reunião de Diretoria. **§3º.** As Reuniões de Diretoria deverão ser presididas por qualquer Diretor Executivo e, na ausência dos Diretores Executivos, poderão ser presididas por qualquer outro Diretor da Companhia. **§4º.** As deliberações tomadas pelos Diretores em Reuniões de Diretoria deverão sempre ser transcritas e constar em atas de Reunião da Diretoria, as quais deverão ser assinadas por todos os Diretores presentes. Caberá ao presidente da Reunião de Diretoria indicar o respectivo secretário de cada Reunião de Diretoria. **Art. 17.** São expressamente vedados, sendo nulos de pleno direito e inoperantes com relação à Companhia, os atos dos Diretores e/ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a operações ou negócios estranhos aos determinados pelo objeto social ou que não tenham sido especificados nos mandatos conferidos, tais como, mas não limitados, fianças, avais ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto de se houver aprovação expressa dos acionistas, em Assembleia Geral, observado o quórum de aprovação disposto no §Único do Artigo 10 do Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **§Único.** Sempre que ocorrer violação ao disposto no "caput" deste Artigo 17, os atos praticados serão nulos de pleno direito em relação à Companhia, acarretando, também, a responsabilidade solidária dos Diretores e/ou procuradores envolvidos. **Capítulo V. Conselho fiscal. Art. 18.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto por 03 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, com mandato unificado de 01 ano, permitida a reeleição, sendo seus membros eleitos pela Assembleia Geral, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **§Único.** A instalação do Conselho Fiscal far-se-á por deliberação da Assembleia Geral, nos casos previstos pela legislação aplicável em vigor e observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **Capítulo VI. Exercício social, demonstrações financeiras e resultados. Art. 19.** O exercício social terá a duração de 01 ano, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. **Art. 20.** Ao fim de cada exercício social serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as Demonstrações Financeiras previstas na LSA. **Art. 21.** Sem prejuízo do Artigo 20, a Diretoria poderá determinar o levantamento de Demonstrações Financeiras em períodos semestrais, trimestrais e/ou mensais e, em Assembleia Geral, os acionistas com direito a voto deliberarão sobre a destinação dos resultados da Companhia apurados nas referidas Demonstrações Financeiras, observado o disposto na LSA, nas regras previstas neste Estatuto Social, em especial, aquelas previstas no Artigo 23 e as regras previstas no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **§Único.** Os acionistas com direito a voto, em Assembleia Geral poderão, a qualquer tempo, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, existentes na conta de lucros acumulados, ou de reservas de lucros existentes nas Demonstrações Financeiras levantadas em período anual, semestral, trimestral e/ou mensal, observado o disposto na LSA, nas regras previstas neste Estatuto Social, em especial, aquelas previstas no Artigo 23, e as regras previstas no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **Art. 22.** A Diretoria poderá fixar o montante dos juros a serem pagos ou creditados aos Acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, respeitado o disposto na legislação aplicável. **Art. 23.** Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo obrigatório previsto no Artigo 202 da LSA. **Art. 24.** Do resultado do exercício e/ou das Demonstrações Financeiras intermediárias previstos no Artigo 20 do Estatuto Social, serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, nos termos da legislação contábil e tributária aplicáveis. **Art. 25.** Do lucro líquido da Companhia apurado nas Demonstrações Financeiras levantadas nos termos da LSA e de acordo com as regras previstas neste Estatuto Social, observados os ajustes mencionados no Artigo 24 supra, serão deduzidos sucessivamente e na seguinte ordem: (a) 5% para a constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social ou o limite previsto no Artigo 193, §1º, da LSA; e (b) o saldo remanescente do lucro líquido da Companhia, após o pagamento dos dividendos mínimos prioritários e cumulativos assegurados aos acionistas titulares de Ações PNA e Ações PNB nos termos deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia, deverá ser apurado e distribuído integralmente na forma de dividendos entre todas as Ações Ordinárias e Ações Preferenciais da Companhia, desproporcionalmente, sem que seja assegurado às Ações Ordinárias qualquer dividendo mínimo prioritário igual ao mínimo distribuído às Ações PNA e/ou Ações PNB, nos termos da LSA, do presente Estatuto Social e do Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia, exceto se deliberado de maneira diversa pelos acionistas com direito a voto em Assembleia Geral, após ouvida a Diretoria da Companhia. **Capítulo VII. Apropriação de haveres. Art. 26.** Nas hipóteses em que a LSA outorga a qualquer acionista dissidente o direito de retirar-se da Companhia (nos termos previstos na LSA), bem como no caso de decretação de falência de qualquer acionista da Companhia (o "Acionista Retirante"), as Ações de titularidade do Acionista Retirante deverão ser (i) reembolsadas pela Companhia (nos termos previstos na LSA e no presente Acordo), na hipótese de exercício do direito de retirada do Acionista Retirante nos termos da LSA, e/ou (ii) adquiridas pela Companhia, mediante aquisição de Ações para permanência em tesouraria ou cancelamento (nos termos previstos na LSA). Em ambas as hipóteses de reembolso e/ou aquisição das Ações de titularidade do Acionista Retirante (as "Ações do Acionista Retirante"), os haveres das Ações do Acionista Retirante serão apurados de acordo com as regras previstas no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **Capítulo VIII. Cessão de ações e direito de preferência. Art. 27.** Nenhum dos acionistas poderá, a qualquer título, alienar ou de qualquer outra forma transferir, direta ou indiretamente, suas Ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas Ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em Ações da Companhia, no todo ou em parte, exceto se forem observadas as regras previstas no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **Capítulo IX. Solução de conflitos. Art. 28.** Todas e quaisquer disputas, conflitos ou discrepâncias de qualquer natureza relacionadas à Companhia e/ou aos acionistas serão resolvidas através de solução amigável, mediação ou arbitragem, em conformidade com a "Cláusula Escalonada para a Solução de Conflitos" prevista no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **Capítulo X. Disposições gerais. Art. 29.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos na LSA e demais legislações aplicáveis ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. **Art. 30.** A Companhia, os acionistas e os Diretores, declaram, para todos os fins e efeitos de direito, que tem pleno conhecimento e concordam com todos os termos do Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia, ao qual a Companhia está vinculada, bem como se obrigam a cumprir nos termos da LSA, em especial, o Artigo 118, da LSA e suas alterações (o "Acordo de Acionistas"). **Art. 31.** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos em conformidade com o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia e, supletivamente, de acordo com a LSA. **Art. 32.** Quando utilizados neste Estatuto Social, os termos com iniciais maiúsculas abaixo, assim como sua forma plural ou singular, masculina ou feminina, terão os seguintes significados: (a) "Acordo de Acionistas". Significa o acordo de acionistas vigente da Companhia, e arquivado em cópia na sede da Companhia; (b) "LSA". Significa a Lei Federal nº 6.404/76 e suas alterações; e (c) "Produto" ou "Produtos". Significa qualquer curso, publicação e/ou produto desenvolvido(s) que integre o catálogo de produtos da Companhia, bem como qualquer novo produto que venha a ser desenvolvido futuramente e explorado pela Companhia e futuramente venha integrar o catálogo de produtos da Companhia, conforme definição prevista no Acordo de Acionistas em vigor arquivado na sede da Companhia. SP, 24/08/2021.

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:

comercial@datamercantil.com.br

Brasil tem saldo positivo de US\$ 286 mi nas contas externas em março, primeiro superávit em 8 meses

As contas externas brasileiras registraram um superávit de US\$ 286 milhões em março de 2023, o primeiro saldo positivo desde junho de 2022, quando somou US\$ 266 milhões. Em fevereiro, o saldo das contas externas foi negativo em US\$ 2,8 bilhões, ainda assim o menor saldo negativo para o mês em seis anos. Em março de 2022 o país registrou um saldo negativo de US\$ 3 bilhões em suas contas externas. Os dados foram divulgados na terça-feira (25) pelo Banco Central.

No acumulado dos três primeiros meses de 2023 as contas externas brasileiras registraram déficit de US\$ 11,82 bilhões, uma queda de 40% na comparação com o mesmo período do ano passado, quando o resultado negativo somou US\$ 16,56 bilhões.

O resultado em transações correntes, um dos principais indicadores sobre o setor externo do país, é formado por balança comercial (comércio de produtos entre o Brasil e outros países), serviços (adquiridos por brasileiros no exterior) e rendas (remessas de juros, lucros e dividendos do Brasil para o exterior).

De acordo com nota do Banco Central à imprensa, o resultado positivo nas contas externas em março deve-se,

principalmente, ao superávit comercial recorde do mês passado, além de um resultado negativo menor na conta de serviços, que inclui viagens ao exterior.

A balança comercial de bens registrou, em março de 2023, o maior superávit da série histórica, US\$ 9,5 bilhões, ante saldo positivo de US\$ 6,1 bilhões em março de 2022. As exportações de bens também foram recorde, US\$ 33,3 bilhões, aumento de 12,1% em comparação a março de 2022. As importações de bens registraram aumento interanual de 0,9%, totalizando US\$ 23,8 bilhões.

O déficit na conta de serviços totalizou US\$ 2,9 bilhões em março de 2023, redução de 14,1% em relação a março de 2022. A conta de transportes registrou despesas líquidas de US\$ 1,1 bilhão, recuo de 24,4% em relação a março de 2022, influenciada pelos menores gastos em fretes. As despesas líquidas com aluguel de equipamentos totalizaram US\$ 805 milhões, aumento de 23,7% na comparação com março de 2022. As despesas líquidas em viagens internacionais recuaram 15,8% e somaram US\$ 546 milhões, com aumentos de 25,9% (para US\$ 570 milhões) nas receitas e de 1,4% nas despesas (para US\$ 1,1 bilhão).

CNN



AGV Logística S.A.

CNPJ/MF nº 02.905.424/0001-20

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS SOCIAIS ENCERRADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E 2021

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

| Balanco patrimonial | | | | Demonstração do fluxo de caixa | | | | |
|-------------------------------------|---------|---------|---------------------------------------|--------------------------------|---------|--|----------|----------|
| | 2022 | 2021 | | 2022 | 2021 | | 2022 | 2021 |
| Ativo | | | Passivo e patrimônio líquido | | | Fluxos de caixa das atividades operacionais | | |
| Circulante | 228.589 | 197.258 | Circulante | 123.348 | 110.779 | Lucro antes do IRPJ e da CSLL | 81.770 | 139.683 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 59.973 | 30.129 | Fornecedores | 43.789 | 31.281 | Despesas (receitas) que não afetam o caixa | | |
| Contas a receber de clientes | 134.025 | 112.941 | Passivo de arrendamento | 26.920 | 16.334 | Depreciação e amortização | 47.978 | 40.260 |
| Tributos a recuperar | 11.270 | 33.175 | Salários e encargos sociais | 22.286 | 21.969 | Ganho na alienação de ativo imobilizado | - | (13) |
| Partes relacionadas | 17.396 | 16.302 | Tributos a pagar | 7.320 | 7.363 | Reversão de provisão para contingências | (1.198) | (5.387) |
| Outros ativos | 5.925 | 4.711 | Dividendos a pagar | 22.786 | 33.322 | Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa | 836 | (14) |
| Não circulante | 22.464 | 23.706 | Outros passivos | 247 | 510 | Juros e variações monetárias | 16.073 | 15.091 |
| Realizável a longo prazo | | | Passivo de arrendamento | 233.307 | 183.814 | Redução (aumento) nas contas de ativo | | |
| Tributos a recuperar | - | 5.544 | Recursos recebidos para investimentos | 12.754 | - | Contas a receber de clientes | (21.920) | (18.332) |
| Depósitos judiciais | 6 | 91 | Tributos a pagar | 1.143 | 2.020 | Tributos a recuperar | 27.449 | (35.986) |
| IRPJ e CSLL diferidos | 22.458 | 18.071 | Provisão para contingências | 23.509 | 23.651 | Despesas pagas antecipadamente | 272 | 131 |
| Imobilizado | 79.667 | 49.229 | Total passivo | 394.061 | 320.264 | Depósitos judiciais | 1.141 | 350 |
| Direito de uso de ativos intangível | 136.198 | 134.369 | Patrimônio líquido | 308.351 | 267.570 | Outros ativos | (1.486) | (1.743) |
| | | | Capital social | 209.563 | 209.563 | Aumento (redução) nas contas de passivo | | |
| | | | Reserva de capital | 332 | 332 | Fornecedores | 12.509 | 8.423 |
| | | | Reserva legal | 9.063 | 6.389 | Dividendos a pagar | (10.536) | 33.322 |
| | | | Reserva de lucros | 89.393 | 51.286 | Salários e encargos sociais | 317 | 4.760 |
| Total do ativo | 702.412 | 587.834 | Total do passivo e patrimônio líquido | 702.412 | 587.834 | Recursos recebidos p/ investim. | 12.754 | - |
| | | | | | | Tributos a pagar | (920) | 29 |
| | | | | | | Outros passivos | (264) | 510 |
| | | | | | | Juros recebidos | | (1.884) |
| | | | | | | Juros pagos | (17.167) | (15.091) |
| | | | | | | IRPJ e CSLL pagos | (32.674) | (35.145) |
| | | | | | | Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais | 114.934 | 128.965 |
| | | | | | | Fluxos de caixa das atividades de investim. | | |
| | | | | | | Aquisições de bens do ativo imobilizado | (42.791) | (19.272) |
| | | | | | | Aquisições de intangível | (7.650) | (4.053) |
| | | | | | | Recebimento pela alienação de bens do ativo imobilizado | - | 39 |
| | | | | | | Empréstimo concedido a parte relacionada | - | (708) |
| | | | | | | Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos | (50.441) | (23.994) |
| | | | | | | Fluxos de caixa das atividades de financiam. | | |
| | | | | | | Amortização de passivo de arrendamentos | (21.947) | (17.985) |
| | | | | | | Pagamento de dividendos | (12.702) | (70.102) |
| | | | | | | Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos | (34.649) | (88.087) |
| | | | | | | Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa | 29.844 | 16.884 |
| | | | | | | Caixa e equivalente de caixas no início do período | 30.129 | 13.245 |
| | | | | | | Caixa e equivalentes de caixa no final do período | 59.973 | 30.129 |

| Demonstração do resultado | | | | Demonstração do resultado abrangente | | | | |
|---|----------|----------|--|--------------------------------------|--------|--|--------|--------|
| | 2022 | 2021 | | 2022 | 2021 | | 2022 | 2021 |
| Resultado financeiro, líquido | (16.469) | (1.009) | Lucro líquido do exercício | 53.483 | 96.798 | Lucro líquido do exercício | 53.483 | 96.798 |
| Lucro antes do IRPJ e CSLL | 81.770 | 139.683 | Total do resultado abrangente do exercício | 53.483 | 96.798 | Total do resultado abrangente do exercício | 53.483 | 96.798 |
| IRPJ e CSLL correntes | (32.674) | (35.145) | | | | | | |
| IRPJ e CSLL diferidos | 4.387 | (7.740) | | | | | | |
| Lucro líquido do exercício | 53.483 | 96.798 | | | | | | |
| Lucro por ação atribuível aos acionistas (em reais) | 0,12 | 0,21 | | | | | | |

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da AGV Logística S.A., Vinhedo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da AGV Logística S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31/12/2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejar os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Campinas, 23/02/2023

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S. Ltda.
CRC-2SP027623/F
Cristiane Cléria S. Hilario
Sócia-Contadora - CRC-1SP243766/0-8



As demonstrações financeiras completas, estão disponíveis na sede da Companhia e no endereço eletrônico do presente jornal

Data Mercantil

A melhor opção para sua empresa

Faça um orçamento conosco:
comercial@datamercantil.com.br

Publicidade Legal

Nicnet Participações S.A.

(Em organização)

Ata de Assembleia Geral de Constituição realizada em 24 de agosto de 2021

Data hora e local: 24/08/21, 10hs, na sede. **Mesa:** Sra. Rita de Cassia Ferreira, presidente; Sr. João Agostinetti Amoroso, secretário. **Deliberações aprovadas:** (i) O projeto do Estatuto Social da Nicnet Participações S.A. já de conhecimento de todos, porém cujo teor foi lido a todos os presentes. (ii) O capital social da Companhia, no valor de R\$ 95.000,00, será dividido em 95.000 ações ordinárias nominativas, da mesma classe e sem valor nominal. (iii) O valor correspondente a 10% do capital social subscrito já se encontrava integralizado pelos subscritores, na forma da lei, conforme se verificou do comprovante de depósito bancário. (iv) Aprovado o Estatuto Social e constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações, que girará sob a denominação social de Nicnet Participações S.A. (v) Elegeram, a Sra. Rita de Cassia Ferreira, brasileira, divorciada, empresária, com endereço residencial em Ribeirão Preto/SP, para o cargo de Diretora Presidente e o Sr. João Agostinetti Amoroso, brasileiro, casado no regime de comunhão parcial de bens, empresária, com endereço residencial em Cravinhos/SP; para ocupar o cargo de Diretor Administrativo, todos com mandato até 23/08/2024, permitida a reeleição. Os Diretores ora eleitos declaram sob as penas da Lei, não estarem incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei especial, que os impeçam de exercer atividades mercantis. Nada mais. SP, 24/08/2021. JUCESP/NIRE nº 3530057756 em 28/09/21. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral. **Estatuto Social. Capítulo I. Denominação social, sede e prazo de duração. Art. 1º.** NICNET PARTICIPAÇÕES S.A. (a "Companhia"), é uma sociedade sob forma de Sociedade por Ações de capital fechado e é regida pelo presente Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia e as disposições legais que lhe forem aplicáveis, em especial a LSA. **Art. 2º.** A Companhia tem sede e foro no Município de SP, Estado de SP, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3729, conjunto 5, CEP 04538-905, Bairro Itaim Bibi, podendo, a critério da Assembleia Geral e respeitadas as prescrições legais, abrir, instalar ou encerrar filiais, com o objetivo de desenvolver suas atividades na forma e limites aqui definidos. **Art. 3º.** A Companhia tem por objeto social a seguinte atividade: (i) Holding de Instituições não-financeiras; participação no capital de outras sociedades sediadas no Brasil ou no exterior, na condição de sócia, acionista ou quotista, com recursos próprios ou incentivados. **§Único.** A Companhia poderá dedicar-se a todas as atividades que, direta ou indiretamente, se relacionem com seu objeto social e que sejam convenientes aos interesses sociais. **Art. 4º.** A Companhia vigorará por prazo indeterminado de duração. **Capítulo II. Capital social e ações. Art. 5º.** O capital social é de 95.000,00, dividido em 95.000 ações nominativas e sem valor nominal, o qual está totalmente subscrito e parcialmente integralizado no montante de 10% conforme previsão legal. **Art. 6º.** As ações são indivisíveis perante a Companhia que reconhece apenas 01 proprietário para cada uma delas, aplicando-se, quanto aos casos em que a ação pertencer a mais de uma pessoa, as disposições do §Único do artigo 28 da LSA. **Art. 7º.** Observadas às condições previstas neste Estatuto Social e na legislação aplicável, cada ação ordinária dá direito a 01 voto nas deliberações da Assembleia Geral. **Art. 8º.** A Assembleia Geral que autorizar o aumento de capital social, mediante a subscrição de novas ações, disporá acerca das determinações a serem observadas quanto ao preço e prazo de subscrição. **Art. 9º.** A Companhia poderá adquirir, utilizando saldos de lucros ou reservas disponíveis, suas próprias ações para permanência em tesouraria sem que isso implique na diminuição do capital subscrito, visando à sua posterior alienação ou cancelamento, observadas as disposições legais aplicáveis. **§Único.** As ações mantidas em tesouraria não terão direito a voto, nem a dividendos ou bonificações, até sua realocação em circulação. **Capítulo III. Assembleias gerais. Art. 10º.** A Assembleia Geral tem poderes para decidir todos os negócios relativos ao objeto da Companhia, e tomar as resoluções que julgar convenientes à sua defesa e desenvolvimento, devendo ser convocada, instalada e realizada na forma prevista neste Estatuto Social, tomando-se as deliberações por voto afirmativo de acionistas titulares de Ações Ordinárias que representem a maioria do capital social da Companhia, exceto especificamente no que se refere às Matérias Específicas previstas no §Único abaixo. **§Único.** As matérias expressamente previstas nas alíneas "a)" até "o)" abaixo dependerão de aprovação prévia e por escrito, em Assembleia Geral, de acionistas titulares de pelo menos 60% da totalidade das Ações Ordinárias representativas do capital social da Companhia (as "Matérias Específicas"): (a) Alterar o Estatuto Social da Companhia; (b) Aprovar a transformação de tipo jurídico, fusão, incorporação, cisão, liquidação e dissolução da Companhia; (c) Eleger e destituir membros da Diretoria da Companhia, bem como fixar as atribuições e competências de cada Diretor da Companhia, respeitadas as regras previstas nos artigos 12 a 16 deste Estatuto Social e observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia; (d) Aprovação da remuneração global e individual dos Diretores da Companhia em cada exercício social, observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia; (e) Aumento do capital social e emissão de novas Ações da Companhia, fixação do preço de emissão de novas Ações, bonificação, desdobramento, grupamento, incorporação de Ações da Companhia; (f) Alteração ou revogação de dispositivos do Estatuto Social que alterem ou modifiquem quaisquer dos direitos, preferências e vantagens das Ações Preferenciais emitidas pela Companhia, independente de sua classe, respeitado o disposto no § 1º do Artigo 136 da LSA; (g) Criação de novas Ações Preferenciais ou aumento de classe de Ações Preferenciais existentes sem guardar proporção com as demais classes de Ações Preferenciais e, ainda, conversão de Ações Ordinárias em Ações Preferenciais e vice-versa, respeitado o disposto no § 1º do Artigo 136 da LSA; (h) Aprovar a alienação, a qualquer título, de quaisquer bens integrantes do ativo não circulante da Companhia, bem como aprovar a constituição de quaisquer ônus e/ou gravames de qualquer natureza sobre quaisquer bens integrantes do ativo não circulante da Companhia; (i) Aprovar a cessão, uso, licenciamento e/ou transferência, a qualquer título, pela Companhia a qualquer terceiro, de qualquer marca, patente, direito autoral, know-how, software ou qualquer outro direito de propriedade industrial e/ou intelectual de titularidade da Companhia, em especial, no que se refere a quaisquer Produtos desenvolvidos e explorados pela Companhia no presente e no futuro; (j) Aprovar a distribuição de dividendos existentes na conta de lucros acumulados e/ou lucros do exercício, apurados em demonstrações financeiras anuais, semestrais e/ou mensais da Companhia e/ou de juros sobre capital próprio, respeitado o dividendo mínimo prioritário atribuído às Ações PNA e Ações PNB, conforme aplicável, observadas as regras previstas neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia; (k) Aprovar negócios jurídicos entre a Companhia e qualquer pessoa ligada aos acionistas, assim entendida qualquer pessoa física que mantenha relação de parentesco com qualquer Diretores ou acionistas diretos ou indiretos, que não sejam contratadas no curso normal de negócio da Companhia e de acordo com práticas de mercado, incluindo a aprovação da compra de insumos e matéria-prima e, ainda, sobre preços de venda de produtos pela Companhia a tais pessoas ligadas, observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia; (l) Aprovar as contas dos Diretores da Companhia, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras de encerramento do exercício da Companhia, bem como a destinação dos resultados da Companhia; (m) Encerrar e/ou modificar qualquer atividade explorada pela Companhia, bem como iniciar qualquer nova atividade e/ou linha de negócio em nome da Companhia; (n) Aprovar pedido de recuperação (judicial/extrajudicial), declaração de autofalência, liquidação e dissolução da Companhia; (o) Aprovar alterações na política de distribuição de dividendos prevista neste Estatuto Social e/ou a retenção de lucros da Companhia, observado o disposto no presente Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia; e (p) Deliberar sobre alterações de políticas contábeis da Companhia, bem como a contratação de auditores independentes pela Companhia. **Art. 11º.** As Assembleias Gerais serão realizadas na sede social da Companhia ordinariamente, dentro dos 04 (quatro) meses seguintes ao término do exercício social, cabendo-lhe decidir sobre as matérias de sua competência previstas na LSA e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais exigirem o pronunciamiento dos acionistas, bem como nos casos previstos na LSA, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **§1º.** As Assembleias Gerais serão convocadas pela Diretoria, por qualquer de seus Diretores, através de notificação pessoal e por escrito (a "Convocação"), destinada a todos os acionistas da Companhia, que deverão, necessariamente, conter a pauta dos assuntos a serem discutidos, ainda que de forma resumida. **§2º.** Todas as Convocações serão consideradas entregues quando enviadas aos respectivos acionistas da Companhia para o endereço indicado no Livro de Registro de Ações da Companhia, e entregues: (i) pessoalmente, através de documento por escrito e comprovante de recebimento assinado por representante(s) do(s) respectivo(s) acionista(s); ou (ii) através de carta registrada, com aviso de recebimento, a ser encaminhada pelos correios; e/ou (iii) através de correio eletrônico, porém desde que seja possível a comprovação de recebimento por parte do(s) representante(s) do(s) respectivo(s) acionista(s) ("answer back"). Para os fins deste inciso "(iii)", será considerada válida a confirmação do recebimento via correio eletrônico ainda que emitida pelo Diretor da Companhia que tenha transmitido a mensagem de convocação, porém, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo contenha informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da convocação. **§3º.** As notificações pessoais de convocação para as Assembleias Gerais da Companhia deverão ser formalizadas, por escrito nos termos previsto nos Parágrafos Primeiro e Segundo deste Artigo 11, em primeira convocação, com pelo menos 8 dias de antecedência mínima da realização da Assembleia Geral e, em segunda convocação, com pelo menos 5 dias de antecedência mínima da realização da Assembleia Geral. **§4º.** Não obstante as disposições dos Parágrafos Primeiro, Segundo e Terceiro deste Artigo 11, serão consideradas como tendo sido devidamente convocadas as Assembleias Gerais a que compareçam todos os acionistas com direito a voto da Companhia. **§5º.** Os trabalhos da Assembleia Geral serão dirigidos por mesa composta de Presidente escolhido pelos acionistas presentes titulares de Ações Ordinárias por aclamação. Caberá ao Presidente indicar o Secretário. **Capítulo IV. Diretoria. Art. 12.** A Companhia será administrada por uma Diretoria composta por 2 Diretores, sendo 1 denominado Diretor Presidente, e 1 denominado Diretor Administrativo, podendo ser acionistas ou não, residentes no país, eleitos pela Assembleia Geral, com prazo de mandato de 03 anos, permitida a reeleição, observado o disposto

na LSA, neste Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **§1º.** O diretor Presidente possui poderes para assinar isoladamente, o Diretor Administrativo possui poderes apenas para assinatura em conjunto com o Diretor Presidente. **Art. 13.** Os Diretores permanecerão em seus cargos até a posse dos novos Diretores regularmente eleitos em Assembleia Geral. **Art. 14.** A investidura dos Diretores far-se-á pôr termo a ser transcrito no Livro de Registro de Atas das Reuniões da Diretoria e assinado pelos respectivos Diretores eleitos em Assembleia Geral. **Art. 15.** Compete à Diretoria exercer as atribuições que a LSA, o Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia e o Estatuto Social lhe conferirem para a prática dos atos necessários ao funcionamento regular da Companhia. **§1º.** A representação da Companhia, ativa e passivamente, judicial ou extrajudicialmente, realizar-se-á pelos Diretores da Companhia e/ou procuradores regularmente constituídos pela Companhia, de acordo com as seguintes regras de representação, como condição de validade: (a) através da assinatura individual ou em conjunto, do Diretor Executivo da Companhia, para a prática de todos e quaisquer atos em nome da Companhia, inclusive, mas não se limitando aos atos de competência específica dos Diretores Executivos previstos no §1º deste Artigo 15; (b) através da assinatura conjunta do Diretor de Negócios da Companhia, para a prática dos atos de competência específica do Diretor de Negócios previstos no §2º deste Artigo 15; **§4º.** A outorga das procurações em nome da Companhia somente será válida se forem obedecidas as regras de representação previstas na alínea "(a)" do §3º do Artigo 15 do Estatuto Social. As procurações deverão especificar os poderes conferidos e, com exceção daquelas para fins judiciais, deverão ter prazo de validade limitado a até 03 anos. **Art. 16.** A Diretoria poderá sempre que julgar necessário, reunir-se em reuniões de diretoria (a "Reunião de Diretoria" ou "Reuniões de Diretoria") na sede da Companhia, para deliberar a respeito de assuntos de interesse da Companhia. **§1º.** As Reuniões de Diretoria poderão ser convocadas por qualquer de seus membros. As convocações para cada Reunião de Diretoria e a respectiva ordem do dia serão enviadas a todos os Diretores através de memorando no correio eletrônico, porém desde seja possível a comprovação de recebimento por parte do respectivo Diretor destinatário ("answer back"). Para os fins previstos acima, será considerada válida a confirmação do recebimento via correio eletrônico ainda que emitida pelo Diretor da Companhia que tenha transmitido a mensagem de convocação, porém, desde que o comprovante tenha sido expedido a partir do equipamento utilizado na transmissão e que do mesmo contenha informações suficientes à identificação do emissor e do destinatário da convocação. **§2º.** As notificações pessoais de convocação dos Diretores deverão ser formalizadas com pelo menos 1 dia útil de antecedência da realização de cada Reunião de Diretoria, sendo a formalidade de convocação dispensada caso todos os Diretores estejam presentes à respectiva Reunião de Diretoria. **§3º.** As Reuniões de Diretoria deverão ser presididas por qualquer Diretor Executivo e, na ausência dos Diretores Executivos, poderão ser presididas por qualquer outro Diretor da Companhia. **§4º.** As deliberações tomadas pelos Diretores em Reuniões de Diretoria deverão sempre ser transcritas e constar em atas de Reunião de Diretoria, as quais deverão ser assinadas por todos os Diretores presentes. Caberá ao presidente da Reunião de Diretoria indicar o respectivo secretário de cada Reunião de Diretoria. **Art. 17.** São expressamente vedados, sendo nulos de pleno direito e inoperantes com relação à Companhia, os atos dos Diretores e/ou procuradores que a envolverem em obrigações relativas a operações ou negócios estranhos aos determinados pelo objeto social ou que não tenham sido especificados nos mandatos conferidos, tais como, mas não limitados, fianças, avais ou quaisquer outras garantias em favor de terceiros, exceto de se houver aprovação expressa dos acionistas, em Assembleia Geral, observado o quórum de aprovação disposto no §Único do Artigo 10 do Estatuto Social e no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **§Único.** Sempre que ocorrer violação ao disposto no "caput" deste Artigo 17, os atos praticados serão nulos de pleno direito em relação à Companhia, acarretando, também, a responsabilidade solidária dos Diretores e/ou procuradores envolvidos. **Capítulo V. Conselho fiscal. Art. 18.** A Companhia terá um Conselho Fiscal, de funcionamento não permanente, composto por 03 membros efetivos e igual número de suplentes, acionistas ou não, com mandato unificado de 01 ano, permitida a reeleição, sendo seus membros eleitos pela Assembleia Geral, nos termos do Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **§Único.** A instalação do Conselho Fiscal far-se-á por deliberação da Assembleia Geral, nos casos previstos pela legislação aplicável em vigor e observado o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **Capítulo VI. Exercício social, demonstrações financeiras e resultados. Art. 19.** O exercício social terá a duração de 01 ano, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano. **Art. 20.** Ao fim de cada exercício social serão elaboradas, com base na escrituração mercantil da Companhia, as Demonstrações Financeiras previstas na LSA. **Art. 21.** Sem prejuízo do Artigo 20, a Diretoria poderá determinar o levantamento de Demonstrações Financeiras em períodos semestrais, trimestrais e/ou mensais e, em Assembleia Geral, os acionistas com direito a voto deliberarão sobre a destinação dos resultados da Companhia apurados nas referidas Demonstrações Financeiras, observado o disposto na LSA, nas regras previstas neste Estatuto Social, em especial, aquelas previstas no Artigo 23 e as regras previstas no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **§Único.** Os acionistas com direito a voto, em Assembleia Geral, poderão, a qualquer tempo, deliberar sobre a distribuição de dividendos intermediários, existentes na conta de lucros acumulados, ou de reservas de lucros existentes nas Demonstrações Financeiras levantadas em período anual, semestral, trimestral e/ou mensal, observado o disposto na LSA, nas regras previstas neste Estatuto Social, em especial, aquelas previstas no Artigo 23, e as regras previstas no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **Art. 22.** A Diretoria poderá fixar o montante dos juros a serem pagos ou creditados aos Acionistas, a título de juros sobre o capital próprio, respeitado o disposto na legislação aplicável. **Art. 23.** Os dividendos intermediários e os juros sobre o capital próprio serão sempre considerados como antecipação do dividendo obrigatório previsto no Artigo 202 da LSA. **Art. 24.** Do resultado do exercício e/ou das Demonstrações Financeiras intermediárias previstos no Artigo 20 do Estatuto Social, serão deduzidos, antes de qualquer participação, eventuais prejuízos acumulados e a provisão para o imposto de renda, nos termos da legislação contábil e tributária aplicáveis. **Art. 25.** Do lucro líquido da Companhia apurado nas Demonstrações Financeiras levantadas nos termos da LSA e de acordo com as regras previstas neste Estatuto Social, observados os ajustes mencionados no Artigo 24 supra, serão deduzidos sucessivamente e na seguinte ordem: (a) 5% para a constituição da reserva legal, até o limite de 20% do capital social ou o limite previsto no Artigo 193, § 1º, da LSA; e (b) o saldo remanescente do lucro líquido da Companhia, após o pagamento dos dividendos mínimos prioritários e acumulativos assegurados aos acionistas titulares de Ações PNA e Ações PNB nos termos deste Estatuto Social e do Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia, deverá ser apurado e distribuído integralmente na forma de dividendos entre todas as Ações Ordinárias e Ações Preferenciais da Companhia, desproporcionalmente, sem que seja assegurado às Ações Ordinárias qualquer dividendo mínimo prioritário igual ao mínimo distribuído às Ações PNA e/ou Ações PNB, nos termos da LSA, do presente Estatuto Social e do Acordo de Acionistas da Companhia vigente e arquivado na sede da Companhia, exceto se deliberado de maneira diversa pelos acionistas com direito a voto em Assembleia Geral, após ouvida a Diretoria da Companhia. **Capítulo VII. Apuração de haveres. Art. 26.** Nas hipóteses em que a LSA outorga a qualquer acionista dissidente o direito de retirar-se da Companhia (nos termos previstos na LSA), bem como no caso de decretação de falência de qualquer acionista da Companhia (o "Acionista Retirante"), as Ações de titularidade do Acionista Retirante deverão ser (i) reembolsadas pela Companhia (nos termos previstos na LSA e no presente Acordo), na hipótese de exercício do direito de retirada do Acionista Retirante nos termos da LSA, e/ou (ii) adquiridas pela Companhia, mediante aquisição de Ações para permanência em tesouraria ou cancelamento (nos termos previstos na LSA). Em ambas as hipóteses de reembolso e/ou aquisição das Ações de titularidade do Acionista Retirante (as "Ações do Acionista Retirante"), os haveres das Ações do Acionista Retirante serão apurados de acordo com as regras previstas no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **Capítulo VIII. Cessão de ações e direito de preferência. Art. 27.** Nenhum dos acionistas poderá, a qualquer título, alienar ou de qualquer outra forma transferir, direta ou indiretamente, suas Ações ou direitos de preferência para a subscrição de novas Ações ou qualquer outro valor mobiliário conversível em Ações da Companhia, no todo ou em parte, exceto se forem observadas as regras previstas no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **Capítulo IX. Solução de conflitos. Art. 28.** Todas e quaisquer disputas, conflitos ou discrepâncias de qualquer natureza relacionadas à Companhia e/ou aos acionistas serão resolvidas através de solução amigável, mediação ou arbitragem, em conformidade com a "Cláusula Escalonada para a Solução de Conflitos" prevista no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia. **Capítulo X. Disposições gerais. Art. 29.** A Companhia entrará em dissolução, liquidação e extinção nos casos previstos na LSA e demais legislações aplicáveis ou em virtude de deliberação da Assembleia Geral. **Art. 30.** A Companhia, os acionistas e os Diretores, declaram, para todos os fins e efeitos de direito, que tem pleno conhecimento e concordam com todos os termos do Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia, ao qual a Companhia está vinculada, bem como se obrigam a cumprí-lo nos termos da LSA, em especial, o Artigo 118, da LSA e suas alterações (o "Acordo de Acionistas"). **Art. 31.** Os casos omissos no presente Estatuto Social serão resolvidos em conformidade com o disposto no Acordo de Acionistas da Companhia em vigor e arquivado na sede da Companhia e, supletivamente, de acordo com a LSA. **Art. 32.** Quando utilizados neste Estatuto Social, os termos com iniciais maiúsculas abaixo, assim como sua forma plural ou singular, masculina ou feminina, terão os seguintes significados: (a) "Acordo de Acionistas". Significa o acordo de acionistas vigente da Companhia, e arquivado em cópia na sede da Companhia; (b) "LSA". Significa a Lei Federal nº 6.404, de 15/12/1976 e suas alterações; e (c) "Produto" ou "Produtos". Significa qualquer curso, publicação e/ou produto desenvolvido(s) que integre o catálogo de produtos da Companhia, bem como qualquer novo produto que venha a ser desenvolvido futuramente e explorado pela Companhia e futuramente venha integrar o catálogo de produtos da Companhia, conforme definição prevista no Acordo de Acionistas em vigor arquivado na sede da Companhia. SP, 24/08/2021.

Preços do petróleo caem 2%, após temores sobre setor bancário e dólar forte



O petróleo fechou em queda de mais de 2%, após a volta de temores sobre a saúde do setor bancário de flagrar uma fuga de ativos de risco no exterior, em meio a balanços mistos. O dólar forte agravou as perdas de commodities.

O petróleo WTI para junho fechou em queda de 2,14% (US\$ 1,69), a US\$ 77,07 o barril, na New York Mercantile Exchange (Nymex), e o Brent para julho cedeu 2,35% (US\$ 1,94), a US\$ 80,60 o barril, na Intercontinental Exchange (ICE).

O petróleo começou a sessão em alta, ampliando ganhos de segunda. Contudo, os preços inverteram sinal ainda pela manhã, diante do fortalecimento do dólar no exterior, e acelerou queda ao longo do dia, acompanhando a deterioração no sentimento de risco em Nova York.

Para a Oanda, investidores em Wall Street estão preocupados com as perspectivas para a economia e o enfraquecimento no consumo apresentados por resultados corporativos mistos no primeiro trimestre de 2023.

Em especial, circularam na imprensa diversos relatos de que o First Republic Bank ainda enfrenta dificuldades para solucionar a crise de liquidez que se seguiu à quebra do Silicon Valley Bank no mês passado.

Segunda, o banco informou uma queda de 40% nos depósitos no primeiro trimestre, o que trouxe de volta à mesa os temores sobre o sistema bancário.

CNN

Servgás Distribuidora de Gás S/A

CNPJ/MF nº 55.332.811/0001-81

Assembleia Geral Ordinária – Convocação

Ficam convocados os Senhores Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se no dia 16 de Maio de 2.023, Terça-Feira, às 10:00 horas, no Hotel Ibis São Paulo Expo, com endereço na Rua Eduardo Viana, 163 – Barra Funda – São Paulo/SP – Telefone (11) 3393.7300, por motivo de força maior, decorrente de reparos na sede administrativa, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I – Tomar as contas dos Administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31/12/2.022. II – Destinação do resultado líquido do exercício social encerrado em 31/12/2.022. III – Outros assuntos. Guarulhos/SP, 13 de Abril de 2.023. **Demetrio Augusto Zacharias** – Diretor Presidente (24, 25 e 26/04/2023)

Comcitrus S.A.

CNPJ/MF nº 58.578.006/0001-20 - NIRE 35.300.118.570

Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária

Ficam convidados e convocados os senhores acionistas da Comcitrus S/A ("companhia"), a se reunirem em AGE, que será realizada no dia 05/05/2023, às 09hs, e em segunda chamada às 09hs e 30min, para deliberarem sobre o seguinte: **Ordem do Dia:** a) Deliberar sobre a reforma do estatuto social da companhia; b) Outros assuntos de interesse da Companhia. Adicionalmente informamos que, por motivo de sua sede social não apresentar condições para reuniões, ambas a assembleia será realizada na **Al. Búzios, nº 182, CEP 14708-050, Jd. do Bosque, na cidade de Bebedouro, Estado de São Paulo**, Bebedouro, 20/04/2023. **José Francisco de Fátima Santos**, Presidente do Conselho de Administração e Diretor Presidente. (25, 26 e 27/04/23)

Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.

CNPJ/MF nº 01.025.974/0001-92

As demonstrações financeiras estão apresentadas de forma resumida, e não devem ser consideradas isoladamente para tomada de decisão. As Demonstrações Financeiras completas, estão disponíveis no endereço eletrônico do presente jornal: https://datamercantil.com.br/publicidade_legal/

Balanco Patrimonial para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais – R\$)

| Ativo | Controladora | | Consolidado | |
|--|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Caixa e equivalentes de caixa | 900 | 3.798 | 901 | 3.913 |
| Contas a receber de clientes | 30.601 | 24.409 | 30.601 | 24.409 |
| Estoques | 54.987 | 50.367 | 54.988 | 50.368 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 12.219 | 8.188 | 12.472 | 8.510 |
| Instrumentos financeiros derivativos | - | 470 | - | 470 |
| Demais contas a receber | 2.899 | 1.610 | 2.903 | 1.616 |
| Total do ativo circulante | 101.607 | 88.842 | 101.866 | 89.286 |
| Contas a receber de clientes | 859 | 8.346 | 859 | - |
| Depósitos judiciais | 256 | 227 | 256 | 227 |
| Impostos e contribuições a recuperar | 677 | 3.799 | 677 | 3.799 |
| Ativo fiscal diferido | 48.192 | 42.642 | 48.192 | 42.642 |
| Total do realizável a longo prazo | 49.985 | 55.014 | 49.985 | 46.668 |
| Investimentos | 740 | - | - | - |
| Imobilizado | 42.757 | 39.729 | 43.270 | 40.475 |
| Intangível | 21.759 | 21.712 | 21.759 | 21.712 |
| Total do ativo não circulante | 65.256 | 116.455 | 65.029 | 108.855 |
| Total do ativo | 216.848 | 205.297 | 216.880 | 198.141 |

| Passivo | Controladora | | Consolidado | |
|---|----------------|----------------|----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Fornecedores | 10.251 | 6.954 | 10.283 | 6.968 |
| Passivo de arrendamento | 2.377 | 1.998 | 2.377 | 1.998 |
| Empréstimos e financiamentos | 45.143 | 29.825 | 45.143 | 29.825 |
| Instrumentos financeiros derivativos | 1.429 | - | 1.429 | - |
| Salários, provisão para férias e encargos | 8.646 | 4.671 | 8.646 | 4.671 |
| Impostos e contribuições a recolher | 544 | 427 | 545 | 429 |
| Impostos e contribuições parcelados | 1.649 | 1.434 | 1.649 | 1.434 |
| Adiantamentos de clientes | 79 | 303 | 79 | 303 |
| Cessão de direitos | 1.486 | - | 1.486 | - |
| Demais contas a pagar | 602 | 122 | 602 | 122 |
| Total do passivo circulante | 72.207 | 45.734 | 72.239 | 45.750 |
| Passivo de arrendamento | 8.464 | 5.013 | 8.464 | 5.013 |
| Empréstimos e Financiamentos | 37.877 | 46.116 | 37.877 | 46.116 |
| Provisão para perdas em investimentos em controlada | - | 7.173 | - | - |
| Impostos e contribuições parcelados | 1.915 | 3.245 | 1.915 | 3.245 |
| Provisão para processos judiciais | 1.763 | 1.853 | 1.763 | 1.853 |
| Total do passivo não circulante | 50.020 | 63.400 | 50.020 | 56.227 |
| Capital Social | 203.105 | 192.505 | 203.105 | 192.505 |
| Reserva legal | 21.890 | 21.890 | 21.890 | 21.890 |
| Prejuízos acumulados | (130.831) | (118.075) | (130.831) | (118.075) |
| Ajustes de avaliação patrimonial | 457 | (157) | 457 | (157) |
| Total do patrimônio líquido | 94.621 | 96.163 | 94.621 | 96.163 |
| Total do passivo e patrimônio líquido | 216.848 | 205.297 | 216.880 | 198.141 |

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$)

| Fluxo de caixa das atividades operacionais | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|----------------|-----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Prejuízo líquido do exercicio | (12.756) | (1.854) | (12.756) | (1.854) |
| Ajustes para: | | | | |
| Depreciação e amortização | 7.772 | 8.701 | 7.845 | 8.704 |
| Baixa de Ativos Fixos | 616 | - | 775 | - |
| Resultado na venda de ativo imobilizado | - | (398) | - | 339 |
| Provisão para perdas nos estoques | 355 | (201) | 355 | (201) |
| Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber | 2.658 | (677) | 2.658 | (40) |
| Resultado da equivalência patrimonial | (1.337) | 1.899 | - | - |
| Encargos financeiros sobre passivo de arrendamento | 1.130 | 733 | 1.130 | 733 |
| Encargos financeiros sobre empréstimos, financiamentos | 13.028 | 6.407 | 13.028 | 6.407 |
| Imposto de renda e contribuição social diferidos | (5.550) | (19.942) | (5.550) | (19.942) |
| Ganho/perda operação de Hedge | 1.899 | 6.446 | 1.899 | 6.446 |
| Adiantamento cambial não realizada, sobre empréstimos tomados | (1.009) | 1.306 | (1.009) | 1.306 |
| Provisão para processos judiciais | (90) | (529) | (90) | (943) |
| Variações em: | | | | |
| Contas a receber | (7.326) | (1.638) | (9.710) | (2.497) |
| Estoques | (8.498) | 6.357 | (8.498) | 6.802 |
| Impostos a recuperar | (909) | (1.430) | (840) | (823) |
| Outras contas a receber | (1.289) | 5.256 | (1.287) | 2.560 |
| Fornecedores | 3.310 | (1.336) | 3.740 | (3.592) |
| Salários, provisão para férias e encargos | 3.975 | 832 | 3.975 | 799 |
| Impostos e contribuições a recolher | 117 | (399) | 114 | (505) |
| Impostos e contribuições parcelados | (1.115) | 771 | (1.115) | 449 |
| Adiantamentos de clientes | (224) | (3.615) | (224) | (1.768) |
| Outros | (236) | (2.192) | 378 | 1.068 |
| Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais | (5.477) | 4.497 | (5.180) | 3.448 |
| Empréstimos e financiamentos – juros pagos | (12.990) | (6.407) | (12.990) | (6.407) |
| Cessão de Direitos – juros pagos | (473) | - | (473) | - |
| Passivo de arrendamento – juros pagos | (1.130) | (733) | (1.130) | (733) |
| Fluxo de caixa líquido utilizado nas atividades operacionais | (20.071) | (2.643) | (19.774) | (3.692) |
| Fluxo de caixa das atividades de investimento | | | | |
| Recursos provenientes de alienação de imobilizado | - | 7.786 | - | 7.786 |
| Incorporação de caixa e equivalente de caixa | - | 36 | - | - |
| Aquisição de imobilizado e intangível | (1.149) | (1.284) | (1.561) | (1.877) |
| Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento | (1.149) | 6.538 | (1.561) | 5.909 |
| Fluxo de caixa das atividades de financiamento | | | | |
| Recursos provenientes de aporte de capital de acionistas | 10.600 | 5.700 | 10.600 | 5.700 |
| Recursos provenientes de novos empréstimos | 64.830 | 27.100 | 64.830 | 27.100 |
| Recursos provenientes de cessão de direitos creditórios | 7.015 | - | 7.015 | - |
| Pagamento de empréstimos e financiamentos – principal | (56.084) | (29.024) | (56.084) | (29.024) |
| Pagamento de cessão de direitos creditórios | (4.848) | - | (4.848) | - |
| Pagamento de passivo de arrendamento | (2.494) | (2.210) | (2.494) | (2.210) |
| Varição cambial realizada | (696) | (8.151) | (696) | (8.151) |
| Caixa líquido (utilizado nas) proveniente das atividades de financiamento | 18.322 | (6.585) | 18.322 | (6.585) |
| Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa | (2.898) | (2.690) | (3.012) | (4.368) |
| Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro | 3.798 | 6.488 | 3.913 | 8.281 |
| Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro | 900 | 3.798 | 901 | 3.913 |
| Redução líquida em caixa e equivalentes de caixa | (2.898) | (2.690) | (3.012) | (4.368) |

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais – R\$)

| Prejuízo líquido do exercicio | Controladora | | Consolidado | |
|---|-----------------|----------------|-----------------|----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Outros Resultados Abrangentes (ORA) | | | | |
| Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado | | | | |
| Varição cambial em investimento em controlada no exterior | (614) | (638) | (614) | (638) |
| Resultado abrangente total do exercicio | (13.370) | (2.492) | (13.370) | (2.492) |

Demonstrações do Resultado para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2022 e 31 de dezembro de 2021 (Em milhares de Reais – R\$)

| Receita líquida de vendas e serviços | Controladora | | Consolidado | |
|--|-----------------|-----------------|-----------------|-----------------|
| | 2022 | 2021 | 2022 | 2021 |
| Custo dos produtos vendidos e serviços prestados | (47.427) | (40.925) | (47.427) | (41.600) |
| Lucro bruto | 41.956 | 20.207 | 41.956 | 20.044 |
| Despesas administrativas | (21.060) | (16.901) | (21.242) | (18.066) |
| Despesas de vendas e distribuição | (18.979) | (15.257) | (18.979) | (15.315) |
| Despesas com pesquisa e desenvolvimento | (1.517) | (1.465) | (1.517) | (1.465) |
| Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas | 4.150 | 3.104 | 4.150 | 3.767 |
| Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos | 4.550 | (10.312) | 4.369 | (11.035) |
| Receitas financeiras | 4.137 | 5.872 | 6.909 | 6.358 |
| Despesas financeiras | (28.330) | (15.457) | (29.583) | (17.168) |
| Despesas financeiras líquidas | (24.193) | (9.585) | (22.674) | (10.810) |
| Participação nos lucros das empresas investidas por equivalência patrimonial | 1.337 | (1.899) | - | - |
| Resultado antes dos impostos | (18.306) | (21.796) | (18.306) | (21.845) |
| Imposto de renda e contribuição social | | | | |
| Correntes | - | - | - | 49 |
| Diferidos | 5.550 | 19.942 | 5.550 | 19.942 |
| Prejuízo líquido do exercicio | (12.756) | (1.854) | (12.756) | (1.854) |

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercicios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de reais – R\$)

| Saldo em 31/12/2020 | Capital | | Prejuízos acumulados | Ajustes de avaliação patrimonial | Total |
|--|----------------|----------------------|----------------------|----------------------------------|---------------|
| | Reserva | Prejuízos acumulados | | | |
| 186.805 | 21.890 | (116.221) | (795) | 91.679 | |
| Emissão de ações ordinárias | 5.700 | - | - | 5.700 | |
| Prejuízo líquido do exercicio | - | - | (1.854) | - | (1.854) |
| Outros resultados abrangentes do exercicio | - | - | - | 638 | 638 |
| Saldo em 31/12/2021 | 192.505 | 21.890 | (118.075) | (157) | 96.163 |
| Emissão de ações ordinárias | 10.600 | - | - | 10.600 | |
| Prejuízo líquido do exercicio | - | - | (12.756) | - | (12.756) |
| Outros resultados abrangentes do exercicio | - | - | - | 614 | 614 |
| Saldo em 31/12/2022 | 203.105 | 21.890 | (130.831) | 457 | 94.621 |

Luis Fernando Lenski – Diretor Presidente
Paulo Colucci Ducati – Diretor Financeiro
Gabriel Flötter de Oliveira Valim – Contador – CRC SP-325.286/O-8

Relatório do Auditor Independente sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos Administradores e Acionistas da **Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A.**
Opinião com ressalvas: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercicio findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalvas", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada, da Víncula Indústria, Comércio, Importação e Exportação de Implantes S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercicio findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
Base para opinião com ressalvas: Realização do imposto de renda e contribuição social diferidos: Conforme divulgado na nota explicativa nº 14 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui registrado no ativo não circulante em 31 de dezembro de 2022 o montante de R\$48.192 mil (R\$42.642 mil em 31 de dezembro de 2021) referente a imposto de renda e contribuição social diferidos relacionados a prejuízo fiscal e diferenças temporárias. A Administração da Companhia utilizou o seu plano de negócios e estimativas de geração de base tributária futura para suportar a realização deste montante. Com base nas informações apresentadas pela Administração, não foi possível concluir se, em 31 de dezembro de 2022, havia necessidade ou não de ajuste nas demonstrações financeiras decorrente desse assunto. Incentivo de Longo Prazo: Conforme divulgado na nota explicativa nº 23 as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia possui Plano de Incentivo de Longo Prazo para alguns executivos elegíveis, com pagamentos baseados em ações. A Administração da Companhia não concluiu a avaliação do tratamento contábil e valorização das opções para o registro contábil de acordo com o pronunciamento técnico CPC 10 (R1) – Pagamento Baseado em Ações. Consequentemente, não nos foi possível determinar se, em 31 de dezembro de 2022, havia necessidade ou não de ajuste nas demonstrações financeiras decorrente desse assunto. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que

a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.
Outros assuntos: Demonstrações financeiras do exercicio anterior examinadas por outro auditor independente: As demonstrações financeiras da Companhia para o exercicio findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que, em seu relatório de auditoria, datado de 28 de fevereiro de 2022, expressou opinião não modificada sobre essas demonstrações.
Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Empresa e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para de planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias,

mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamos-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Campinas, 25 de abril de 2023.

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. CRC nº ZSP 011.609/O-8
Renato Foganholi Asam Contador CRC nº 1SP 264.889/O-0
Deloitte.

Ibovespa emenda segunda perda e cai 0,70%, aos 103,2 mil pontos



Em dia de cautela no exterior, o Ibovespa parecia a caminho de descer novo degrau, para a linha de 102 mil pontos, afastando-se mais um pouco da marca dos 106 mil

Negócios

3M anuncia demissões em massa por conta de desaceleração da produção



A 3M anunciou demissões significativas nesta terça-feira como parte de outro grande plano de reestruturação, enquanto o setor manufatureiro se prepara para uma possível recessão e queda na demanda por mercadorias.

O gigante da fabricação por trás de algumas marcas de consumo, incluindo Post-It Notes e Scotch Tape, disse que demitiria 6.000 funcionários em todo o mundo. Esses cortes se somam às 2.500 funções de fabricação que a 3M eliminou em janeiro. A 3M também anunciou várias demissões em massa em 2019 e 2020, mas o número total de funcionários aumentou e diminuiu nos últimos anos.

A empresa disse que es-

pera economizar até US\$ 900 milhões por ano antes dos impostos após a conclusão das demissões. A 3M argumentou que os cortes “destinam-se a tornar a 3M mais forte, mais enxuta e mais focada”, simplificando sua cadeia de suprimentos e reduzindo as camadas de gerenciamento.

“Espera-se que essas ações reduzam significativamente os custos e impulsionem a melhoria de longo prazo nas margens e fluxo de caixa, ao mesmo tempo em que permitem uma estrutura mais eficiente e eficaz para impulsionar o crescimento de longo prazo”, falou em comunicado. A companhia também anunciou várias mudanças de gerenciamento ao relatar ganhos e vendas que diminuiram

em relação ao ano anterior.

As vendas caíram 9%, para US\$ 8 bilhões, enquanto o lucro líquido atribuível à empresa reduziu em 25%, para menos de US\$ 1 bilhão no trimestre.

A empresa disse que priorizaria os produtos que os clientes estão exigindo cada vez mais, incluindo tecnologia climática, embalagens sustentáveis e produtos industriais automatizados, entre outras tecnologias emergentes.

A 3M também reafirmou sua perspectiva anterior para 2023, prevendo que as vendas cairiam até 6% este ano.

Para a companhia, os problemas da cadeia de suprimentos que condenaram o setor por anos após a pandemia diminuiram bastante. CNN

Aumento dos preços da PepsiCo e demanda estável impulsionam previsão anual da companhia



A PepsiCo elevou suas previsões anuais nesta terça-feira, após seu aumento dos preços para compensar os custos mais altos e uma demanda estável ajudarem a gigante de refrigerantes e salgadinhos a superar os resultados do primeiro trimestre.

Os preços médios subiram 16% no primeiro trimestre, disse a empresa, enquanto o volume orgânico caiu 2%.

“Não esperamos que os preços das commodities diminuam para nós, apenas a taxa de inflação ficará um pouco mais leve ao longo do ano”, disse o diretor financeiro Hugh Johnston à Reuters.

Coteminas anuncia parceria com a Shein para produção no Brasil

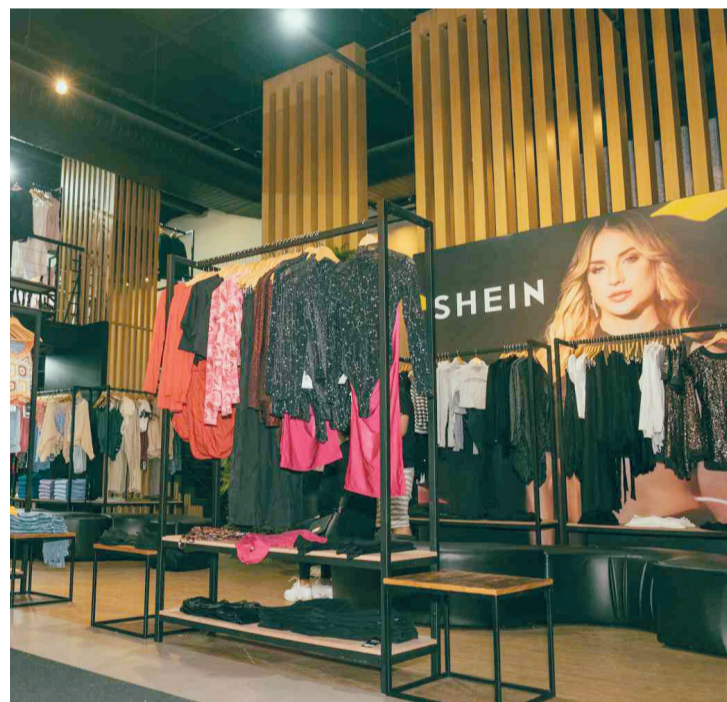
A Companhia de Tecidos Norte de Minas (Coteminas) anunciou a assinatura de um memorando de entendimentos com a Shein. O memorando prevê que 2 mil dos clientes confeccionistas da empresa passem a ser fornecedores da Shein para atender os mercados doméstico e da América Latina. A parceria também abrange o financiamento para capital de trabalho e contratos de exportação de produtos para o lar.

A Coteminas é de propriedade do atual presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), Josué Gomes da Silva. Ontem, ele participou de uma reunião do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, com

representantes da empresa de e-commerce chinesa.

No encontro, a Shein se comprometeu a nacionalizar 85% de suas vendas em quatro anos, com produtos feitos no Brasil. Segundo Haddad, Gomes da Silva intermediou o entendimento com a Shein. Depois, a Shein anunciou que fará investimentos de cerca de R\$ 750 milhões no setor têxtil brasileiro para gerar até 100 mil empregos indiretos no País nos próximos três anos.

O anúncio ocorre em meio às discussões sobre sonegação de impostos nas compras em sites estrangeiros que vendem para o Brasil. Depois de divulgar que iria taxar sites asiáticos, o governo recuou com a repercussão negativa da proposta. Estadão Conteúdo



Enquanto isso, a companhia também planeja aumentar os preços em algumas regiões, em contraste com sua decisão anterior neste ano de fazer uma pausa.

A maioria dos preços está em vigor, mas “existem alguns mercados, mercados altamente inflacionários em todo o mundo, onde podemos ter que aumentar os preços”, disse o presidente-executivo da companhia, Ramon Laguarda, em uma teleconferência de resultados.

A PepsiCo espera que a receita orgânica de 2023 aumente 8%, em comparação com sua previsão anterior de um aumento de 6%. O lucro anual básico por ação foi re-

visado para 7,27 dólares, em comparação com os 7,20 dólares anteriores.

A previsão elevada nesta fase do ano sugere “uma confiança muito profunda no que está acontecendo no negócio de lanches e também nas melhorias no lado das bebidas”, disse Markus Hansen, gerente de portfólio da Vontobel Quality Growth, acrescentando que a empresa é historicamente muito conservadora.

A receita líquida aumentou 10%, para 17,85 bilhões de dólares, superando as estimativas de 17,22 bilhões de dólares. O lucro ajustado de 1,50 dólares por ação também superou as estimativas de 1,39 dólares. IstoéDinheiro